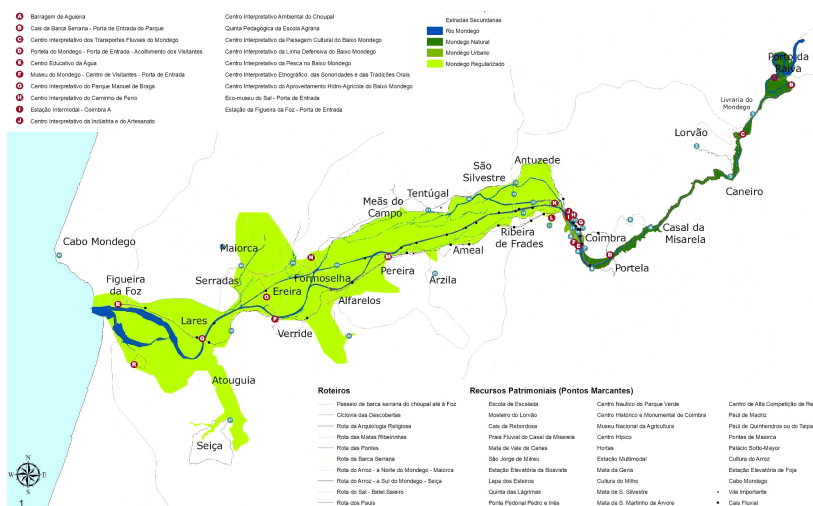


Título da Dissertação:

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Nome do aluno:

Afonso Nuno Henrique Martins
(licenciado em Arquitectura)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura,
com especialização em Planeamento Urbano e Territorial

Orientadora Científica:

Doutora Clara Mendes, Professora Catedrática da FAUTL

Co-orientador Científico:

Doutor Álvaro Domingues, Professor Associado da FAUP

Júri:

Presidente: Doutor José Aguiar

Vogais: Doutor Pedro George e Doutora Clara Mendes

Título da Dissertação: Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.

Afonso Nuno Henrique Martins

Orientadora: professora doutora Clara Mendes (FAUTL)

Co-orientador: professor doutor Álvaro Domingues (FAUP)

Mestrado: Arquitectura – especialidade Planeamento Urbano e Territorial

Resumo

A dissertação foca algumas mudanças ocorridas nas paisagens culturais do rio Mondego, e tem como objectivo propor a sua revalorização e revitalização através de um projecto territorial de escala regional que tem no património o seu eixo temático central: o parque patrimonial do Mondego (PPM).

A investigação e o projecto PPM filiam-se em experiências de reabilitação de áreas patrimoniais e em estudos sobre elas realizados. Prestando uma atenção especial a temas como a sustentabilidade, o património intangível e o interface com os visitantes, o PPM introduz um uso interactivo e inteligente das TIC's.

Espaço eminentemente comunicativo, o PPM propõe uma interpretação estruturada da paisagem e define um novo mapa do território através de elementos críticos: área de intervenção e seus limites, um conjunto seleccionado de recursos patrimoniais, de centros de interpretação e portas de entrada, e, finalmente, um sistema, dinâmico e flexível, de roteiros pedagógicos, lúdicos e turísticos.

Como hipótese de partida, a da persistência do rio como matriz geográfica e cultural que prevalece e sintetiza a identidade do território, uma *identidade produtiva*, calcada nas antigas actividades laborais. O projecto indaga sobre as permanências e transformações na relação entre rio, paisagem e comunidades.

Como conclusões, iluminam-se as potencialidades do parque patrimonial enquanto instrumento de gestão de paisagens culturais.

Palavras-chave: paisagem cultural, patrimonio intangível, parque patrimonial, projecto territorial, rio Mondego, roteiros turísticos

Título da Dissertação: The Mondego River Heritage Park Territorial Project –
revisitations of the riverine cultural landscape.

Afonso Nuno Henrique Martins

Orientadora: professora doutora Clara Mendes (FAUTL)

Co-orientador: professor doutor Álvaro Domingues (FAUP)

Mestrado: Arquitectura – especialidade Planeamento Urbano e Territorial

Abstract

The research focus Mondego River cultural landscapes changes and its main goal is to propose their revaluation and revitalization by a territorial project centered on cultural heritage. The Mondego River Heritage Park (MRHP) lay on heritage areas rehabilitation experiences and take several lessons on scientific studies upon them. Paying a special attention to issues such as sustainability, intangible heritage, and visitor's interface, the MHRP introduces an interactive and also intelligent use of new ICT.

Eminently a communicative space, the MRHP offers a structured interpretation of the landscape and a new territory map expressed by critical elements: park area and boundaries, a set of selected heritage resources, interpretation centres, entrance gates and intermodal nodes, and finally, a dynamic and flexible system of pedagogical, leisure as well as touristic routes.

The main hypothesis is that of the river persistence; it means that the river can be seen as a geographical and cultural matrix that prevails and synthesizes the territory identity, a productive identity, shaped by ancient labor activities. The project inquires on the permanencies and transformations in the relationship between river, landscapes and local communities.

Conclusions highlight heritage park potentialities as an instrument for cultural landscapes management.

Key-words: cultural landscape, intangible heritage, heritage park, territorial Project and Management, Mondego River, touristic routes design

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.

Agradecimentos

A todos os muitos que de uma forma ou de outra tem colaborado com o projecto do parque patrimonial do Mondego; também aos que simplesmente nele tem acreditado.

Dedicatórias

Este trabalho presta tributo aos homens e mulheres que com o seu esforço e saber vem transformando as paisagens do Mondego.

Ao trabalhador e à trabalhadora desconhecidos.

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.

Dedicatórias

À Dominika

Índice

| | |
|-----------------------------|-------------|
| Resumo em português | pp.I |
| Resumo em Inglês | pp. II |
| Agradecimentos | pp. III |
| Dedicatórias | pp. IV-V |
| Índice Geral | pp.VI-VII |
| Lista de figuras | pp.VIII-VIX |
| Lista de fotografias | pp. X-XI |
| Lista de quadros | pp.XII |

Capítulo I – *O problema, a teoria e o método* pp.1

Descrição e delineamento do problema; antecedentes da investigação;
Enquadramento histórico e teórico – conceitos em jogo, fins, objectivos e metas; descrição do método de investigação.

Capítulo II – *A discussão prévia e as hipóteses explicativas* pp.9

Discussão acerca do conceito de parque patrimonial e dos estudos de cariz patrimonial sobre as paisagens culturais – o estado da arte.
O projecto de parque patrimonial como um projecto verde
Parques patrimoniais ou parques temáticos?

Capítulo III – *A análise sistematizada e o ensaio de hipóteses* pp.43

O projecto do parque patrimonial. Descrição e justificação.

Linhas de desenvolvimento do parque patrimonial:

i.) Rotas patrimoniais.

Abordagem comparativa entre os rios Mondego e o rio Llobregat e respectivos parques patrimoniais

ii.) Alojamento em espaço rural – Albergue Difuso

iii.) Ecomuseu do Mondego

iv.) O SIG e o projecto do Guia Inteligente de Apoio ao Visitante

v.) Projecto Caminhos da Memória

vi.) Gestão de riscos e energia de biomassa

Capítulo IV – Conclusões

pp.127

A partir das descobertas da investigação, constroem-se novas conceptualizações acerca dos temas abordados, dos caminhos percorridos e dos métodos experimentados. Balanço e perspectivas

Referências bibliográficas

pp.132

Lista de Figuras

Capítulo I

| | | |
|-----------------|--|-------|
| <i>Figura I</i> | Parque Patrimonial do Mondego: uma visão para a bacia hidrográfica | pp. 8 |
|-----------------|--|-------|

Capítulo II

| | | |
|--------------------|---|--------|
| <i>Figura II</i> | Logotipos de diversos parques patrimoniais | pp. 10 |
| <i>Figura III</i> | Mapa da Rota do Património Industrial – Emscher Park (Vale do Rhur, Alemanha) | pp. 11 |
| <i>Figura IV</i> | Nieuwe Hollandse Waterlinie (Holanda) | pp. 14 |
| <i>Figura V</i> | Gestão sustentável na paisagem do PPM | pp. 20 |
| <i>Figura VI</i> | População e parques por tipos e por país europeu | pp. 35 |
| <i>Figura VII</i> | Produto Interno Bruto <i>per capita</i> e parques por tipos e por país europeu. | pp. 36 |
| <i>Figura VIII</i> | Parque Temático Port Aventura, Espanha. Vista satélite | pp. 36 |
| <i>Figura IX</i> | Parque Patrimonial: Parc Agrari Del Baix Llobregat | pp. 37 |

Capítulo III

| | | |
|---------------------|---|--------|
| <i>Figura X</i> | Localização do parque patrimonial: um rio a atravessar uma região | pp. 64 |
| <i>Figura XI</i> | Parque Patrimonial do Mondego: um conjunto valioso de paisagens culturais ribeirinhas | pp. 65 |
| <i>Figura XII</i> | Imagens do SiG do parque patrimonial do Mondego | pp. 65 |
| <i>Figura XIII</i> | Ciclovía das Descobertas | pp. 67 |
| <i>Figura XIV</i> | Mapa dos antigos cais e portos fluviais do Mondego | pp. 69 |
| <i>Figura XV</i> | Mapa da Rota da Barca Serrana | pp. 70 |
| <i>Figura XVI</i> | Mapa de Síntese do PPM - eixo Penacova-Coimbra-Figueira da Foz. | pp. 71 |
| <i>Figura XVII</i> | Mapa de Síntese do PPM, troço Penacova-Coimbra (pormenor) | pp. 72 |
| <i>Figura XVIII</i> | Mapa de Síntese do PPM no Baixo Mondego (pormenor) | pp. 72 |
| <i>Figura XIX</i> | Mapas de Síntese do Parque Agrário do Baixo Llobregat - Catalunha | pp. 79 |
| <i>Figura XX</i> | <i>Itinerários do Parque Agrário do Baixo Llobregat - Catalunha</i> | pp. 80 |
| <i>Figura XXI</i> | Itinerario ciclistico no parque agrário | pp. 82 |
| <i>Figura XXII</i> | Parc Fluvial del Llobregat- parc de colonies textiles e Wesite | pp. 85 |
| <i>Figura XXIII</i> | Website do PPM – Guia Inteligente de Apoio ao Visitante | pp. 85 |
| <i>Figura XXIV</i> | Parc Fluvial del Llobregat- roteiros culturais | pp. 86 |
| <i>Figura XXV</i> | Parc Fluvial del Llobregat- plano especial e projecto de melhoramentos | pp.86 |
| <i>Figura XXVI</i> | Parc Fluvial del Llobregat- plantas de localização - colonias industriais | pp.87 |
| <i>Figura XXVII</i> | Mapa do <i>Albergo Diffuso</i> da vila de Pereira do Campo. | pp. 90 |

| | | |
|----------------------|---|--------|
| <i>Figura XXVIII</i> | Ecomuseu: o plasma territorial e o rizoma cultural. Unidade móvel | pp. 92 |
| <i>Figura XXIX</i> | Ecomuseu. Mapa geral – património, unidade central e a integração no PPM | pp. 92 |
| <i>Figura XXX</i> | Componentes do sistema e tecnologias de suporte. | pp. 95 |
| <i>Figura XXXI</i> | Sistema Inteligente de Apoio ao Visitante do PPM | pp. 96 |
| <i>Figura XXXII</i> | Conexões internas do projecto - modelo de ramificações virtuais | pp.104 |
| <i>Figura XXXIII</i> | Processo Cíclico de re-alimentação da memória colectiva | pp.105 |
| <i>Figura XXXIV</i> | Estrutura de desenvolvimento dos <i>Caminhos da Memória</i> – outputs do projecto | pp.106 |
| <i>Figura XXXV</i> | Fábricas de lanifícios no Alto Mondego, aldeia dos Trinta. SIG | pp.120 |

Lista de fotografias

Capítulo II

| | | |
|---------------------|--|--------|
| <i>Fotografia 1</i> | Castlefield Urban Heritage Park (Manchester, Inglaterra) | pp. 11 |
| <i>Fotografia 2</i> | Zollverein Park (Emsher Park, Vale do Rhur, Alemanha) | pp. 11 |
| <i>Fotografia 3</i> | Zollverein Park (Emsher Park, Vale do Rhur, Alemanha) | pp. 12 |
| <i>Fotografia 4</i> | Gasómetro – Oberhausen (Emsher Park, Vale do Rhur) | pp. 12 |
| <i>Fotografia 5</i> | Nieuwe Hollandse Waterlinie (Holanda) | pp. 13 |

Capítulo III

| | | |
|----------------------------|---|--------|
| <i>Fotografias 6 e 7</i> | Serra da Estrela e nascente do rio: Mondeguinho | pp. 49 |
| <i>Fotografias 8 e 9</i> | Praia Fluvial da Aldeia Viçosa | pp. 49 |
| <i>Fotografias 10 e 11</i> | Vale do Mondego e Barragem do Caldeirão | pp. 49 |
| <i>Fotografias 12 e 13</i> | Encosta da Serra e Fábrica de lanifícios - aldeia dos Trinta | pp. 50 |
| <i>Fotografias 14 e 15</i> | Fábricas de lanifícios em Gouveia e praia Fluvial em | pp. 50 |
| <i>Fotografias 16 e 17</i> | Aldeia de S.Paio de Gouveia e suas fábricas de lanifícios | pp. 50 |
| <i>Fotografias 18 e 19</i> | Ponte de pedra – Caldas de Felgueiras e Nelas | pp. 51 |
| <i>Fotografias 20 e 21</i> | Vinhas em patamares e antiga Aldeia da Barca – Nelas | pp. 51 |
| <i>Fotografias 22 e 23</i> | Azenha no rio Alva e Moinhos de pedra | pp. 52 |
| <i>Fotografias 24 e 25</i> | Azenha no rio Alva – Arganil - e Moinhos de pedra | pp. 52 |
| <i>Fotografias 26 e 27</i> | Barragem da Aguieira – Mortágua, Santa Combra | pp. 55 |
| <i>Fotografias 28 e 29</i> | Livraria do Mondego e moinhos de vento – Penacova | pp. 55 |
| <i>Fotografias 30 e 31</i> | Penacova e Mondego próximo a Caneiro-Coimbra | pp. 55 |
| <i>Fotografias 32 e 33</i> | Barca do Lavrador e Barca Serrana – Penacova | pp. 56 |
| <i>Fotografias 34 e 35</i> | Praia Fluvial de Torres do Mondego e Laranjais de Coimbra | pp. 56 |
| <i>Fotografias 36 e 37</i> | Ponte do caminho de ferro e pontes da Portela do Mondego | pp. 57 |
| <i>Fotografias 38 e 39</i> | Margem direita e Parque Verde do Mondego- Coimbra | pp. 57 |
| <i>Fotografias 40 e 41</i> | Parque Verde do Mondego e procissão da Rainha Santa | pp. 57 |
| <i>Fotografias 42 e 43</i> | Estação Nova e cais. Armazém ferroviário em Coimbra-A | pp. 58 |
| <i>Fotografias 44 e 45</i> | Ponte Açude, ponte do caminho-de-ferro e mata do Choupal | pp. 58 |
| <i>Fotografias 46 e 47</i> | Mata Nacional do Choupal e Reserva Natural Paul de Arzila | pp. 59 |
| <i>Fotografias 48 e 49</i> | Paul de Quinhendros&Castelo de Montemor-o-Velho e Campos do Mondego (canal de rega) | pp. 59 |
| <i>Fotografias 50 e 51</i> | Novo leito rio - ou <i>rio novo</i> - (Baixo Mondego-Formoselha) e casa de Quinta-Turismo rural (Montemor-o-Velho) | pp. 59 |

| | | |
|--------------------------------|---|-----------|
| <i>Fotografias 52 e 53</i> | Dólmenes da Carniçosa e palheiros na Costa de Lavos | pp. 60 |
| <i>Fotografias 54 e 55</i> | Ecomuseu do Sal e Salinas do Mondego junto ao estuário | pp. 60 |
| <i>Fotografias 56, 57 e 58</i> | Vista geral, delta e centro de informações - gestão | pp. 80 |
| <i>Fotografias 59 a 66</i> | Imagens do parque agrário (delta) Cornelá de Llobregat e BCN | pp. 81 |
| <i>Fotografias 67 a 84</i> | Parc Fluvial del Llobregat- parc de colonies textiles | pp. 82-84 |
| <i>Fotografias 85 e 86</i> | Parc Fluvial del Llobregat- paineis e centro de interpretação | pp. 84 |
| <i>Fotografias 87 a 90</i> | Casas típicas em Vila de Pereira do Campo no Baixo Mondego | pp. 89 |
| <i>Fotografias 91 e 92</i> | Vila de Pereira do Campo- corredor ecológico e agricultura | pp. 90 |
| <i>Fotografias 93 e 94</i> | Barcas serranas- Choupalinho e no cais das Ameias (Coimbra) | pp. 99 |
| <i>Fotografias 95 e 96</i> | Lavadeiras do Mondego e cheias – Coimbra | pp. 100 |
| <i>Fotografia 97</i> | Ponte de pedra sobre o Mondego no aldeia da Foz do Dão | pp. 100 |
| <i>Fotografia 98 e 99</i> | Ponte do caminho-de-ferro em Coimbra e batel salineiro | pp. 100 |
| <i>Fotografias 100 e 101</i> | Cenas reais e encenadas da vida nas paisagens do Mondego | pp. 119 |
| <i>Fotografia 102</i> | Trabalho nas escolas e rodas de memória | pp. 119 |
| Capítulo IV | | |
| <i>Fotografias 103 e 104</i> | Salinas do Mondego - a persistência da paisagem cultural | pp. 131 |

Lista de Quadros

Capítulo II

Quadro I População e número de parques por país Europeu. pp. 38

Quadro II Caracterização geral dos parques temáticos e patrimoniais pp. 39

Quadro III Impactos dos parques temáticos e dos parques patrimoniais pp. 42

Capítulo III

Quadro IV Abordagem comparativa rio Llobregat e rio Mondego pp. 75

Quadro V Comparativo dos parques patrimoniais do rio Llobregat e Mondego pp. 76-78

Capítulo I - O problema, a teoria e o método

Descrição e delineamento do problema; antecedentes da investigação; Enquadramento histórico e teórico – conceitos em jogo, fins, objectivos e metas; descrição do método de investigação, importância e limitações do estudo; os meios e os recursos

Tema da Dissertação

A investigação incide sobre o tema das paisagens culturais e sua reabilitação através dos denominados parques patrimoniais.

Como objecto de estudo, tomaram-se as paisagens culturais que definem o território do rio Mondego; Como estudo de caso, e como argumento principal de discussão, apresenta-se o projecto do parque patrimonial do Mondego.

O mapa do centro evidencia a proeminência geográfica do mais longo rio que nasce e desagua em Portugal, atravessando, com os seus 234 Km, toda a região, pautando a localização de cidades e vilas, ligando a serra e territórios de fronteira com o litoral plano e o mar.

A visão da História confirma o rio Mondego como o antigo e o mais forte elo geográfico, social, cultural e económico entre as Beiras, as sub-regiões do centro de Portugal.

Encontrar ligações do rio Mondego com os protagonistas da nossa História, sejam eles reis, poetas ou simples populares, é tarefa menos difícil que fascinante.

Camões vinha a Coimbra visitar familiares e frequentar a biblioteca da universidade e fazia-o de barco. Primeiro, de Lisboa até à Figueira e depois de lá até Coimbra. Este último percurso seria feito por embarcações que não deveriam divergir muito da tradicional barca serrana. Até há algumas décadas atrás podia ainda ver-se esta barca a subir e a descer o rio entre Coimbra e Penacova, transportando pessoas e produtos como a lenha, carqueja, azeite, sal, peixe. Serviam também para levar e trazer roupa que era tratada pelas famosas lavadeiras, muitas delas casadas com barqueiros, agricultores e pescadores e comerciantes que faziam do Mondego o seu ganha-pão.

Mais próximo da Nascente, no primeiro grande troço do Mondego, na aldeia dos Trinta, junto à Guarda, e também nas ribeiras afluentes, como na aldeia de S.Paio de Gouveia, a água do

rio era usada como força motriz e para lavagem da lã em numerosas fábricas de lanifícios. No final do século XIX e na primeira metade do século XX estas unidades propiciaram emprego em larga escala, e com ele, o florescimento e a prosperidade de comunidades locais distribuídas por aldeias serranas de implantação ribeirinha. Hoje, quase sem excepção, estas aldeias acusam, como tantas outras em Portugal, acelerados processos de declínio económico e despovoamento. Muitas delas, conservam, contudo, quem sabe como janela de oportunidade, importantes vestígios desse esplendor industrial, à espera de uma nova interpretação (Cervantes, M & Mir, M., 2009).

Os moinhos de água, os pisões, azenhas, noras, as valas, as represas e diques e canais, ainda existentes ao longo de todo o trajecto do rio, testemunham bem a importância do Mondego no quotidiano das populações ao longo de todo o trajecto do rio.

Do alto da serra, no Inverno, e percorrendo o longo vale do Mondego em direcção aos campos férteis do aluvião, provinham pastores e seus rebanhos, e por vezes famílias inteiras, nesse extraordinário movimento social e económico que constituía a transumância (Martins, 1940).

Quando chega a Coimbra, cidade candidata a Património Mundial da Humanidade da UNESCO, o Mondego ganha uma dimensão cultural acrescida. E torna-se então palco histórico de amores de reis apaixonados por rainhas que só o foram depois de mortas, de rainhas que se tornaram santas, de poetas que cantaram os mitos que povoam o imaginário português.

Ao longo da bacia hidrográfica do Mondego, os seus afluentes viabilizaram o florescimento de paisagens vinícolas - como na região do Dão, em Penalva do Castelo, Nelas, Mangualde e Tábua - ou rurais-industrializadas - como na Guarda, Seia e Gouveia, com os têxteis e lanifícios.

No seu último troço, a caminho da Foz, no denominado Baixo Mondego, uma extensa superfície aluvionar, os campos de milho, e sobretudo os arrozais e as salinas e pauis, compõem o cenário de uma paisagem produtiva de uma qualidade visual e biodiversidades singulares, mesmo quando de severamente batida pela acção humana.

Com base neste substrato histórico e geográfico, aqui retratado em largas pinceladas, funda-se uma convicção, a de que o rio Mondego é o fio condutor da narrativa, encerrando uma espécie de núcleo genético que sintetiza e traduz a identidade de um território.

A nova visão para a paisagem do Mondego

Emerge, deste contexto, a necessidade de um projecto que integre valores naturais e culturais dispersos e desarticulados; um projecto que promova revitalização através de uma visão pró-activa do património; uma visão que incentive práticas reflexivas e criativas sobre a paisagem, a memória e os costumes.

Procurando fazer a ponte entre o passado e o presente, o PPM conjuga tradição e inovação; evidencia estima pelo património, mas projecta uma imagem de vanguarda, de acção, de confiança em um desenvolvimento ancorado na identidade local.

A nova visão para a região do Mondego é, em suma, a de um território vertebrado por um eixo patrimonial. Este eixo define-se pelos recursos endógenos, que se recuperam, se reactivam e se actualizam, tendo em vista a produção de bens e serviços, pedagógicos, culturais e turísticos de elevado valor.

A nova dinâmica de crescimento económico requer, como já se adivinha, uma mudança de mentalidades; um abandonar de arraigados hábitos depredadores da paisagem.

Esta nova visão não corresponde a uma imagem acabada: umas paisagens cristalizadas no pitoresco, ou no rural profundo, ou, por oposição, no pretensiosamente moderno, no *fashion*, no citadino. A visão é antes a de um mapa multifacetado e em transmutação, como uma sucessão de *layers* que se acendem e se apagam, ora sobrepondo-se, ora alternando, ora fundindo-se na construção de uma renovada identidade.

Tudo isto pode implicar, como trabalho preparatório, fazer requalificação rural e urbanística, valorização ambiental e cultural, recolher tradições orais e introduzir novas tecnologias da comunicação e da informação, entrelaçando-as e comprometendo-as.

A reflexão individual e a natureza colectiva do projecto

Coordenado pelo autor destas linhas, está em curso um projecto de revalorização e revitalização do rio Mondego: o Parque Patrimonial do Mondego (PPM).

Trata-se de um projecto multicultural e pluridisciplinar, em curso, e que conta com diversos e numerosos contributos. Inicialmente circunscrito à denominada região do Baixo Mondego – entre Porto da Raiva-Penacova e a Figueira da Foz, o projecto do PPM tem tido vários

desenvolvimentos ao nível de estudos territoriais em distintas áreas, tais como: eco-urbanismo e arquitectura sustentável, geografia, ambiente, etnografia e turismo sustentável, sistemas de informação geográfica (SIG) e sistemas tecnológicos de comunicação de apoio ao visitante. No sentido de congregar o apoio dos agentes locais e também de aprofundar a reflexão, a equipa do PPM tem promovido alguns eventos culturais e científicos. Graças ao apoio de algumas escolas superiores e seus estagiários deu-se também início a um fórum local de discussão com participação de autarcas e outros representantes.

A dissertação recai sobre o trabalho produzido no âmbito do projecto do parque patrimonial do Mondego, procurando consolidá-lo, do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático, por meio de uma reflexão sistematizada de cariz pessoal. Esta investigação propiciou então o desenvolvimento do instrumental metodológico do projecto do parque patrimonial, a par do reforço da articulação de alguns dos seus tópicos. Foi ainda possível amadurecer o alargamento da esfera geográfica do parque, englobando o chamado Alto Mondego. Assim, depois de uma primeira focagem em Figueira da Foz, Coimbra, Penacova, Mortágua e Santa Comba Dão, a atenção expande-se para montante, passando a incidir sobre temas dominantes nas paisagens antropizadas dos concelhos de Guarda, Seia e Gouveia, Nelas; Tábua e Mangualde, entre outros.

Um destes temas é o da oralidade, o das tradições orais, sobre as quais dispomos de menos informação, raros estudos. O trabalho de reinterpretação da paisagem cultural passa pelas recolhas etnográficas, por ver e ouvir as populações locais, descobrir os últimos representantes de um saber consuetudinário.

Foi por esta razão que a equipa do PPM tem vindo a captar, em vídeo testemunhos representativos das comunidades locais. Este labor tem em vista a criação de um arquivo e a realização de um documentário, servindo de pedra de toque para uma discussão sobre as afinidades entre as tradições orais e as tecnologias internet.

A investigação produzida até aqui para o Baixo Mondego apresenta como um dos seus principais outputs um mapa de síntese do PPM em que se destacam os recursos patrimoniais em presença e um conjunto de roteiros.

Como temáticas do projecto PPM a abordar na dissertação assinalamos:

- Parques Patrimoniais - conceito, âmbito, e ferramentas de projecto e gestão.
- Parque Patrimonial do Mondego - objectivos, estratégias e acções
- Rotas do Parque Patrimonial do Mondego - temas e métodos de concepção

- O alojamento em espaço rural
- As tradições orais, o Património Industrial no Alto Mondego e o Ecomuseu.
- A gestão de riscos e as energias renováveis

Como nota introdutória sublinhamos que um dos aspectos mais inovadores dos parques patrimoniais tem sido o de repensar o território tomando como eixo do projecto os recursos patrimoniais, nas suas múltiplas inter-relações. Estes parques assumem, portanto, uma visão holística do conceito de património, considerando tantos os valores materiais como os imateriais. Neste último apartado incluem-se as tradições orais, as antigas actividades laborais, as memórias comunitárias e as lendas e os mitos.

Linhas orientadoras que resumem o Projecto do Parque patrimonial do Mondego:

Eixo temático (reflecte a ideia para abordar o declínio físico e socio-económico da paisagem): Os processos de constituição e transformação da paisagem cultural do rio Mondego, tendo presente a sua revalorização e revitalização através de um projecto que tem no património o seu eixo temático central.

Âmbito: Áreas ribeirinhas marcadas pela acção humana (sobretudo no último século) incluídas na bacia hidrográfica do rio Mondego, com especial incidência no braço central, o rio Mondego.

Escopo: Reconstruir a narrativa histórica da paisagem cultural e propor a sua revalorização territorial através da criação de um parque patrimonial que introduz um sistema dinâmico e flexível de rotas pedagógicas, lúdica e turísticas.

Método: Levantamento e análise de boas práticas; observação *in loco*; recolhas.

Ferramentas de projecto territorial – análise espacial, reinterpretação das paisagens e desenho de roteiros.

Objectivos da Dissertação:

Um primeiro objectivo da investigação, de cariz mais teórico, é o de visitar o conceito de paisagem, matizando alguns caminhos epistemológicos e disciplinares recentes, e cruzando-o com o conceito, decorrente, de parque patrimonial.

Um segundo objectivo, mais prático, é o de contribuir, através da concepção e discussão do PPM, para o aprofundamento do método de projecto e gestão territorial de paisagens culturais que usa como principal instrumento operativo a figura de parque patrimonial.

Hipóteses, argumentos. Conceitos em jogo e métodos utilizados

Como argumento em favor das paisagens culturais e sua reproposição sob a forma de parques patrimoniais, serve o projecto, em curso, do Parque Patrimonial do Mondego. Este projecto fornece um campo de ensaio para algumas hipóteses sobre o papel destas paisagens no território actual.

Especializando o PPM, veremos que introduz, como rasgo distintivo, um sistema de roteiros pedagógicos, lúdicos e turísticos que se apoiam em pontos de interesse patrimonial distribuídos pelo território e seleccionados em função da história ou histórias que se pretende contar. Nesse sentido, estes pontos podem adquirir diferentes formas e origens; podem ser naturais ou culturais, tangíveis ou intangíveis.

Longe de ser um modelo fixo e previsível de conexões e interdependências estabelecidas no seio da paisagem, este sistema de roteiros entende-se como dinâmico e flexível. Quer isto dizer que está concebido de maneira a poder adaptar-se aos interesses de residentes e visitantes, traduzindo, em cada momento, através de uma geometria variável (composta por diferentes escalas e níveis de análise) e da sua essência não-linear (caracterizada pela presença de variáveis independentes e de comportamento não pre-determinável) os processos de transformação da paisagem.

Todo projecto de escala territorial é necessariamente interdisciplinar e tem que ter um fio condutor. No PPM este fio condutor é a relação evolutiva entre o rio Mondego e o território. O projecto parte da interacção entre rio, paisagem e populações.

Seguindo o critério de outros parques patrimoniais o PPM revisita um velho conceito: o de *paisagem cultural*, a que assinala as marcas da acção humana, sobretudo as marcas das actividades laborais; este é o conceito-chave para ler o território do PPM.

Tomando como referente outros estudos e projectos focados em paisagens fluviais (Casas, 1999; 2004), o trabalho de investigação que conduziu ao projecto do Parque Patrimonial do

Mondego parte da hipótese da persistência do rio como matriz geográfica e cultural do território.

Para se chegar até ao PPM-projecto acabado e executável, requer-se o uso de métodos de *projecto do território*, o qual nos oferece como principal ferramenta essencial, numa primeira etapa, a interpretação ambiental e patrimonial, tendo presente a reconstrução da narrativa histórica.

Numa segunda etapa, o instrumento passa a ser o *desenho territorial* de roteiros (pedagógicos, lúdicos e turísticos). Aqui se articula, em referência a uma história central e algumas secundárias, educação patrimonial, lazer, cultura, turismo e sustentabilidade - social, economia, ambiental e institucional. Note-se que estas histórias estão no território, explicam a paisagem, e adquirem visibilidade graças a uma interpretação estruturada e atractiva das paisagens.

Coerente com a identificação dos conteúdos históricos, explora-se a definição de unidades de paisagem com base a critérios múltiplos, naturais e antrópicos, critérios que reflectem aquilo que no âmbito anglo-saxónico é designado como o *carácter da paisagens* (Cancela d'Abreu&Pinto-Correia; 2001; Carys Swanwick; 2002)

A concepção-construção do mapa do PPM compreende:

- Definição de área e subáreas do parque;
- Inventariação, sinalização e hierarquização de pontos marcantes/recursos, patrimoniais;
- Localização de nós: centros de interpretação, portas de entrada e interfaces modais;
- Desenho de um sistema integrado de roteiros pedagógicos, lúdicos e turísticos, com base nos pontos sinalizados.

A seguir, esboça-se graficamente uma primeira visão para a Bacia Hidrográfica; a acompanhar o mapa, formulam-se algumas interrogações: existe uma identidade ou existem umas identidades, porventura interligadas, para o território do Mondego? Pode uma estratégia de conjunto resgatar e reforçar essa(s) identidade(s)? Em caso afirmativo, qual o denominador comum, qual o fio condutor em que é tecida essa estratégia, em que vertente, temas, métodos e acções assentaria?

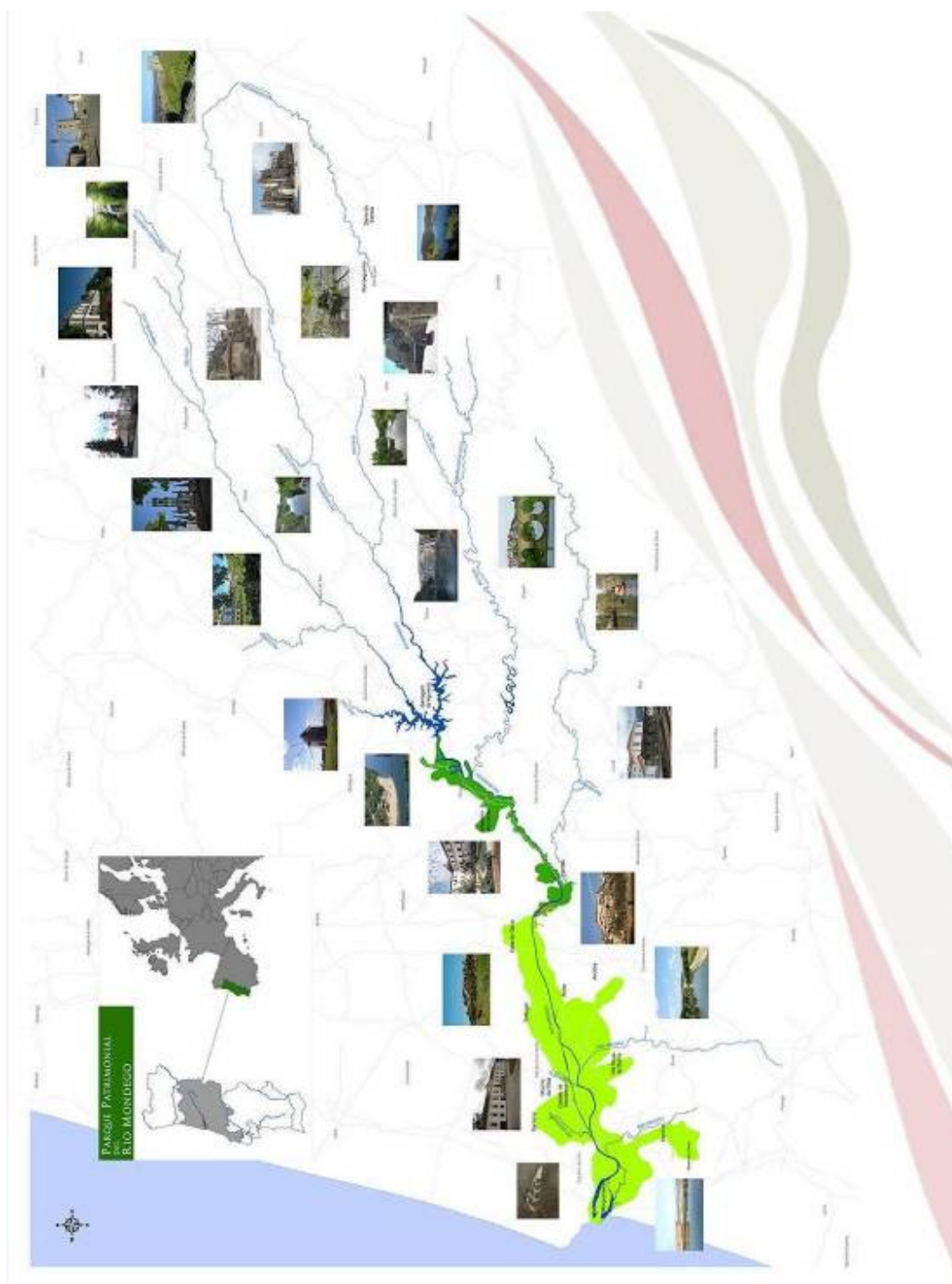


Figura 1

Parque Patrimonial do Mondego: uma visão para a bacia hidrográfica

Fonte:

Elaboração própria a partir de um trabalho de SIG de Cláudia Costa

Capítulo II – A discussão prévia e as hipóteses explicativas

Discussão acerca do conceito de parque patrimonial e dos estudos de cariz patrimonial sobre as paisagens culturais – o estado da arte.

O projecto de parque patrimonial como um projecto verde

Parque patrimoniais ou parques temáticos?

Discussão acerca do conceito de parque patrimonial e dos estudos de cariz patrimonial sobre as paisagens culturais – o estado da arte.

Os conceitos de paisagem cultural e de parque patrimonial

A revisão de estudos sobre a paisagem cultural e sobre abordagens aos seus processos de transformação parte da discussão do conceito de parque patrimonial e da literatura científica produzida a respeito de diversas experiências.

Um parque patrimonial resulta sempre do processo de reavaliação, pela positiva, de uma paisagem cultural. Falamos de paisagens em perda que são alvo de propostas de reordenamento, de reactivação de actividades tradicionais e de criação de roteiros, combinando pedagogia, natureza, cultura e turismo, criando assim condições favoráveis a um novo impulso económico.

Após estudar mais de cinquenta intervenções tanto nos EUA como na Europa um grupo de investigação resultante de uma parceria entre o *Massachusetts Institute of Technology* e a *Universidad Politecnica de Cataluña*, optou por nomear estas operações de reabilitação patrimonial de escala territorial como *parques patrimoniais*, conceito mais abrangente que permite sintetizar a ideia de uma área tratada com um planeamento de base patrimonial (Sabaté, 2004, Frenchman, 2005; Shuster, 2004; Bustamonte, 2004; Casas, 2004; Lista, 2004).

Do estudo e das observações comparativas que empreenderam, este grupo extraiu um conjunto de lições, lições oferecidas pelos parques patrimoniais enquanto instrumentos de projecto e, simultaneamente, de gestão territorial (Sabaté, 2004). Destas lições, importa aqui reter aquelas que apoiam a tese da adequabilidade da figura de parque patrimonial para dar

resposta à demanda de muitas comunidades que outrora viveram dias de êxito financeiro e plenitude social e que hoje encontram-se em queda económica e, talvez mais grave que isso, mergulhadas em preocupantes crises identitárias.

Uma destas lições é a de que os parques patrimoniais anunciam um conceito inovador de preservação do património, ao incorporar-lhe uma componente propositiva, tomando os recursos patrimoniais como activos disponíveis para aquecer a economia local. Para a avaliação e para o projecto de renovação destas paisagens, revelam os mesmos estudos, diversos parques patrimoniais recuperam a sintaxe espacial usada por Kevin Lynch estudos das cidades americanas descrito no famoso livro *The Image of the city* (1960).

Outra lição não menos relevante, diz respeito ao facto de os parques patrimoniais alicerçarem toda a sua estratégia na valorização dos recursos endógenos e no envolvimento dos *stakeholders*. Os estudos referidos confirmam que o primeiro e talvez mais importante passo para inverter cenários em crise consiste em reforçar a auto-estima das populações autóctones, normalmente muito fragilizada. De facto, os parques patrimoniais mais bem sucedidos (como em Lowell, New Lanark, e em Oberhausen-Emscher Park), têm tido origem em processos *bottom-up*, a partir dos *grassroots*, os amantes do território que se interessam por fazer dele o seu futuro. (Sabaté, op. Cit.)



Figura II Logotipos de diversos parques patrimoniais

Fonte: Diversos websites

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Fotografia 1 Castlefield Urban Heritage Park (Manchester, Inglaterra)

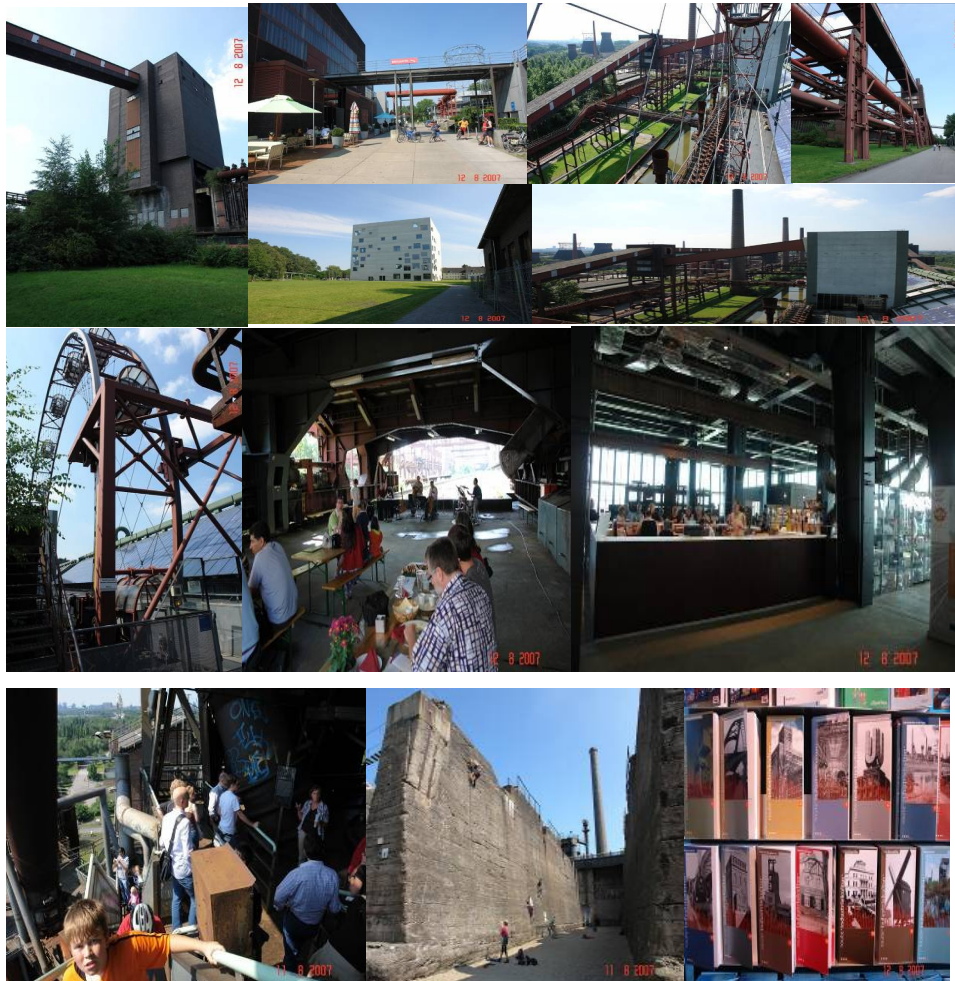


Fotografia 2 Zollverein Park (Emshet Park, Vale do Rhur, Alemanha)

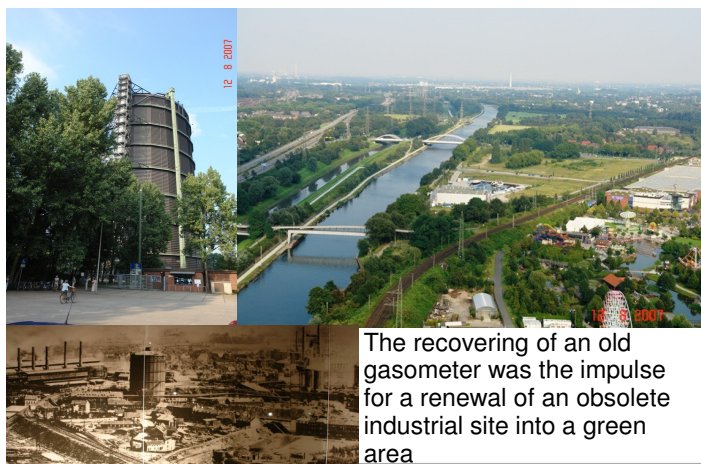


Figura III Mapa da Rota do Património Industrial – Emshet Park (Vale do Rhur, Alemanha)

Fonte: Foto de Painel Expositivo no Zollverein Park



Fotografia 3 Zollverein Park (Emsher Park, Vale do Rhur, Alemanha)



Fotografia 4 Gasómetro – Oberhausen ((Emsher Park, Vale do Rhur, Alemanha)

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Fotografia 5 Nieuwe Hollandse Waterlinie (Holanda)

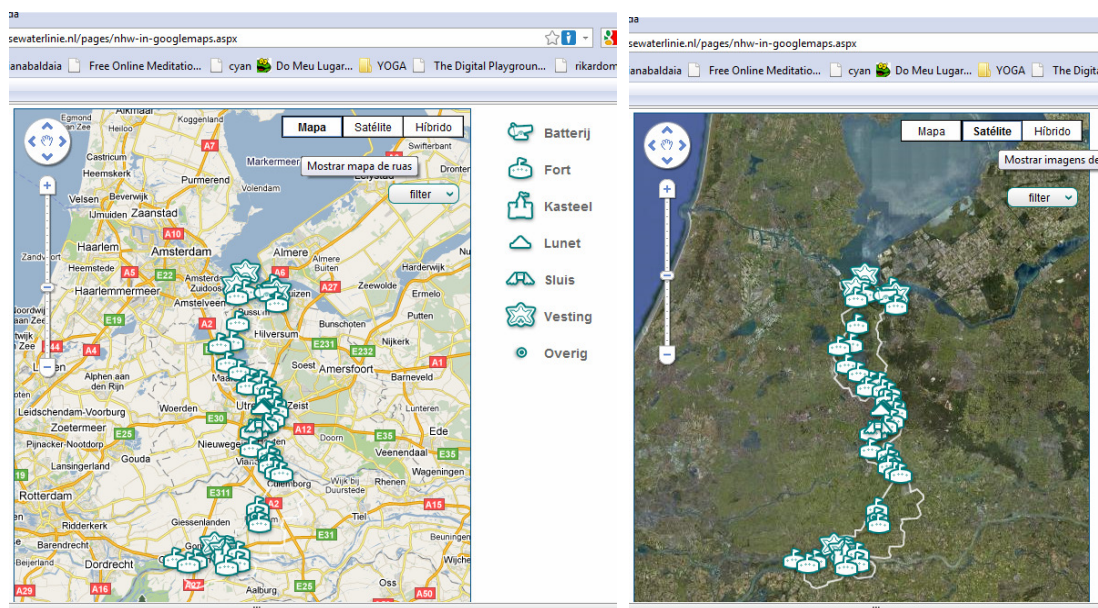


Figura IV Nieuwe Hollandse Waterlinie (Holanda). Vista mapa e Vista satélite

Fonte: <http://www.hollandsewaterlinie.nl/pages/nhw-in-googlemaps.aspx>

O retrato, ainda que breve, dos parques patrimoniais não fica completo se não se fizer a ligação deste modelo de gestão territorial ao tema das paisagens e ao tema do turismo. A própria definição de parque patrimonial, segundo os seus principais estudiosos, remete de imediato, tal como já foi dito, para a noção de *paisagem cultural*. (Sabaté, Frencham, Shuster; 2004)

Introduzido por diversos geógrafos franceses e alemães do final do século XIX, como Vidal de la Blache e Otto Shuttler, este conceito adquiriu grau de maturidade e progressiva autonomia disciplinar a partir do trabalho de Carl Sauer. No seu livro “A Morfologia da Paisagem (1925)”, este antigo professor da U.Bekerly afirma, “a Paisagem Cultural é criada por um grupo cultural a partir de uma paisagem natural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem é o resultado”. Deste modo Sauer vincula definitivamente a paisagem à acção humana, podendo entender-se a paisagem cultural como o registo desta acção sobre o território natural.

Os parques patrimoniais recebem este legado cultural da paisagem, colocando-o no centro da sua proposta e a sua concepção reflecte, por norma, as preocupações das linhas de investigação focadas nas transformações da paisagem (Roger, 1997; Burel, & Baudry 1999).

Ao conjugarem valores inatos e artificiais, indo ao reencontro do ancestral equilíbrio entre Homem e a Natureza, os parques patrimoniais assumem o repto lançado por proeminentes precursores da ecologia da paisagem de tornar as estruturas construídas em elementos de valorização e continuação dos processos naturais (Hough, 1995).

Observamos também que o entendimento da paisagem proposto pelos parques patrimoniais distancia-se de reincidentes movimentos de naturalização da paisagem, arrogando todo o seu espectro mais actual. Com efeito, os parques patrimoniais põem de manifesto uma paisagem híbrida, mestiçada (Cauquelin, 2008), alargada na sua esfera de actividades, nos conceitos e práticas, do ambiental ao tecnológico.

Verifica-se também que os parques patrimoniais recusam a reducionista conotação das paisagens com os respectivos ecossistemas naturais aproximando-se da linha de pensamento de Alain Roger (1977) quando refere a dualidade *país-paisagem*. Ao fazer despertar a paisagem cultural adormecida, o parque patrimonial promove o salto de *país-território* neutro para a *paisagem-território antropizado*. Considerando o papel actuante, (fisicamente transformador) e ainda a óptica interpretativa (caldeada pela memória colectiva) aportada sobre as paisagens, pode afirmar-se que o conceito de parque patrimonial ajuda à validação da teoria de Roger relativa à dupla *artealização da paisagem, in situ* (sobre o terreno), e *in visu* (sobre o olhar).

Ao tempo que se manifestam hesitações com respeito ao papel a outorgar às paisagens no contexto de gestão territorial é reconfortante constatar que no campo científico atravessamos um período de retorno a este debate. Não será mesmo exagerado falar em uma certa euforia em relação ao estudo da paisagem, face ao enorme número de eventos científicos que tem lugar em cada ano. Vale a pena também observar o extenso leque de variantes temáticos: das identidades ao rural; do turismo ao lazer; da ecologia à antropologia; da sustentabilidade ao ambiente e às energias; da gestão de riscos às alterações climáticas; da cultural à biodiversidade, da inter à transculturalidade, etc.

Este renovado interesse pelas paisagens é também confirmado pela multiplicação das associações e rede de investigadores afectas ao tema, muitas delas oriundas do ramo da ecologia da paisagem. No meio desta efervescência teórica, e talvez por isso mesmo, vale a pena recuperar o já aparentemente distante (face à torrente comunicativa emanada da actual agenda da paisagem) ensaio do professor Álvaro Domingues (2001) acerca da discussão do

reposicionamento disciplinar da paisagem. Na *revisitação da paisagem* que propõe começa por traçar um quadro conceptual do conceito, fazendo tardio mas necessário balanço da sua emancipação em relação à Geografia-ciência das paisagens.

Com apoio nas teses de alguns dos talvez últimos representantes duma linha de pensamento que insiste na paisagem como entidade estética física, ideológica e imageticamente construída - como Roger, Cauquelin e Berque (1995), Domingues questiona a coerência da evolução do conceito, anotando hesitações epistemológicas que tiveram como resultado a sua apropriação por novas disciplinas emergentes, com destaque para as do domínio ambiental, de que é exemplo a mencionada Ecologia da Paisagem. A identificação de processos cíclicos de entrada e saída da paisagem da casa-mãe da Geografia, a par da tomada de consciência do câmbio de paradigmas nos processos de artealização, seja *in situ*, seja *in visu*, discernidos por este Autor, sugerem-nos uma homologia latente entre a mutação do conceito de paisagem e os mecanismos ou forças sócio-culturais de transformação da paisagem (in)tangível.

Como hipótese de trabalho, ventilaríamos que estes percursos paralelos entre paisagem-conceito e paisagem-dispositivos de transformação, são percorridos a velocidades diferentes, não acertando o timing do conceito com o do elemento explicitado.

A hipotética dessincronização explicaria o recorrente sentimento de orfandade agregado à disciplina do estudo das paisagens, sempre à espera da sua (im)possível refundação à luz de novos paradigmas sociais, culturais, ambientais e económicos. Paradigmas que, quase ao ritmo do dia a dia, vamos procurado assimilar e que não se coadunam, dificilmente encaixam, nas classificações oficiais e tratados internacionais; como as da UNESCO sobre as paisagens culturais, protectoras mas estáticas, ou nos bem-intencionados mas vinculativos e dificilmente cumpríveis, tratados internacionais, como a Convenção Europeia da Paisagem. Porém, seguindo as conclusões de Domingues, uma ou duas certezas prevalecem:

“A conciliação da Geografia com a Paisagem, implica, por tudo o que foi dito, um exercício de refundação conceptual cujas polaridades tradicionais – natureza e cultura – permanecem. Faltará, porventura, questionar e encontrar novas e velhas interdisciplinaridades que enriqueçam essa construção e permitam superar os obstáculos próprios daqueles que pensam que a Geografia das Paisagens está em crise porque desapareceu aquela espécie

de patine ruralista tradicional e atávica que outrora lhe dava sentido (...) Entre a radicalização ecologistas e o discurso negativo sobre as paisagens urbanas, haverá concerteza muita matéria para rever e reinventar”(Domingues, 2001:65).

Com base nesta premissa, aceitando este repto, de primeiro aportar noções, e depois de rever e reinventar, o projecto de investigação irá procurar forjar uma armadura teórica que permita esgrimir, com solidez conceptual, argumentos em nome das actuais, e difamadas em tantos círculos, paisagens da vida quotidiana.

O projecto do parque patrimonial como um projecto verde – relações com o urbanismo e construção sustentáveis

Comecemos por observar como no actual mercado imobiliário os chamados *princípios verdes* já não traduzem apenas ganhos ao nível da sustentabilidade pela presença de requisitos energéticos ou ambientais antes reflectem uma tirana imposição de novos standards de qualidade. E quem não tiver o último modelo de casa ecológica *carbono zero*, a juntar ao carro híbrido e às férias em segunda residência em resorts pseudo-rurais, não está pelo planeta; está outra vez *out*.

Antigamente, sobretudo nas aldeias e vilas, as pessoas praticamente não tinham oportunidade de desperdiçar. Os recursos eram escassos e portanto, eram valiosos e tinham, normalmente, um longo ciclo de vida. Estes dois factos sugerem-nos uma cautelosa ponderosa acerca do significado de urbanismo dito verde ou dito sustentável.

Recusar uma abordagem *eco-high-tech* fácil, tanto na arquitectura como no urbanismo ditos verdes, não é certamente um bom caminho, como o também não o é seguir cegamente soluções ecológicas de tipo *low tech*.

Quanto mais a discussão, importada, sobre o *green design* ou sobre o *green urbanism* forma parte das nossas sociedades, mais se torna necessária uma desmistificação dos paradigmas da chamada *green culture*.

Actualmente, nas cidades, emergem novos temas ecológicos graças a dinâmicas campanhas promovidas por organizações ambientais sem fins lucrativos, recordando-nos que a tradicional fronteira entre os dois mundos, o rural e o urbano, é muitas vezes, meramente artificial.

Apesar deste facto, os processos naturais continuam a ser considerados, por regra, como um fenómeno exclusivo do campo, como se a cidade, quase por definição, estivesse isenta deles. Obviamente esta é uma visão restritiva que deve ser questionada em termos de reconhecimento de continuidades e interações, para além da óptica dominante que enfatiza os antagonismos, nas relações campo-cidade.

Ao longo da história de já quase cem anos, o conceito de paisagem cultural negou sempre esta dicotomia, talvez devido à sua essência dual, a qual incorpora influências naturais e antrópicas. Acresce que muitas das paisagens culturais do nosso quotidiano, particularmente aquelas que foram revitalizadas através dos chamados parques patrimoniais, mas não só estas, revelam uma bem sucedida integração de padrões sustentáveis e eco-soluções habitualmente conectadas com políticas verdes urbanas. É neste ponto que é requerida uma especial atenção para estas paisagens e para os ensinamentos que podemos colher dos estudos que sobre elas se vêm debruçando.

A presente dissertação e o projecto de parque patrimonial entendem esta nova cultura territorial verde como híbrida, miscigenada, permeável a ideias e práticas rurais e urbanas. Esta cultura expressar-se-ia através de paisagens em mudança e estas seriam conformadas por uma nova economia de recursos. Por outro lado, constata-se que o processo de reavaliação das paisagens culturais sublinha uma renovada dimensão física do território baseada na gestão sustentável de recursos – energia, água, terra e materiais de construção – alargando assim o seu espectro de possibilidades.

Reparamos ainda que em tempos de crise de identidade do território as culpas recaem sempre sobre a cidade: a origem de todos os males. Por seu lado, em tempos de crise de identidade da cidade, como a que agora atravessamos, a forma urbana é novamente chamada, desta vez para responder ao desafio de consolidação ou melhor dito, de caracterização (no sentido de atribuir carácter) da cidade fragmentada, diluída em periferias que avançam pela estrada afora, sem pudor, em linhas divergentes, sobre as paisagens antes imaculadas. Este difícil e quase ciclópico trabalho deve ser feito com uma visão do todo, mas cirurgicamente, a partir de uma interpretação das transformações da paisagens urbana e rurais (agora convertidas em algo entre uma coisa e outra) e utilizando um desenho urbano responsável.

A desruralização, irmã mais jovem da desurbanização, deve ser atendida sem apego ao rural perdido, mas com um olhar atento, penetrante e interpelador dirigido às marcas que vai produzindo no território. À nova malha de relações tecidas entre o dito rural e o dito urbano correspondem repercussões físicas e sócio-culturais sobre as áreas de contacto e seus habitantes. Obviamente este encontro de novas formas e fluxos de ocupação territorial só poderiam dar origem a paisagens diferentes daquelas a que os artistas nos tinham inventado nos últimos séculos (Roger, 1997) e para as quais tardamos em reconhecer, tal como em geral tardamos em assimilar determinados movimentos artísticos contemporâneos que escapam aos códigos a que nos habituámos. Enquanto chega essa aquisição da nova *artealização in visu*, essa *invenção da paisagem* (Roger, 1997; Cauquelin, 1989) podemos socorrer-nos dos escritos de analistas que atirados para uma mais profunda consciencialização do fenómeno manifestam o seu entendimento da questão através do encargo de novas designações. *rua da estrada, paisagens transgénicas?* (Domingues, 2009a; 2009b)

Em relação ao tema da sustentabilidade, aparentemente, estamos a viver um momento muito favorável já que a discussão amadureceu e hoje é mais ou menos tácito afirmar que as cidades ditas *verdes* estão definitivamente na moda.

Primeiro na Escandinávia, depois na Europa Central e finalmente no Sul da Europa, as etiquetas e rótulos *verdes* vêm adquirindo uma crescente visibilidade, acabando por marcar a diferença no mercado imobiliário, o qual rapidamente se adaptou à mudança de paradigma, aderindo a vistosas campanhas publicitárias baseadas em clichés da *literatura verde*. A crise económica, agudamente reflectida na descida das vendas, terá servido de estímulo a incrementos na qualidade da construção, mas sobretudo, a uma nova abordagem comercial: *compre verde, adopte um estilo de vida ecológico...*

Enquanto as cidades, não importa o seu tamanho, voltam-se para políticas verdes e eco-soluções, a cultural, antiga e vivenciada paisagem (que se transformando em equilíbrio com a natureza, ao longo de tempos imemoriais) tornou-se, subitamente, de acordo com os novos padrões, e apenas porque não encaixa bem neles (o que não surpreende, já que são factos feitos à medida de demandas específicas) subdesenvolvida em termos de sustentabilidade. Bem, é urgente clarificar este equívoco e fazê-lo pela positiva, ou seja, reposicionando a paisagem cultural nos estudos urbanos e territoriais.

O projecto PPM procura atestar que a cultura das paisagens está viva e que o seu papel extravasa o atribuído no domínio da emergente ecologia da paisagem, podendo assumir um protagonismo próprio no debate centrado no urbanismo e planeamento ditos verdes.

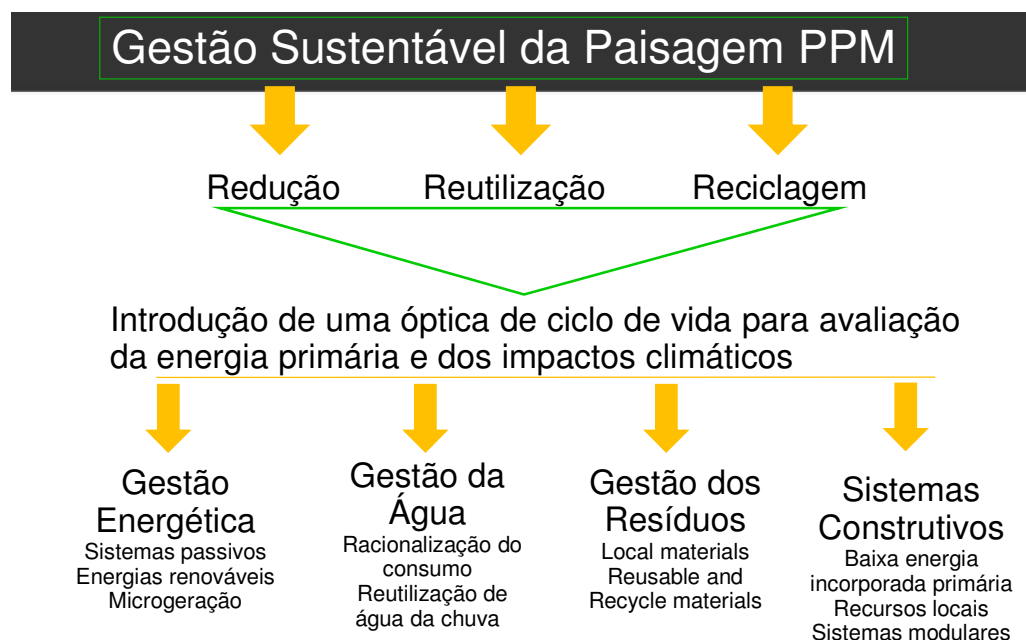


Figura V Gestão sustentável na paisagem do Parque Patrimonial do Mondego

Fonte: Elaboração própria

Os sistemas de informação geográfica e de comunicação

Regressando à problemática da figura de parque patrimonial, e no âmbito da sua intersecção com o tema turístico, a preocupação com os interesses e preferência dos turistas, torna pertinente o recurso a tecnologias de ponta. No PPM, a combinação de sistemas de informação geográfica (sistemas que auxiliam a análise espacial e o projecto do suporte físico) com um guia inteligente, gerado a partir de um website e accionado por dispositivos móveis, tecnologia *wireless* e sistemas de navegação *GPS*, cria um interface de comunicação com o visitante que amplifica a experiencia turística no interior do parque patrimonial (Ryan, 1998; Tjostheim, i. & Fesenmaier, 2008).

No âmbito das experiências portuguesas o trabalho de revisão de literatura englobou a leitura dos processos de salvaguarda e classificação de algumas paisagens culturais portuguesas e espanholas, sobretudo as ribeirinhas, como é o caso do Douro (Curado, 2003; Bellindo, 2005; Casas, 1999) bem como estudos de identificação e caracterização de unidades de paisagens (Cancela d'Abreu&Pinto-Correia&, 2001).

Parques temáticos ou parques patrimoniais?

Caracterização do conceito de parque patrimonial por oposição ao de parque temático

(Nota: texto em co-autoria com Cláudia Costa)

Constata-se, com algum desapontamento, que aos olhos do comum cidadão (local ou turista, nacional ou estrangeiro, estudantes e até mesmo professores) *parques temáticos* e *parques patrimoniais* tendem a confundir-se, tidos ambos como espaços recreativos. Este equívoco, demasiado frequente para ser ignorado, talvez se deva às semelhanças de nomenclatura e à inexistência de regimes jurídicos específicos. Importa, portanto, clarificar esta diferença entre um e outro tipo de parque, estabelecendo critérios que de futuro facilitem o discernimento da dicotomia que sustentamos estar aqui em jogo.

Procurando abrir caminho numa abordagem comparativa, pesquisam-se, dentro do quadro europeu, padrões de distribuição geográfica de ambos tipos de parques, ao mesmo tempo que se assinalam os diferentes impactos associados, sobretudo os ambientais e socioculturais, e com ênfase nos que são adversos.

Adicionalmente, colocam-se um conjunto de questões básicas às quais se pretenderá dar uma resposta prática nas próximas linhas: os parques temáticos e os parques patrimoniais apresentam-se com os mesmos critérios de sustentabilidade? Há um preço a pagar pelo êxito económico dos parques temáticos? Os parques patrimoniais apresentam-se como alternativas sustentáveis de intervenção em paisagens culturais?

Resta acrescentar que esta discussão se fará à luz dos novos padrões – económicos, sociais, ambientais - e que terá como referência a experiência em curso, da concepção e

promoção de um parque patrimonial fluvial na região centro de Portugal - o parque patrimonial do Mondego.

É a partir da década de cinquenta, e sobretudo nos EUA, com a popularização do automóvel privado, que os parques temáticos se consolidam tornando-se um produto sem rival no mercado do lazer, espécie de fonte inesgotável de lucros.

Após décadas de prosperidade, período em que se exportaram parques americanos um pouco por todo o mundo, os anos noventa haveriam de trazer importantes e aparentemente imprevistas, perdas de público e, concomitantemente, uma quebra acentuada de receitas, ao ponto de ser colocada em causa a viabilidade económico-financeira de parques emblemáticos. O caso talvez mais mediático, foi o da Eurodisney-Paris, envolvido em processos de despedimento em larga escala e onde chegou mesmo a equacionar-se o encerramento definitivo.

Face a este cenário ameaçador as *majors*, que sempre estiveram à frente do negócio, não tardaram em reagir, abrindo novos parques com temas novos, ou reformulando os antigos, procurando desta vez, sem prejuízo da tónica colocada no divertimento, uma aproximação, ainda que superficial, ao imaginário dos países em questão. Esta inflexão táctica, ainda que baseada numa cosmética cultural, parece estar a dar os resultados esperados, tendo permitido, já no dealbar deste novo século, relançar os parques de primeira geração e afirmar, mais ou menos rapidamente, novos parques.

Malgrado o êxito financeiro alcançado, cabe dizer, do ponto de vista sociocultural, que este habilidoso piscar de olhos ao património não consegue ocultar a assimetria latente entre parques temáticos e os chamados *parques patrimoniais*, estes sim firmemente vinculados aos recursos patrimoniais locais. Vamos então, sem mais demoras, à análise comparativa

Dois tipos de parques; definição e conceitos -parques temáticos

Ainda que os primeiros exemplos datem do fim do século do XIX, e se situem nos Estados Unidos, é comum ler-se que o primeiro parque temático propriamente dito abriu ao público na Califórnia, em 1955 e foi mesmo o célebre *Disneyland*. Desde então, a indústria dos parques temáticos tem tido um crescimento exponencial tanto nos EUA como em todo o mundo, tanto em número de novos parques como no número de visitantes (Clavé, 1999).

Os parques temáticos são empreendimentos de grande escala que utilizam temas diversos, ancorados no imaginário colectivo, adoptando como estratégia de mercado o estímulo da actividade turística. Por norma estes parques são concebidos com base num conceito que conjuga a fantasia e a ilusão de um novo mundo.

Observa-se também que estes parques apostam numa forte identidade corporativa e implantam-se em áreas extensas e bem delimitadas, na qual “a realidade deve parecer um sonho e o sonho realidade” (Dybedal & Engebretsen, 1996; Zuchi & Barleto, 2002). Assim, a partir de uma temática singular, os parques temáticos convidam o visitante a uma fuga da rotina através de uma viagem virtual a um mundo imaginário ou a um cenário histórico cuidadosamente recriado, sempre a pensar nas crianças, o seu principal público-alvo. A implementação de um parque temático começa, porém, na caracterização social, económica, urbanística e comercial, da cidade e região onde pretende construir-se já que uma boa localização é um factor crítico (Clavé, 1999). Segue-se, como em qualquer investimento, a análise da viabilidade económico-financeira e jurídica do projecto e, posteriormente, a compra de equipamentos, quase sempre importados, sofisticados e fazendo uso de tecnologia de ponta (Zuchi & Barleto, 2002).

Tendo em conta o enorme fluxo de visitantes que suscitam, os parques temáticos são bastante exigentes em termos de serviços e infra-estruturas. Normalmente, e como contrapartidas para o licenciamento, contribuem para o incremento das vias de circulação e para a infra-estruturação do espaço público na sua envolvente.

Diversos são os factores a ter em consideração na hora de decidir a instalação de um parque temático (Luque, 2004). Como já se referiu, a localização é determinante. Como o número de visitantes de um parque temático é necessariamente muito elevado, devido à escala do investimento, costumam ser implantados em áreas periféricas de grandes cidades e dentro de áreas metropolitanas¹..

Resumindo, os parques temáticos constituem empreendimentos de animação turística, de escala regional, inspirados em algo histórico, cultural, etnográfico, lúdico ou ambiental,

¹Prevê-se que o turista viaje no máximo duas horas para se deslocar até o parque (Clavé, 1999) e tem-se em consideração o facto de os visitantes, na sua maioria, organizarem-se em pequenos grupos (em média, quatro ou cinco pessoas), em que metade dos membros são crianças. De facto, a principal motivação é a possibilidade de oferecer novas experiências aos mais pequenos, sendo que muitos apenas visitam um parque por ano mas visitam o mesmo parque várias vezes. Além disso, a maioria dos visitantes que estão em viagem, pernoitam num estabelecimento do município e visitam outras atracções que fiquem próximas do parque (Dybedal & Engebretsen, 1996)

característico ou não do local em que se insere, que ampliam a oferta ao nível do lazer, nas suas funções de recreação, divertimento e pedagogia. De facto, num estudo realizado na Noruega, verificou-se que o aspecto da aprendizagem é cada vez mais considerado pelos visitantes na escolha por estes locais (Dybedal & Engebretsen, 1996).

Este tipo de parques está também muito ligado ao conceito de “locais de consumo”. Por exemplo, Finn e Erdem (1995) analisaram o desenvolvimento de “mega-centros comerciais”, como atracções turísticas e a combinação do conceito de “ir às compras” com o de parques temáticos, como um factor importante no desenvolvimento do turismo urbano².

Parques Patrimoniais

O conceito nasce quase em simultâneo na Europa, com a recuperação da cidade da indústria do algodão de *New Lanark* e nos Estados Unidos, com a criação do do Parque Nacional do Carvão, ambos datados de 1972 (Sabaté, 2004). Mas foi sobretudo na América com a seguinte renovação da *Company Town* de *Lowell*, ainda nos anos setenta, que a recuperação das chamadas *áreas patrimoniais* (assim declaradas pelo Congresso Americano) ganha expressão graças às políticas oficiais da administração e à entrada em vigor de legislação protectora (Frencham, 2005). A operacionalização destas políticas ficou desde muito cedo entregue ao *National Park Service* (NPS) – agência federal criada em 1916 - que haveria de promover e gerir centenas de parques, sobretudo ao longo dos anos oitenta e noventa, a maior parte deles tematicamente relacionados com a história da América (Frencham, 2005). Através da reconstituição da narrativa de como se ergueu a nação americana, num trabalho em que se aliam estudos científicos, preservação natural e patrimonial e intuitos lúdicos, pedagógicos e turísticos, o NPS vem impulsionando a recuperação social e económica de áreas em perda ou em risco, de *company towns* a infra-

² Podemos agrupar os vários parques temáticos de acordo com os temas em torno dos quais se baseia a sua criação e organização: de carácter histórico (*Camelot*, Inglaterra), baseados em personagens míticos ou de fantasia (*Asterix*, França), de carácter natural (*SeaWorld*, EUA), concentrados nos multimédia e nas novas tecnologias (*Futuroscope*, França), baseados na geografia e civilizações passadas (*Port Aventura*, Espanha), baseados na indústria cinematográfica (*Universal Studios e Diysney*, EUA), associados a um produto particular (*Opel Livre*, Alemanha) ou baseados no desporto (*Parc del Barça*, Espanha).

estruturas do caminho-de-ferro desactivadas, de sítios arqueológicos a reservas naturais (Mestre, Antolí; 2009).

Por seu lado, na Europa, sobretudo a partir dos anos setenta, assiste-se a um progressivo interesse por recuperar e patrimonializar estruturas físicas abandonadas ou em decadência ligadas a actividades laborais. Foram os casos da pesca na Escandinávia, ou das minas como em França, tomando-se em ambos a designação de ecomuseus (Rivière, 1976). Conotado com o movimento ideológico da nova museologia (Unesco, 1973) este novo conceito supera o de espaço expositivo de tradição neo-clássica e traduz a ideia de um museu basicamente a céu aberto, voltado para a colectividade. Harmonizando-se com os ecossistemas naturais e integrando-se na comunidade local em se insere, o ecomuseu pode desdobrar-se em vários pólos, espalhados pelo próprio cenário histórico, cenário musealizado através de propostas interactivas.

Para os efeitos da nossa argumentação, *áreas patrimoniais* ou *ecomuseus* adquirem um significado semelhante: o de revitalização de paisagens culturais, urbanas ou rurais; o de repensar o território tomando como eixo do projecto os recursos patrimoniais; o de criar espaços museológicos sem paredes; o de promover actividades de educativas e culturais contando com o envolvimento dos residentes.

Um dos aspectos mais inovadores dos parques patrimoniais constitui a adopção de uma visão compreensiva, do conceito de património, que passa a englobar tantos os valores materiais como imateriais, incluindo, neste último campo, as tradições orais, bem como aspectos do quotidiano, os velhos ofícios, a memória colectivas, as lendas e os mitos... Em relação ao turismo, cabe salientar a aproximação dos parques patrimoniais aos interesses e preferência dos turistas, sem prejuízo de manterem-se fiéis ao rigor histórico, à autenticidade e, como já foi sublinhado, à participação comunitária.

A observação de diversos parques patrimoniais, quer através de visitas de estudo, quer através de websites, confirma uma forte aposta na imagem, no marketing e na internet como meios de posicionamento enquanto destino turístico (Martins & Costa, 2008).

Pese embora venham dando provas enquanto atracções turísticas, apresentando volume de entradas e receitas muito interessantes e com curvas de crescimento estáveis, os parques patrimoniais não constituem, pela sua natureza, genuínos projectos turísticos.

A marca do parque patrimonial é, em definitivo, a da afirmação identitária, percebida através da valorização dos recursos locais. Museus ou ecomuseus, hotéis e alojamentos, roteiros turísticos, bem como outras infra-estruturas e serviços turísticos, que captam e fidelizam os turistas e, finalmente, os próprios turistas, chegam a seguir, no fim do processo. Às vezes demoram mesmo anos a chegar em quantidades expressivas, o que não é impeditivo de se podem vir a atingir números de afluência de público interessantes. Assim o confirmam parques patrimoniais consolidados, tanto nos EUA como na Europa, com números de visitantes a atingirem, em algo menos de uma década, as centenas de milhares de visitantes/ano como acontece no *Parque Nacional de Lowell City* e em *Lackuana*, nos EUA, no *Emsher Park* e no ainda no *Ecomusée Creuzot-Montceau-Les Mines*, na Europa. Quando falamos de parques patrimoniais falamos de uma forma concreta de conversão de turismo cultural em produto turístico³. No caso português estes produtos estão explicitados no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) como potencial serviço a disponibilizar aos turistas (Ministério da Economia e da Inovação, 2006). Com referência directa aos parques patrimoniais, o produto em questão é o *touring cultural e paisagístico*, produto esse que, segundo dados mais recentes, apresenta taxas de crescimento das mais elevadas (entre 5 e 10%) em comparação com outros produtos turísticos⁴, bem como uma penetração de Norte a Sul do país que é também das mais elevadas. Ou seja, os parques patrimoniais inserem-se num segmento de mercado turístico em franca expansão.

Vale também a pena assinalar que o turismo cultural e ecoturismo são muito menos afectados pelo fenómeno da sazonalidade do que, por exemplo, o turismo balnear, apresentando uma distribuição mais equilibrada de entradas de turistas ao longo do ano. Para além disso, duma forma geral, constituem modalidades turísticas que requerem menos urbanização, menos edificação e menos infra-estrutura viária, logo, pressupõem menores impactos ambientais adversos. Soma-se ainda a ligação às comunidades, até porque a maior parte das iniciativas bem sucedidas tem origem em associações locais e contam com o respaldo das autarquias locais.

⁴Embora o PNET não faça qualquer referência a eles, segundo a Organização Mundial de Turismo, os Parques Temáticos apresentam-se como um dos segmentos de mercado mais importantes no âmbito do turismo de natureza e ao turismo cultural (OMT, 2000).

Podemos assim afirmar que os parques patrimoniais enquadram-se, indirectamente, na lógica do chamado *turismo sustentável*, i.e., aquele que observa os conhecidos princípios da *sustentabilidade*

Alguns casos de referência -parques temáticos

Disseminados um pouco por todo o mundo, os parques temáticos mais conhecidos mundialmente são os do Grupo Disney, quer os localizados nos EUA quer o construído mais tarde em Paris. Este não é o único caso de um parque “franchisado” fora de portas: o enorme êxito do Parque Temático *Legoland*, em *Bilund*, na Dinamarca, levou também a empresa a abrir parques semelhantes, primeiro em Inglaterra (*Windsor*) e depois na Califórnia (*Carlsbad*). Esta é um traço característico de parques temáticos: a possibilidade de internacionalização e replicação literal em outras paragens.

Na Península Ibérica contam-se algumas dezenas de parques temáticos. Em Espanha destacam-se os importantes *Port Aventura* (Salou), o *Mini-Hollywood* (Almeria) e o *Parque da Warner* (Madrid).

Numa pesquisa efectuada por Santos (2009) a 35 parques temáticos em Portugal – os quais foram catalogados em parques históricos, de fantasia e aventura, de carácter natural e os de Ciência e Tecnologia – verificou-se que os parques temáticos de carácter Natural são os de maior impacto e têm uma projecção transversal. Trata-se de parques impulsionados por uma tentativa de regresso à natureza e às cidades-jardim. De seguida estão os parques temáticos de Ciência e Tecnologia, na sua maioria relacionados com a descoberta do desconhecimento ou dos elementos naturais. Os parques de Fantasia e Aventura são aqueles que têm uma maior vertente lúdica e economicista, estando situados em áreas turisticamente influentes. Por último temos os parques temáticos históricos que são apenas quatro em Portugal, número que não se coaduna com o rico passado histórico do país.

Parques Patrimoniais e paisagens culturais em Portugal

O sector dos parques patrimoniais apresenta, em Portugal, até ao momento, uma fraca expressão. Apesar de Portugal dispor de três paisagens culturais inscritas na lista de Património Mundial da Humanidade da UNESCO – Sintra, Vinhas dos Açores e o Alto Douro

Vinhateiro – nenhuma delas está a ser gerida com recurso a um instrumento integrado e operativo, como seria o caso de um parque patrimonial.

Para se dar um exemplo da dificuldade quase endémica em Portugal gerir as suas paisagens e o seu património, revisitemos o processo que resultou na inscrição do Alto Douro Vinhateiro e que suscitou, depois de diversas hesitações, na elaboração de um *plano intermunicipal*, figura do nosso ordenamento jurídico raras vezes utilizada.

Desde logo vale a pena registar que a elaboração deste plano não foi um dado de partida da candidatura, antes resultou de uma recomendação da UNESCO no sentido de que existisse uma planificação integrada do território (Curado, 2003). Depois de várias vicissitudes, o plano elaborado, aprovado e publicado e inscrição conseguida. Contudo, a verdade é que passados já vários anos, na prática, ainda mal se reconhece a sua implementação.

Aparentemente, as paisagens do Douro continuam a ser geridas de modo desarticulado e, para não ir mais longe, as rotas turísticas têm ainda uma fraca visibilidade e uma previsível baixa rentabilidade. Apesar de algumas experiências e investimentos bem conseguidos, como a Quinta da Casa Amarela e a Quinta da Pacheca (Lignon-Darmaillac, 2008), é consensual dizer-se que há ainda muito por fazer e por explorar no alto Douro Vinhateiro. A ideia de que falta um instrumento agregador, quer ao nível do projecto do território, do marketing e do desenho de rotas turísticas, quer ao nível da gestão, parece ganhar consistência à medida que aumenta a concorrência de outras regiões vinícolas nos países vizinhos, como *la Rioja* ou a região da Alsácia, onde a aliança vinho-paisagem-património-arquitectura contemporânea e turismo tem trazido benefícios bastante mais evidentes (Lignon-Darmaillac, 2008).

O caso do Alto Douro Vinhateiro, aqui trazido de forma simplificada, e sem referência à intricada rede de jurisdição territorial que tradicionalmente bloqueia a operatividade do planeamento em Portugal, serve também para colocar a nu as fragilidades do nosso sector turístico, bem como as ineficiências na gestão das paisagens, mesmo nos casos em que está acima de qualquer dúvida o respectivo valor patrimonial.

Este exemplo confirma também a desadequação do quadro normativo do ordenamento face ao desenvolvimento local, salientando-se a ausência de instrumentos de gestão territorial que viabilizem a preservação activa das paisagens culturais.

À falta de experiências consolidadas de parques patrimoniais em Portugal apresentam-se duas, uma em fase de implementação, e outra em fase de projecto; a primeira, o Parque Mineiro da Cova dos Mouros, assemelha-se a um parque patrimonial pela sua natureza, pelo seu vínculo aos recursos locais e pela vontade em proporcionar serviços educativos, de lazer e de turismo. A segunda, o PPM, vem ganhando forma através de um aturado trabalho de âmbito interdisciplinar e filia-se em experiências bem sucedidas de parques patrimoniais. Localizado em Vaqueiros, no Algarve, o Parque Mineiro da Cova dos Mouros surgiu de uma velha mina de cobre e ouro. Proporciona um circuito pedestre em redor das antigas minas, além de reconstituições históricas, desde há 5 mil anos até ao início do século XIX. Neste passeio, o visitante, pode ainda conhecer uma aldeia primitiva e um forte, datados de 2500 A.C. Sobre o PPM já se falou e voltará a falar-se mais à frente

Distribuição de Parques Temáticos e Patrimoniais na União Europeia

Existem na Europa cerca de mil parques temáticos - desde zoos, parques de diversões, aquaparkes, espaços naturais e aquários. A França é a campeã de parques temáticos (420), seguida pelo Reino Unido (103).

Por outro lado, existem pelo menos 25 parques patrimoniais, a maioria deles na Alemanha (7), Espanha (6) e Reino Unido (5).

Em média existe 1,7 parques temáticos por cada milhão de habitantes, enquanto que apenas se registam 0,04 parques patrimoniais por cada milhão de habitantes. Dispondo de um tão elevado número de parques, é normal que a França seja o país com mais parques por habitante: 6,5 parques / milhão de habitantes, praticamente todos temáticos.

Analisando a *Figura V*, verifica-se uma relação directa entre a população de um país e o respectivo número de parques, principalmente temáticos. A Alemanha, França, Reino Unido e Espanha concentram 45,5% da população europeia e 69% dos parques (708).

Uma vez que a maioria dos parques são geridos por grandes companhias, poder-se-ia supor uma correspondência entre o PIB *per capita* de cada país e o número de parques (figura 3).

No entanto, tal não é perceptível na análise realizada, uma vez que a escala europeia uniformiza a falta de equidade territorial de indicadores como a população e a riqueza.

É também de referir que é nos países onde o processo de industrialização foi mais precoce e mais intensivo onde encontramos maior concentração de parques patrimoniais. Tal facto explica também a predominância, nestes parques, dos temas industriais.

Avaliação da sustentabilidade e do desempenho ambiental, social e económico

O turismo é, muitas vezes, criticado pelos impactos socio-culturais negativos que causa nas comunidades locais, principalmente nas de menor dimensão e nas mais tradicionais (OMS, 1993). Neste campo, já se adivinha que o impacto dos parques temáticos ou patrimoniais é claramente distinto, traduzindo, de alguma forma os factores que os distinguem (Quadro I) Comparando a integração paisagística de dois parques, um temático - o *Port Aventura* – e um patrimonial - o *Parc Agrari Del Baix Llobregat* -, verifica-se que o primeiro surge como um elemento novo, artificial, uma estrutura fechada que rompe com a escala da morfologia da paisagem, forçadamente apenso a esta e desligado da sua história e evolução.

Por seu lado, o segundo ganha forma através da incorporação de elementos pré-existentes – caminhos antigos, terrenos agrícolas, unidades fabris, moinhos, canais e outros caminhos de água - confundindo-se com os rasgos mais significativos da paisagem e valorizando, com fins pedagógicos e artísticos, as suas transformações (Figura 4).

A grande maioria dos estudos aos parques temáticos foca-se nos impactos positivos no emprego, receitas, desenvolvimento local e crescimento da economia local (Braun, 1999/2000). De facto, estes geram receitas bastante elevadas e têm um investimento em infra-estruturas e novas atracções também bastante elevado. (Ver Quadros 2 e 3)

Por estarem associados ao conceito de “locais de consumo”, os parques temáticos são também um factor importante no desenvolvimento urbano (Finn & Erdem, 1995). Nesse sentido, ao nível do emprego, os benefícios gerados pelos parques temáticos não são negligenciáveis, dado o grande número de postos de trabalho directos e indirectos que criam. Contudo, há que não esquecer que se trata, na sua maioria de emprego precário e sazonal, aceite por estudantes (Dybedal & Engebretsen, 1996; Clavet, 1994). Convém ter também presente que mesmo os bens de consumo são, na sua maior parte importados

(Clavet, 1999) e os lucros gerados, como vão parar às mãos das grandes corporações, proprietárias dos parques, são encaminhados para outros destinos, distantes.

Análise comparativa, quantitativa e qualitativa entre as duas tipologias de parques quanto à sustentabilidade e ao turismo

Como referem Perret e Teyssansier (2001) , o turismo sustentado deve ter em conta três dimensões: a preservação dos recursos, o desenvolvimento local e a ética – retorno/partilha. Um pouco por todo o mundo, mas particularmente no espaço europeu, a revitalização económica de áreas em declínio passa, em boa medida, pela aposta no lazer.

Neste campo registamos, por um lado, a proposta massificadora, estereotipada e consumista oferecida pelos parques temáticos - e que tem nos parques da Disney o seu paradigma.

Embora geradores de receitas avultadas, os parques temáticos acarretam impactos ambientais importantes. Estes começam no momento da preparação do terreno, com os gigantescos movimentos de terra, e prolongam-se durante a exploração do parque, devido ao elevado consumo que lhe está associado, com a consequente produção de resíduos e de emissões com gases de efeito de estufa.

Por outro, temos os parques patrimoniais, iniciativas calcadas na cultura autóctone, na paisagem e nos recursos endógenos. Neste contexto, eco-museus e parques patrimoniais têm vindo a assumir-se como estratégias de desenvolvimento sustentável à escala local e regional.

Os parques temáticos revelam ser projectos de curto horizonte temporal, dissociados da cultura, dos recursos patrimoniais, dos agentes económicos e das comunidades locais.

Projectos isolados, auto-centrados e auto-suficientes, excluem uma qualquer visão territorial estratégica e estão claramente dominados por preocupações economicistas.

Por seu lado, os parques patrimoniais apresentam-se como projectos duradouros, integrados em uma visão de desenvolvimento local e regional, agregadores dos recursos patrimoniais, os quais toma como activos económicos. Projectos capazes de promover a valorização dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como a coesão social, através do envolvimento dos *stakeholders*, os parques patrimoniais actuam como motores da economia de escala local ou regional, através da criação de parcerias público-privadas e de ligações institucionais sólidas.

Com respeito ao turismo, os parques patrimoniais constituem-se, até por definição, em atracções de primeira linha, captando turistas culturais e eco-turistas, em número moderado e que, por norma, consomem menos e actuam de modo mais responsável, gerando menores impactos ambientais e sociais adversos.

Ainda que ambos parques temáticos e patrimoniais actuem na mesma área de negócio - o lazer - se retomamos o já clássico axioma de Dumazedier sobre “as dimensões do lazer”, a dicotomia entre uns e outros parques apresenta-se com extraordinária clarividência.

À primeira destas dimensões, *o recreio*, e à segunda, *o divertimento*, ambas bem exploradas nos parques temáticos, os parques patrimoniais juntam a terceira, a do *desenvolvimento*, assumindo-a como um repto. Note-se que não estamos a referir-nos a um desenvolvimento económico, o qual obviamente, também está presente nos projectos de parques temáticos. Trata-se, na acepção de Dumazedier (1977) de um “desenvolvimento da personalidade”, ou seja, do indivíduo. Através de uma “participação social mais alargada”, este liberta-se de amarras práticas e técnicas e sente-se encorajado a adoptar uma atitude mais crítica.

Actualizando e complementando, tanto quanto possível, as palavras de Dumazedier, acrescentaríamos: uma atitude mais responsável. Assim às preocupações pessoais de aprendizagem ao longo da vida compete ao indivíduo, no quadro do exercício do *lazer*, adicionar as preocupações com a preservação do ambiente, das paisagens culturais e da coesão da sociedade em que se insere.

Neste palco de inquietações, neste teatro em que encena o desenvolvimento do território e das transformações das paisagens, os papéis desempenhados por parques temáticos e parques patrimoniais são inevitavelmente antagónicos. Para melhor exprimir esta ideia, pensemos no que nos acontece com relação aos personagens rivais de um filme ou de um romance que acompanhamos, em que, sentindo-nos atraídos por ambos, hesitamos antes de nos inclinarmos para um ou para o outro, mesmo sabendo que só um deve prevalecer, só um nos pode satisfazer o desejo de justiça. Também com relação a parques temáticos e parques patrimoniais não podemos nem devemos confundi-los, sobretudo naquilo representam para a nossa sociedade, para a economia local e para o ambiente. A opção coloca-se entre deixar-nos embalar pela ilusão do momento ou mantermo-nos conscientes, entre render-se ao lucro imediato ou examinar as repercussões, a médio e longo prazo, de um certo tipo de divertimento ou recreio, ainda que se apresente coberto por um aparente manto de aprendizagem.

Balanço e perspectivas para a compita parque temáticos-parques patrimoniais

Os parques patrimoniais representam hoje em dia o que de mais avançado se pode fazer ao nível da gestão das paisagens culturais, *paisagens vivas e evolutivas*, como lhes chama a UNESCO, apresentando ferramentas de trabalho que propiciam novas possibilidades de desenvolvimento, de longa duração, para áreas em declínio carregadas de valores patrimoniais.

Da análise do panorama português, verificamos que o território nacional pelas suas características (em termos de escala, de prolongamento de uma certa autenticidade cultural, de carácter das suas paisagens, de infra-estruturas aero-portuárias, de políticas de apoio ao produto turístico *touring* cultural e paisagístico) apresenta uma clara vocação para a criação e difusão de parques patrimoniais, em detrimento dos parques temáticos.

Uma outra confirmação a que se chega, tanto pela revisão da literatura, como pelos dados recolhidos e pela experiência própria em curso, é de que estes dois tipos de parques não pertencem à mesma família.

Dito de outra forma, parques temáticos e parques patrimoniais não constituem alternativas de ocupação territorial para o mesmo tipo de problemas ou aspirações, pelo que, em boa verdade, o dilema da escolha não chega a ser colocado. De resto, os promotores de um e outro diferem em absoluto: o grande capital e as corporações para os parques temáticos, os cidadãos, as associações locais e os municípios e autoridades regionais para os parques patrimoniais. (ver Quadros 2 e 3)

Confirma-se também que os benefícios que se podem extrair de um e de outro não são coincidentes nem linearmente comparáveis. Idêntico raciocínio pode ser aplicado aos aspectos negativos que podem sobrevir.

Assim, as receitas no curto prazo, dos parques temáticos, ainda que volumosas, podem não justificar os impactos adversos correspondentes.

Na mesma ordem de ideias, a vindicação aos recursos patrimoniais locais patenteada pelos parques patrimoniais pode não assegurar uma resposta suficiente ao problema do desemprego e fazer face, em tempo útil, a economias locais deprimidas.

Justifica-se, portanto, ponderar caso a caso os prós e os contras, sendo certo que a presença de parques temáticos e parques patrimoniais não se apresenta como incompatível ou excludente. Contudo, há que ter atenção, zelar e fazer um bom aproveitamento dos

valores das intrínsecos das paisagens, de acordo com o significado que lhe é atribuído no texto introdutório da *Convenção Europeia da Paisagem*, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000 e subscrita por Portugal⁵: *“Considerando que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e que constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego”*.

Como conclusão, em detrimento de tendencialmente abusivos parques temáticos, reivindicam-se os parques patrimoniais como instrumentos de projecto e gestão do território adequados a um desenvolvimento sustentável.

Esta opção reveste-se de particular importância quando se trata de intervir em territórios com determinadas especificidades: forte interioridade e grande afastamento de áreas metropolitanas; forte expressão de valores patrimoniais; paisagens dotadas de grande valor cénico ou de conjuntos de vestígios históricos ou tradições orais relacionados com antigas actividades laborais e do folclore; áreas que apresentam acentuado declínio social e económico e onde coexistam áreas de mais forte sensibilidade ambiental; e, sobretudo, aqueles territórios onde vários destes rasgos acima enunciados coincidam e se acumulem, o que significaria dizer que estaríamos em presença de paisagens culturais dotadas de carácter, paisagens que se afiguram especialmente vocacionados para a implementação de parques patrimoniais.

⁵ Posteriormente transporta ao sistema jurídico português pelo Decreto n.º 4/2005:

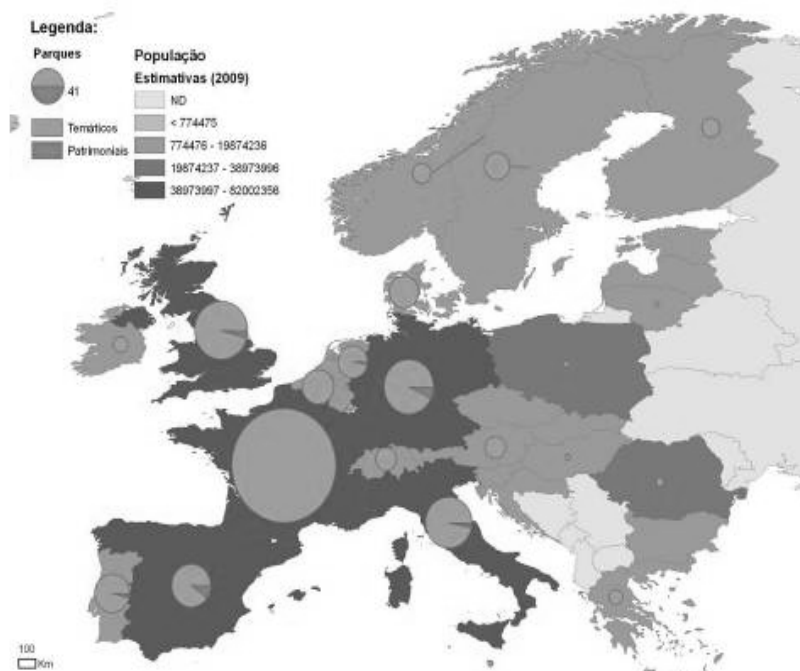


Figura VI População e parques por tipos e por país europeu

Fonte: Eurostat; InfoParks

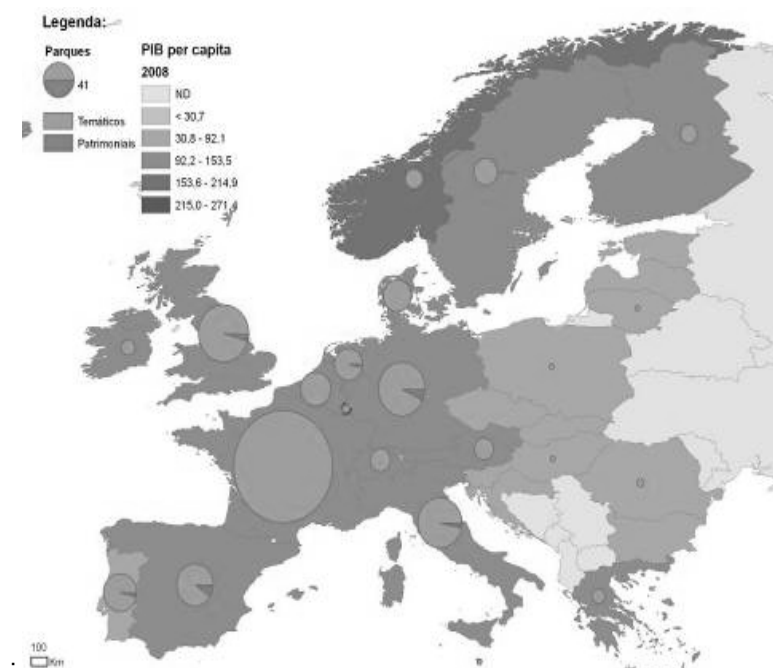


Figura VII Produto Interno Bruto *per capita* e parques por tipos e por país europeu.

Fonte: Eurostat; InfoParks



Figura VIII Parque Temático Port Aventura, Espanha. Vista satélite
Fonte: www.GoogleEarth.com.



Figura IX Parque Patrimonial: Parc Agrari del Baix Llobregat, Barcelona

Fonte: www.GoogleEarth.com.

Quadro I. População e número de parques por país Europeu.

| | População | PIB per capita (EU-27=100) (2008) | Parques Temáticos | Parques Patrimoniais | Parques Temáticos | Parques Patrimoniais |
|----------------------|--------------|---|----------------------|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| | Total (2009) | | Total | Total | Rácio por 1.000.000 habitantes | |
| Bélgica | 10.750.000 | 113.9 | 39 | | 3,6 | 0 |
| Bulgária | 7.606.551 | 40.2 | | | 0,0 | 0 |
| Rep. Checa | 10.467.542 | 80.1 | | | 0,0 | 0 |
| Dinamarca | 5.511.451 | 118.4 | 34 | | 6,2 | 0 |
| Alemanha | 82.002.356 | 116.1 | 88 | 7 | 1,1 | 0,09 |
| Estónia | 1.340.415 | 68.2 | | | 0,0 | 0 |
| Irlanda | 4.450.014 | 136.6 | 8 | | 1,8 | 0 |
| Grécia | 11.260.402 | 93.9 | 7 | | 0,6 | 0 |
| Espanha | 45.828.172 | 103.4 | 53 | 6 | 1,2 | 0,13 |
| França | 64.350.759 | 107.4 | 420 | 1 | 6,5 | 0,02 |
| Itália | 60.045.068 | 100.5 | 81 | 3 | 1,3 | 0,05 |
| Chipre | 796.875 | 94.7 | | | 0,0 | 0 |
| Letónia | 2.261.294 | 55.8 | | | 0,0 | 0 |
| Lituânia | 3.349.872 | 61.1 | 1 | | 0,3 | 0 |
| Luxemburgo | 493.500 | 271.4 | 2 | | 4,1 | 0 |
| Hungria | 10.030.975 | 62.8 | 1 | | 0,1 | 0 |
| Malta | 413.609 | 75.5 | 1 | | 2,4 | 0 |
| Holanda | 16.485.787 | 135.0 | 33 | 1 | 2,0 | 0,06 |
| Áustria | 8.355.260 | 123.2 | 16 | | 1,9 | 0 |
| Polónia | 38.135.876 | 57.6 | 1 | | 0,0 | 0 |
| Portugal | 10.627.250 | 75.5 | 45 | 2 | 4,2 | 0,19 |
| Roménia | 21.498.616 | 45.8 | 2 | | 0,1 | 0 |
| Eslovénia | 2.032.362 | 90.7 | | | 0,0 | 0 |
| Eslováquia | 5.412.254 | 71.9 | | | 0,0 | 0 |
| Finlândia | 5.326.314 | 115.1 | 12 | | 2,3 | 0 |
| Suécia | 9.256.347 | 121.5 | 24 | | 2,6 | 0 |
| Reino Unido | 61.634.599 | 117.2 | 103 | 5 | 1,7 | 0,08 |
| Croácia | 4.435.056 | 63.1 | | | 0,0 | 0 |
| Turquia | 71.517.100 | 45.5 | | | 0,0 | 0 |
| Islândia | 319.368 | 119.8 | | | 0,0 | 0 |
| Liechtenstein | 35.589 | 0,0 | | | 0,0 | 0 |
| Noruega | 4.799.252 | 190.2 | 13 | | 2,7 | 0 |
| Suiça | 7.701.856 | 141.6 | 17 | | 2,2 | 0 |
| Total | 588.531.741 | 0 | 1001 | 25 | 1,7 | 0,04 |

Fonte: Eurostat; InfoParks

Quadro II. Caracterização geral dos parques temáticos e dos parques patrimoniais.

| Áreas de análise | | Parâmetros de análise | Parques Temáticos | Parques Patrimoniais |
|---------------------------------------|--|---|--|---|
| Temas, público alvo e comunidade | | Temas para abordagem | Espacializa a fantasia e o ludismo. | Espacializa a história e a identidade local. |
| | | Destinatários | Orientado para o turismo de massas e de mercado. | Procura turistas culturais e oferece os produtos touring cultural e paisagístico, turismo de natureza e turismo rural. |
| | | Tipo de cultura | Utiliza a cultura popular transnacional (ex.: Disneylândia). | Espectaculariza a cultura local. Fabrica natureza ou cultura para ser vista. |
| | | Participação da comunidade | Nula. | Forte. Normalmente o envolvimento com a comunidade local acontece desde o arranque e mantêm-se constante |
| | | Estudos locais | Nulos ou superficiais, o suficiente para criar um pano de fundo histórico nostálgico e embevecedor | Promoção do estudo da História local das transformações das paisagens culturais Criação de unidades de investigação e de centros de centros de interpretação |
| | | Interacção Turistas / Residentes | Nula ou muito rara, limitando-se a relações comerciais e de serviços. | Elevada, podendo envolver acções de educação ambiental e patrimonial e a participação em actividades do quotidiano. |
| | | Ligações institucionais | Apenas para efeitos de licenciamento. | Forte. Em geral, as instituições locais de administração, educação e património associam-se. |
| Funções, modelos de gestão e impactos | | Relação com os espaços de exibição e produção | Conflitos com os museus. Não se articula com qualquer tipo de produção local. | Integra os já existentes e propõe novos, bem como ecomuseus e centros de interpretação e de difusão e produção cultural e científica. |
| | | Modelo de referência | Centros Comerciais. | Parques naturais e ecomuseus. |

| Áreas de análise | | Parâmetros de análise | Parques Temáticos | Parques Patrimoniais |
|--------------------------------|--|---------------------------------------|--|---|
| | | Sustentabilidade | Forte impacto ecológico (medido em emissões de CO2), desde a construção ao uso e ao desmantelamento Produção desmesurada de resíduos. Gasto energético excessivo e com base a combustíveis fósseis | Baixo impacto ecológico, dado que assenta na reutilização de infra-estruturas e edifícios pre-existent. Produção mínima de resíduos. Gasto energético moderado; incentivo á utilização de energias renováveis |
| | | Propriedade e gestão | Privados, Grandes corporações. | Tem, geralmente, carácter comercial e privado ou semi-publico. |
| Localização e infra-estruturas | | Localização | Periferia urbana, próximo a grandes infra-estruturas rodó e ferroviárias. | Variável, do centro urbano até às paisagens que circundam as cidades ou acompanham os rios. |
| | | Factores de Localização | Terrenos baratos e a acessibilidade. | Presença de valores naturais e culturais, capacidade de carga e mobilidade. |
| | | Nº visitantes | Milhões. | Dezenas ou centenas de milhares. |
| | | Afectação das infra-estruturas locais | Melhoria de infra-estruturas rodoviárias no local de implantação, embora possa significar uma sobrecarga em epoca alta. | O número moderado de visitantes e a baixa sazonalidade não obrigam a grandes investimentos, os quais canalizam-se, para a recuperação e reactivação de meios e vias de transporte antigas e tradicionais. |
| Modelo de Gestão | | Origem | Parques de Atracções. | Recuperação de áreas industriais e mineiras desactivadas ou em declínio. |
| | | Promotores e capital de investimento | Privado, de risco, de grandes corporações. | Parcerias público-privados, fundos de cooperação e incentivos públicos, Administrações locais e regionais e pequenos e médios investidores locais. |
| | | Marketing | Agressivo, incluindo uso dos media, de escala global. | Moderado, com forte recurso a publicidade institucional e mais recentemente, à internet; escala regional |
| Dimensões imateriais | | Dimensões do lazer presentes * | Recreio e Diversão | Recreio, Diversão e Desenvolvimento |

| Áreas de análise | Parâmetros de análise | Parques Temáticos | Parques Patrimoniais |
|------------------|------------------------------------|--|---|
| | Dimensão antropológica do lugar ** | Não lugares; ligados a um mundo provisório, apenas criam contratualidade solitária | Lugares antropológicos, identitários, relacionais e históricos; criam sociabilidade |

Fonte: Elaboração própria, a partir de Braun, 1999/2000; Ferreira, 2005; Sabaté, 2004; Bustamonte, 2004; Clavé, 1999; Dumazedier 1997, Augé, 1994.

* Na acepção de Dumazedier. ** Na acepção de Marc Augé.

Quadro III. Impactos dos parques temáticos e dos parques patrimoniais

| | Parques Temáticos | Parques Patrimoniais |
|---------------------------------|---|---|
| Impactos Ambientais | | |
| Positivos | Empreendedores turísticos investem em medidas de protecção da natureza. | Recuperação de áreas degradadas ou contaminadas. Criação de planos e programas de preservação e valorização de paisagens culturais; Convívio directo e respeitoso com a natureza |
| Impactos Económicos | | |
| Positivos | Aumento do rendimento dos habitantes; Criação de empregos; Modificação positiva da estrutura económica; Industrialização básica da economia regional; Crescimento da economia local. | Criação de empregos e de oportunidades para a criação de pequenos negócio; Modificação positiva da estrutura económica; Crescimento sustentado da economia local. |
| Negativos | Custos de oportunidade; Dependência excessiva do turismo; Inflação e especulação imobiliária; Sazonalidade da procura turística; Modificação negativa da estrutura económica; Necessidade de novas Vias de acesso; Acidentes. | Custos de oportunidade. Período de retorno dos investimentos bastante dilatado - Dificuldade em rentabilizar antigas actividades de forte carácter tradicional e identitário. |
| Impactos Socio-culturais | | |
| Positivos | Modificação positiva da estrutura social; Melhoria provisória da qualidade de vida para alguns estratos sociais mais baixos e sem qualificações (emprego precário) | Modificação positiva da estrutura social; Aumento dos níveis culturais e profissionais da população; Valorização do artesanato; Valorização da herança cultural; Orgulho étnico; Valorização e preservação do património histórico. Envolvimento directo das comunidades. Melhoria da qualidade de vida e aumento auto-estima-confiança-. |
| Negativos | Alterações na moralidade; Movimento intenso; Conflitos; Prostituição; Crime; Descaracterização do artesanato; Vulgarização das manifestações culturais; Arrogância cultural; Destruição do património histórico. Massificação da cultura. | Movimento intenso. Descaracterização de algumas tradições e lugares e bens ou serviços por adaptação ao turismo e para ir de encontro ao interesse dos visitantes. |

Fonte: Elaboração própria, a partir de Braun, 1999; Ferreira, 2005; Sabaté, 2004; Bustamonte, 2004; Clavé, 1999.

Capítulo III – A formulação e o ensaio de hipóteses

Hipóteses de trabalho

Descrição e justificação do PPM – o processo de desenvolvimento do projecto

O rio Mondego – síntese de caracterização do território.

Objectivos do PPM

Temas importantes para o projecto do Parque Patrimonial do Mondego.

O projecto do parque patrimonial como um *projecto verde*.

Linhas de desenvolvimento-projectos do parque patrimonial:

- i) Rotas patrimoniais
- ii) Alojamento em espaço rural – Albergue Difuso
- iii) Ecomuseu do Mondego
- iv) O SIG e o projecto do Guia Inteligente de Apoio ao Visitante
- v) Projecto Caminhos da Memória
- vi) Gestão de riscos e energia de biomassa

Hipóteses de trabalho

A investigação explora quatro hipóteses principais e cuja formulação foi previamente abordada no texto de introdução (capítulo primeiro); aqui se sintetizam:

- a) a relação evolutiva entre rio, populações e paisagem cultural como chave para a compreensão das transformações da paisagem do Mondego
- b) a persistência do rio como matriz geográfica e cultural que define e sintetiza a identidade do território, uma identidade que se adivinha produtiva, calcada nas antigas actividades laborais: a pastorícia, o ciclo de lã e as indústrias de lanifícios, a pesca, a moagem, as culturas de cereais e da vinha a navegação comercial nas barcas serranas, as aguadeiras e lavadeiras, a extracção e transformação do sal, o artesanato, a gastronomia e as tradições orais e demais património imaterial⁶.
- c) a identidade do território como génese para a constituição de uma alternativa ao território

⁶Englobam-se aqui os locais de peregrinação (o caminho de Santiago) e de culto (as igrejas e mosteiros) e também as lendas e mitos do Mondego (a história de Pedro e Inês, a da Rainha Santa e de Santo António).

- d) a figura de parque patrimonial como agregadora de roteiros pedagógicos, lúdicos e turísticos.

Descrição e justificação do PPM – o processo *de desenvolvimento do projecto*

A investigação ampara uma ideia para ajudar a combater o declínio socio-económico das populações ribeirinhas e a degradação da paisagem cultural do Mondego: a do projecto do parque patrimonial do Mondego (PPM).

Trata-se dum projecto que tem avançado da foz em direcção à nascente mas que se encontra insuficientemente estudado para o primeiro troço do rio, troço que apresenta uma paisagem cultural muito marcada pelas actividades pastoris e pelo ciclo da lã.

Procurando compreender os processos de constituição e transformação da paisagem cultural do Mondego, o PPM propõe a sua revalorização e revitalização territorial elegendo o património como seu eixo temático central. O projecto repousa numa estratégia de desenvolvimento sustentável à escala regional e concretiza-se através de recursos e rotas patrimoniais.

O projecto tem vindo a acumular trabalhos de investigação em diversos domínios científicos, o que constitui uma base de partida e um potencial.

Importa, contudo, questionar as ligações e interdependências entre estes trabalhos, encontrar denominadores comuns, isolar invariantes. Toda e qualquer investigação tem que ter muito claros o eixo temático central, o âmbito e o escopo.

Insiste-se: a paisagem humanizada do Mondego e o seu património tangível e intangível; reconstruir a narrativa histórica através de interpretação estruturada e atractiva da paisagem cultural e propor a sua revalorização através da criação de um parque patrimonial que introduz rotas pedagógicas, lúdica e turísticas

O PPM funciona como sede, plataforma conceptual que fornece objectivos, hipóteses gerais (problemas) e que reclama estudos sectoriais aprofundados tendo presente encontrar soluções.

À equipa de projecto do PPM compete fazer a ponte dos vários estudos com o projecto do PPM, participando na formulação consertada de hipóteses gerais e no desenho de propostas de suportes físicos, de equipamentos, de roteiros, de caminhos.

As diversas investigações que vierem a ser requeridas fornecem inputs ao projecto PPM que este irá transformar em novos outputs da investigação, depois de processá-los, integrá-los, de acordo com o seu método, com os seus instrumentos próprios.

Deste modo se garante que o(s) output(s) final(is) do projecto será(ão) venha(m) a ser mais relevante que a mera soma das partes.

O nascimento de uma ideia

A ideia do parque patrimonial tem origem em seminários de formação⁷ realizados em Coimbra ao longo do ano de 2007 e no qual participaram profissionais no activo de diversas áreas – Arquitectura, Arquitectura Paisagística, Geografia, Engenharia, Ambiente, Planeamento, Biologia, Cultura e Eco-Turismo.

O tema central das formações foi o património, elegendo-se uma visão contemporânea e operativa do conceito, o que subentende:

- Visão holística e inclusiva do conceito;
- Património assumido como alavanca do desenvolvimento local, motor da recuperação socioeconómica de territórios em perda nos quais se põe em manifesto uma identidade própria, assente numa forte expressão patrimonial;
- Tomar como referências operações centradas no tema patrimonial, aprendendo com as experiências bem sucedidas, as chamadas boas práticas, e extraíndo delas lições (Shuster, 2004).

Ao longo dos cursos procurou-se extrair ensinamentos de investigações conduzidas em meio universitário sobre o tema do património e da reabilitação de paisagens culturais através de figuras como área de património nacional⁸ (Frenchman, 2004) ou de parque patrimonial. Esta última designação, não oficial, tem sido mais usada no contexto europeu, mais recentemente

⁷ Ambiente, Património e Projecto do Território” (Junho), “Requalificação Urbanística e Valorização Ambiental” (Setembro) e “Arquitectura Ecológica” (Dezembro), todos organizados pela Auchter, entidade formadora acreditada e ministrados pelo autor.

⁸ Usada nos Estados Unidos da América para preservar e valorizar territórios históricos, a partir da gestão do National Park Service.

na América do Sul, e refere-se a parques de vários tipos, de acordo com os temas em presença: agrários, bélicos, industriais, fluviais, históricos, mineiros, etc.

No âmbito da componente prática da formação assumiu-se o repto de dedicar ao rio Mondego uma atenção especial, procurando compreendê-lo e caracterizá-lo a partir do seu património natural e sobretudo a partir do seu património cultural. Este último capítulo implicava a interpretação das marcas deixadas na paisagem, sobretudo as marcas do trabalho e implicava também fazer a recolha das tradições orais. Daqui nasce a ideia de ensaiar a aplicação da figura de parque patrimonial ao território do Mondego. A abordagem ao tema patrimonial assumiu, portanto, desde o primeiro momento, um compromisso com a operatividade, procurando tornar o projecto do futuro parque fisicamente exequível e economicamente viável.

Enquadramento

Num âmbito mais alargado podemos afirmar que a investigação que conduziu ao projecto insere-se no debate sobre as chamadas paisagens culturais. Nas últimas décadas, e a propósito do crescimento do número de parques patrimoniais, primeiro nos Estados Unidos e logo depois na Europa, o conceito de paisagem cultural tem sido retomado de modo recorrente em textos científicos sobre temas como a paisagem, identidades, territórios, etc. Apesar da longevidade o método para estudar territórios com presença de elementos patrimoniais⁹ proposto pela escola de Bekerly nos anos vinte do século passado, escola de que Sauer foi talvez o mais ilustre representante, mantém plena actualidade no âmbito dos processos de reabilitação de antigas áreas produtivas que mergulharam num profundo declínio socioeconómico.

O projecto

Parque Patrimonial do Mondego (PPM) foi o nome atribuído a uma nova figura que numa primeira fase, servia de guião do projecto do território compreendido no eixo ribeirinho Penacova – Coimbra – Montemor – Figueira da Foz.

⁹Trata-se de um método indutivo para analisar e valorizar territórios; o qual passa pelo uso cruzado de diversas fontes para o estudo: mapas antigos, relatos de viagens, recompilação de dados e testemunhos, documentos de propriedade, inquéritos, etc..

Tratava-se de revalorizar e revitalizar uma paisagem cultural que é parte de duas regiões que compreende as NUTS III Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte, as quais ocupam 4679Km² e têm 478.885 habitantes, correspondendo ao PPM uma área de 281,93Km² (6%). A exemplo de outros parques designados como fluviais (como poderiam ser o *Baix Llobregat*, na Catalunha, ou o Parque do Pó, em Itália, ou Miramichi, no Canadá) o trabalho parte da hipótese da persistência do rio como matriz geográfica e cultural, núcleo genético que explica e sintetiza a identidade do território.

O projecto do PPM assenta numa visão contemporânea do conceito de património, o que pressupõe, desde logo, assumir o envolvimento das populações e organismos locais e a adopção do conceito de paisagem cultural, aquela que é gerada pelo binómio natureza-cultura, ou seja, “o registo da acção humana sobre o território” (Sauer, 1925).

Aprendendo de experiências de reabilitação de áreas patrimoniais na Europa, que se visitou e estudou¹⁰, assim como estudos realizados sobre essas e muitas outras experiências também na Europa e nos Estados Unidos¹¹ o trabalho procurou explorar o uso do património como pauta de projecto e o da figura do parque patrimonial como agregadora de recursos, de serviços e de roteiros pedagógicos e turísticos (Sabaté, 2004). Segundo Joaquín Sabaté (2001), pode falar-se num “conjunto de lições a retirar das experiências mais bem sucedidas de parques patrimoniais”.

Em busca de um fio condutor para uma nova narrativa histórica

A observação orientada do território do PPM evidenciou a existência de uma grande diversidade, mas também uma simbiose patrimonial: natureza-cultura.

À medida que se desenvolveu o trabalho, foi ganhando consistência a ideia de que a paisagem do rio Mondego, da serra até à foz, encerra episódios representativos de várias

¹⁰ Em 2007, o autor visitou diversos parques europeus: o Emsherpark (no vale do Rhur, na Alemanha, o qual se desdobra, ao longo do eixo de 80 Km entre Duisburg e Dortmund, em diversos parques ligados à indústria do aço) o Parc Agrari del Baix Llobregat (Barcelona), o Manchester Castlefield Heritage Park (Inglaterra) e a Nieuwe Hollandse Waterlinie (Holanda).

¹¹ Em 1998, investigação conjunta de professores do *Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio da Escuela Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidad Politécnica de Cataluña* e do *Massachusetts Institute of Technology*. Os coordenadores de ambas equipas foram, respectivamente, Joaquín Sabaté e Mark Shuster. A partir deste estudo tem-se multiplicado as comunicações e artigos publicados pelos dois autores e por diversos membros das equipas.

épocas da vida das populações, episódios relevantes para o conhecimento e compreensão da realidade local e que por isso são dignos de serem contados.

Este conjunto de episódios, aparentemente desligados, vierem a revelar-se indelevelmente conectados pela presença do rio, perfazendo uma história que o Parque Patrimonial do Mondego pretende agora resgatar, compilar, reinterpretar, construindo, passo a passo, um novo olhar sobre o território. E como vai fazê-lo? Como pretende o parque contar uma história geral ou as várias histórias que se entrecruzam no tempo e no espaço?

Precisamente, através dos seus elementos constituintes, dos recursos patrimoniais do parque; das actividades laborais e de ócio que se procurará reactivar; dos serviços e comércio que colocará ao dispor dos visitantes; através dos diversos centros de interpretação e ecomuseus onde se descrevem e são expostas, de modo interactivo, objectos e referências do passado; e, finalmente, através dos roteiros turísticos, lúdicos e pedagógicos que o projecto do suporte físico do parque viabiliza.

O rio Mondego – síntese de caracterização do território.

(Nota: texto em co-autoria com Cláudia Costa)

O Rio Mondego nasce na Serra da Estrela, no concelho de Gouveia, a 1525 m de altitude. No seu tímido arranque, é conhecido como Mondeguinho por não passar ainda de um fio de água, característico dos chamados rios de montanha (CCDRC, 2000; Girão, 1941). Baixa então, atravessando a região centro do país, até encontrar o Oceano Atlântico, onde desagua, junto da Figueira da Foz. Entre a nascente e a foz as águas do Mondego percorrem cerca de 232 km (CCDRC, 2000).

Enquanto jovem, corre num vale estreito e profundo, com grandes quedas de desnível e carácter torrencial muito acentuado: nos primeiros 50 km o rio desce 750 m. Inicialmente, corre em direcção ao interior e só em Lageosa do Mondego inicia a grande curva à volta de Celorico da Beira que o levará para sudoeste na direcção de Coimbra, com uma orientação inversa e quase paralela à anterior (Girão, 1941).

Neste primeiro troço, graças à força da gravidade e ao seu forte caudal, nos séculos XIX e primeira metade do século XX, o rio, na sua fase jovem, é em boa medida responsável pelo aparecimento de uma série de fábricas de têxteis e de lanifícios que o usavam como força motriz e também para lavar a lã dos animais posteriormente transformada em cobertores de papa e outros produtos. (Martins, 1940).

A presença de moinhos, pisões e rodas hidráulicas nas encostas do Vale do Mondego, junto à Guarda, nas aldeias de Trinta e Maçainhas, testemunham ainda hoje a existência de pequenas comunidades rurais com uma economia ancestral baseada no ciclo da lã: dos rebanhos às manufacturas e às fábricas.



Fotografias 6 e 7

Serra da Estrela e nascente do rio: Mondeguinho



Fotografias 8 e 9

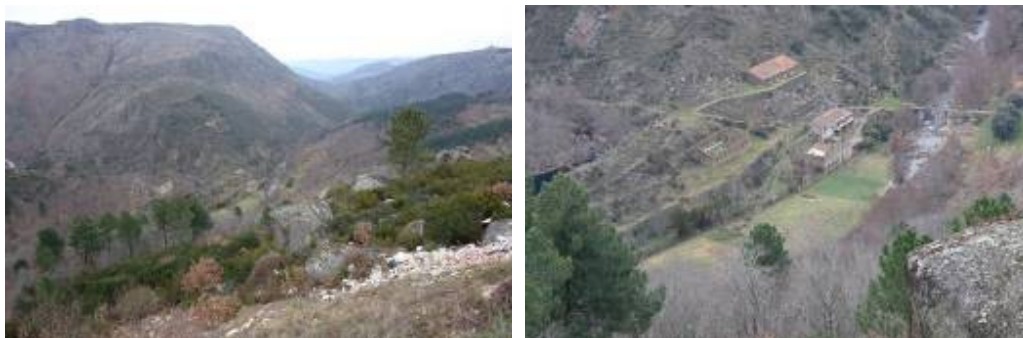
Praia Fluvial da Aldeia Viçosa e Vale do Mondego próximo da Guarda



Fotografias 10 e 11

Vale do Mondego – Aldeia Viçosa - e Barragem do Caldeirão

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Fotografias 12 e 13 Encosta da Serra e antiga Fábrica de lanifícios - aldeia dos Trinta



Fotografias 14 e 15 Fábricas de lanifícios em Gouveia e praia Fluvial próximo a Juncais



Fotografias 16 e 17 Aldeia de S.Paio de Gouveia e suas antigas fábricas de lanifícios



Fotografias 18 e 19 Ponte de pedra – Caldas de Felgueiras e Médio Mondego próximo a Nelas



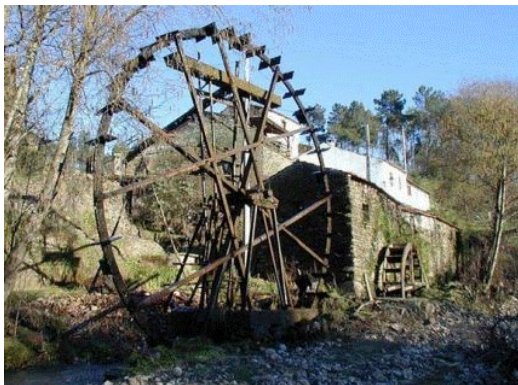
Fotografias 20 e 21 Vinhas em patamares e antiga Aldeia da Barca (ruína) – próximo a Nelas

Para que o Mondego se transforme num rio de planalto, viril e alcance, já na idade adulta, o seu máximo desempenho hidrológico (Martins, 1940), tornando-se, com os seus mais de 6600 Km², na segunda maior bacia em Portugal, vai precisar das águas dos seus 502 afluentes, sendo os mais importantes, na margem direita, o Dão e, na esquerda, o Alva, o Ceira e o Arunca (Loureiro *et al.*, 1986; CCDRC, 2000).

Após a confluência com o Dão surgem as barragens da Aguieira (1981) e da Raiva (1992), as quais aproveitam uma série de meandros encaixados que o Mondego desenhcou. De seguida, depois de ter recebido o Alva (junto a Penacova), o vale do Mondego estrangula-se cada vez mais ao atravessar o contraforte de Entre-Penedos.

Neste tramo do rio construíram-se grande número de moinhos para produção de farinha e instalavam-se azenhas para produção de azeite. Embora a maior parte estejam em ruína, ou já nem sequer se vislumbrem, alguns destes artefactos são ainda hoje possíveis de

identificar ao longo das margens nas proximidades de aldeias ribeirinhas dos concelhos de Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Oliveira do Hospital ou Arganil.



Fotografias 22 e 23 Azenha no rio Alva e Moinhos de rodízio no Médio Mondego - Mangualde



Fotografias 24 e 25 Azenha no rio Alva (Arganil) - e Moinhos de pedra no Médio Mondego

Na zona de Coimbra, logo a seguir à ponte da Portela, o vale do Mondego começa a alargar cada vez mais, sofrendo ainda um ligeiro aperto ao atravessar a cidade. Aqui, torna-se um rio mais vagaroso, devido ao assoreamento - consequência da actividade agrícola e florestal extensiva a montante e ao contributo dos seus afluentes mais jovens (Girão, 1941). A excessiva deposição de sedimentos soterrou mesmo antigas edificações junto ao rio e foi-se tornando um problema recorrente pelo menos desde o século XVI, quando surgem as primeiras medidas régias de salvaguarda do revestimento vegetal das encostas (Martins, 1940).

Em Coimbra a principal actividade ligada ao rio foi sempre o comércio, servindo de ponte entre os produtos vindos do interior e os providos do litoral, nomeadamente entre a carne e o peixe, o azeite e o vinho e o sal (Seco, 1965).

O troço terminal, conhecido como Baixo Mondego, possui cerca de 40km, nos quais percorre uma planície aluvial, até desaguar no Atlântico junto à Figueira da Foz, servindo de porto e de abrigo para as actividades ligadas à pesca e ao sal.

Nesta área, o Mondego espraia-se por vastos campos, dos mais férteis de Portugal, onde é cultivado o trigo, mas sobretudo o milho e o arroz. Esta planície foi em tempos uma ria que se estendia até Coimbra; apresentado o Rio nessa época uma largura de 3km (Cunha & Dinis, 1995).

A navegabilidade remonta ao período de ocupação fenícia/púnica (Cunha & Dinis, 1995)¹² e tudo indica que durante a ocupação Romana os navios de mar ainda deveriam chegar a Coimbra. O progressivo assoreamento foi condicionando a navegação para montante, obrigando a barcos de menor porte, surgindo então as chamadas as barcas serranas que predominariam durante séculos, e que chegavam até à Póvoa do Dão¹³. Como já aqui se referiu era nestas barcas que as mulheres de Penacova e de Ceira vinham a Coimbra buscar roupa suja de famílias abastadas mas também de estudantes, e que voltavam a entregar, depois de lavada e passada a ferro. Serviam também para o transporte da lenha e da carqueija para o litoral e de peixe e sal para o interior (Borges, 1978). No século XVII o estuário já só se alargava a jusante de Montemor-o-Velho, cerca de 20km a montante da desembocadura actual. As actividades comerciais são prejudicadas pela forte concorrência de outros meios de transporte, o comboio, com a linha da Beira Alta e o automóvel, com a Estrada da Beira, mas aponta-se o assoreamento como causa principal do desaparecimento da navegação no Mondego, ocorrido gradualmente ao longo da década de cinquenta (Martins, 1940). Estima-se, para os últimos seiscentos anos, uma subida do leito de cerca de um centímetro por ano, ou seja um metro em cada século (Cunha & Dinis, 1995).

No século XVIII o rio era instável e entrançado, com frequentes fenómenos de avulsão na planície aluvial, entre Coimbra e Montemor (Martins, 1940). Como principais obras visando

¹² Junto ao Outeiro de Santa Eulália (Maiorca) parece ter existido um porto fluvio-marítimo no século VII ou VIII a.c., (Paiva, 1994).

¹³ No livro *O da Barca* (Penacova, 2005) o arquitecto Simões Dias descreve a génese, uso e os sistemas construtivos deste tipo de embarcações, hoje desaparecidas, mas replicadas pelas câmaras de Coimbra e Penacova para fins turísticos.

resolver o problema do forte assoreamento e controlar o caudal intempestivo do rio, destaca-se o plano de encanamento do Mondego a jusante de Coimbra, do final do século XVIII (Cabral, 1791) que fez com que Mondego passasse a correr em canal artificial de Coimbra até à Figueira da Foz, canal a que as populações passaram a designar como *rio novo*, mantendo o curso antigo como *rio velho*. A partir de 1962 desenvolve-se o Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego¹⁴, (Cunha & Dinis, 1950).

Se do ponto de vista geomorfológico o rio pode ser dividido em 3 áreas distintas – Alto, Médio e Baixo Mondego – (CCDRC, 2000); ao nível das unidades de paisagem, segundo Amorim Girão (1941) podem ser identificadas quatro:

- Da Nascente até à confluência do primeiro afluente – Mondego de Montanha;
- Da foz do Dão até à Barragem da Aguieira – O Mondego a correr em meandros;
- Da Barragem da Aguieira até Coimbra – O Mondego selvagem que corre entre escarpas e o Mondego encanado de Coimbra;
- Do açude até à foz – o Baixo Mondego.

O PPM circunscreveu-se, numa primeira etapa, às duas últimas unidades de paisagem. Dentro destes limites geográficos e de montante para jusante, identificaram-se três subunidades paisagísticas com um certo grau de homogeneidade interna, considerando aspectos geomorfológicos e culturais (mapa em anexo):

- *Mondego Natural*: uma zona mais rural, montanhosa, que se estende desde a Serra até Coimbra, englobando actividades ribeirinhas e agro-pecuárias, laranjais e milheirais, pastagens e hortas, moinhos e azenhas, e ainda os sítios onde se concentravam as lavadeiras e onde circulavam as barcas serranas e outras embarcações de menor porte, na sua actividade de transporte comercial - carqueja, lenha, sal, azeite e roupa – entre o Porto da Raiva e Coimbra - Figueira da Foz (Seco, 1965; Martins, 1940). Caracteriza-se também pela presença de elementos geológicos importantes (Livreria do Mondego) e onde na última

¹⁴As cheias são relativamente rápidas e estão reportadas desde meados do século XIV, afectando a vida das populações ribeirinhas. No final do século XVIII a situação dos campos do Mondego melhorou com a abertura do novo leito, o qual até hoje se mantém. A intervenção hidráulica desenvolvida a partir da década de Sessenta (Ferreira & Cunha, 1970), e implementada desde a década dos anos Oitenta permitiu controlar o problema da cheias. Além das duas grandes barragens foram construídos novos leitos aluvionares, incluindo 7,7km de diques de defesa, uma dragagem de 16 hm³ e revestimentos com um volume de 0,5 hm³.

¹⁶No seu ponto III.3. Linhas orientadoras para as regiões, pp. 73 a 75 e 80.

década e meia se praticam desportos fluviais (canoagem) e de montanha (escala, slide rappel e BTT) onde e se faz praia nos meandros de Penacova e de Coimbra.



Fotografias 26 e 27 Barragem da Aguieira – Mortágua e Santa Comba



Fotografias 28 e 29 Livraria do Mondego (afloramento granítico) e moinhos de vento - Penacova



Fotografias 30 e 31 Penacova e Mondego próximo a Caneiro-Coimbra



Fotografias 32 e 33 Barca do Lavrador e Barca Serrana - Pencaova



Fotografias 34 e 35 Praia Fluvial de Torres do Mondego e Laranjais de Coimbra

- *Mondego Urbano*: Uma zona onde a marca humana se acentua, situada entre as pontes da Portela e Açude em Coimbra, uma área claramente urbana, com forte presença de património construído e monumental e de zonas verdes intervencionadas, algumas delas recentemente (Parque Verde do Mondego). Nela marcam também presença o caminho-de-ferro e os restos dum primeiro tecido industrial da cidade com predominância dos têxteis, dos curtumes e da cerâmica, bem como os vestígios dos primeiros transportes urbanos, o carro americano e o eléctrico, e ainda o mais recente *trolley*.

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



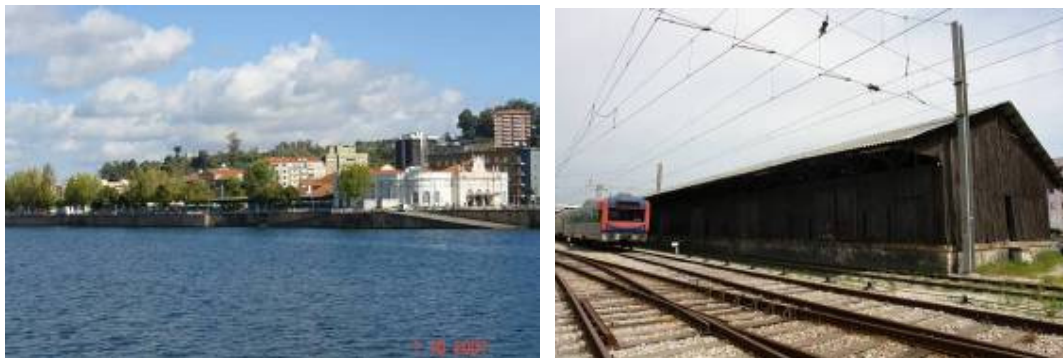
Fotografias 36 e 37 Ponte do caminho de ferro e pontes da Portela do Mondego- Coimbra



Fotografias 38 e 39 Aproximação a Coimbra (margem direita) e Parque verde do Mondego



Fotografias 40 e 41 Parque Verde do Mondego e procissão da Rainha Santa - Coimbra



Fotografias 42 e 43 Estação Nova e antigo cais das Ameias. Armazém ferroviário em Coimbra-A



Fotografias 44 e 45 Ponte Açude e Mondego junto à mata do Choupal - Coimbra

- *Mondego Regularizado*: Uma zona bastante mais extensa, com forte componente agrícola, mas constituindo um imenso corredor ambiental e ecológico que arranca do Açude-Ponte e que só vai ter o seu epílogo na foz do rio, englobando, pelo caminho, a quinta da Escola Agrária, a Mata do Choupal, os campos do Bolão, o novo e o velho leito do rio, o canal de rega, os campos do Mondego (de arroz e milho), as reservas naturais (pauis) e, já na Figueira da Foz, as salinas. Coexistem aqui também a linha férrea, as pequenas estações e apeadeiros e os antigos caminhos que ligavam as aldeias da margem esquerda ao rio. Destacam-se ainda diversas estruturas fortificadas que compunham a Linha Defensiva do Baixo Mondego, um sistema militar secular que tinha no castelo de Montemor-o-Velho um dos seus principais baluartes.

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Fotografias 46 e 47 Mata Nacional do Choupal e Reserva Natural do Paul de Arzila - Coimbra



Fotografias 48 e 49 Paul de Quinhendros & Castelo de Montemor-o-Velho e Campos do Mondego (canal de rega)



Fotografias 50 e 51 Novo leito rio - ou *rio novo* - (Baixo Mondego-Formoselha) e casa de Quinta-Turismo rural (Montemor-o-Velho)



Fotografias 52 e 53 Dólmenes da Carniçosa e palheiros na Costa de Lavos (Figueira da Foz)



Fotografias 54 e 55 Ecomuseu do Sal e Salinas do Mondego junto ao estuário (Figueira da Foz)

Do ponto de vista da história das actividades laborais podemos falar de um território marcado pelas influências geológicas, hipsométricas e altimétricas: um Mondego serrano, de formações graníticas, com predomínio de culturas de cereais pobres, como o centeio, e actividades como a pastorícia, um Mondego de planalto, já com afloramentos xistosos, solos pouco aptos para agricultura, permitindo a oliveira e da vinha, e um Mondego aluvionar, eminentemente calcário, como solos fertilizados pelo leito de cheia, com ascendência de culturas intensivas como o milho e o arroz. (Martins, 1940).

A estes traços culturais podem associar-se elementos idiossincráticos que indicam a presença de gentes mais valentes e hospitaleiras nas paisagens serranas, de um Portugal mais profundamente rural, mais taciturno, contrastando, à medida que se caminha para o Litoral, com o perfil mais expansivo, mais folclórico, mas também mais cauteloso das gentes pertencentes a comunidades mais contaminadas pela faina agrícola comunitária, e também pela comercialização nas feiras de uma região mais urbanizada (Martins, 1940). Como de forma tão bonita relata Martins no seu extraordinário e profuso retrato do *Esforço do Homem*

na *Bacia do Mondego* (1940), a reacção ao bater de porta, entre o “Quem é? Entre!” E o “Entre!. Quem é?” resume bem a assimetria. (Martins, 1940)

As próprias casas, nos seus *tipos edificatórios*, sublinham as discrepâncias entre a bacia superior, assente no Maciço Antigo, granítico e xistoso, e a bacia inferior, assente na orla Mesozóica, calcária e argilosa. Na primeira pontuavam as casas isoladas, de dois pisos de alvenaria de pedra à vista, com a loja dos animais ocupando o piso de baixo e as casas térreas. Na segunda, as casas em banda, com paredes de alvenaria ordinária de pedra mista e barro, rebocadas e caiadas, que vêm a dar origem às típicas casas do operário, normalmente implantadas ao longo e nas próximas da linha férrea, com duas janelas e porta ao centro (Martins, 1940)

Potencialidades turísticas do território e impacto local do projecto

Dadas as condições singulares de que este território dispõe ao nível dos recursos, da sua história, das suas tradições e costumes, da sua gastronomia, artesanato e folclore, das paisagens naturais e da biodiversidade, o *turismo sustentável* baseado nos produtos *touring cultural* e *de natureza* constitui uma opção segura, conforme estabelece, de resto, o PENT¹⁶. Com a aposta nesta modalidade de turismo pretende-se causar um impacto positivo nos modos de vida locais, que a chegada de visitantes não irá descaracterizar, antes poderá reforçar, através das novas dinâmicas socioculturais geradas, no que tem de melhor, de mais autêntico. Fiel a esta linha de raciocínio, o PPM perspectiva que o turismo possa tornar-se num motor do crescimento económico para as comunidades ribeirinhas¹⁷.

Objectivos do PPM

O Parque Patrimonial do Mondego apresentou, como principais objectivos:

- Revalorização e revitalização da paisagem ribeirinha do Mondego num quadro de sustentabilidade ambiental, social e económica, contribuindo assim para atrair investidores e turistas e, sobretudo, para reforçar a auto-estima das populações;

¹⁷ Entre as debilidades apontadas para esta zona, refiram-se o fraco número de visitantes e o escasso tempo médio de estadia: cerca de dia e meio (Deloitte, 2007).

- Promover o estudo e o debate sobre as paisagens culturais, focando, em particular, a do rio Mondego, e fazê-lo conjugando a voz popular com a do meio universitário;
- Tornar-se numa infra-estrutura de ócio e cultura dinâmica e flexível, apoiada numa visão pró-activa, reflexiva e criativa do património e da história local e adaptável aos interesses dos visitantes.

Para atingir este objectivos o PPM retoma o conceito de fábrica identitária¹⁸, um território excitante, em permanente efervescência cultural, com uma oferta de serviços caracterizada: (1) pela diversidade – visando diferentes públicos; (2) pela contemporaneidade – resgatando mas reinventando, através do incentivo a práticas reflexivas e criativas, o passado histórico e as tradições; (3) por privilegiar centros de produção e difusão cultural; e (4) pela interacção, em tempo real, com o visitante – a quem será disponibilizado apoio constante, antes e durante a visita.

Estratégias / Acções

Como linhas estratégicas ou acções prioritárias, o Parque Patrimonial do Mondego apresenta:

- Utilizar instrumentos próprios para a abordagem de territórios com valor patrimonial, entre o que se destaca, por mérito próprio, a do parque patrimonial, o qual se tem revelado eficaz em diferentes contextos e escalas¹⁹;
- Atender aos estudos feitos em meio universitário sobre experiências de parque patrimoniais (Lista & Sabaté, 2001; Bustamante & Ponce, 2004; Sabaté, 2004) e, conforme se recomenda nesses estudos, usar como pauta de projecto territorial a sintaxe de leitura fixada por Kevin Lynch (1960)²⁰;

¹⁸Retoma-se um conceito lançado, mas não implementado, na Holanda, para a região do Brabant (Rooijackers, 1999).

¹⁹Atente-se, nesse sentido, aos exemplos de Lowell City, New Lanark, IronBridge George, Emshar Park, Parc Agrari del Baix Llobregat, Parco Sud di Milano, Parco del Po, Le Creusot-Montceau, Nieuwe Hollandse Waterlinie, Miramichi Open River Park, Beamish Museum, entre tantos outros (Lista & Sabaté, 2001; Bustamante & Ponce, 2004).

²⁰Bustamante e Ponce (2004) no seu estudo sobre parques patrimoniais, recorrendo a ferramentas de leitura territorial, põe em evidência o uso implícito deste método de composição e de organização espacial em mais de quarenta parques espalhados pela Europa e pelos Estados Unidos.

- Projectar os roteiros como expressão física de ideias culturais e ambientais, conferindo-lhes um desenho ambivalente, e dotando-os de diferentes meios de locomoção²¹ em função do que mais se aproxime do momento histórico original;
- Recorrer às tecnologias da informação e da comunicação, colocando-as ao serviço da recolha de dados, da georeferenciação, da gestão territorial, da informação turística e do interface com os visitantes
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior tendo em vista a organização de *workshops* e seminários e estágios que visem o estudo da paisagem cultural e do património material e imaterial do rio²²;
- Produzir recolhas e um documentário sobre as tradições orais²³;
- Iniciar um fórum de discussão junto dos actores locais²⁴;
- Apostar na educação ambiental e patrimonial dos residentes;
- Granjear o apoio efectivo das forças vivas da região

Sintaxe de Leitura (ou método de trabalho) do Parque Patrimonial²⁵

A leitura do território, a que corresponde o método de concepção do projecto compreendeu as seguintes etapas:

- Diagnóstico geral, reconhecimento de debilidades - potencialidades, e definição e descrição da área geral e das subáreas;
- Inventariação dos recursos patrimoniais – temas e sub-temas, serviços, actividades de recreio, educação e lazer – e dos pontos marcantes.
- Definição das portas de entrada e dos elementos de inflexão e de concentração – centros de interpretação e museus – os nós do território projectado;

²¹Mais uma vez seguem-se as recomendações das lições dos parques patrimoniais enunciadas por Joaquín Sabaté (2004). No caso do PPM aparecem: o cavalo, a bicicleta ou a pé, e recuperam-se tradicionais sistemas de transporte público - o carro americano, o eléctrico, o comboio, o trolley e a barca serrana.

²²Em Abril de 2008 teve lugar em Coimbra, o primeiro evento de um Ciclo de Conferências sobre o Rio Mondego, com a Conferência Internacional Turismo Sustentável, Desenvolvimento Local e o Mondego, organizada em parceria com várias escolas superiores e secundárias da cidade.

²³Com realização de Tiago Pereira, especialista em recolhas etnográficas, está a ser feito um documentário intitulado Mondego Software Líquido, apresentado pela primeira vez na Expo Saragoça 2008, no Pavilhão de Portugal. Um *trailer* pode ser visto no blog do realizador: <http://modularvideo.blogspot.com/2008/08/mondego-software-liquido.html>

²⁴Este trabalho foi iniciado por alunos no âmbito dos estágios curriculares dos cursos de Turismo e Lazer e de Animação Socio-educativa da ESEC tomando-se como referência a Agenda Local XXI.

²⁵Adaptando o método e sintaxe propostos por Kevin Lynch (1960).

- Definição dos diversos roteiros tendo presente a sua hierarquia e organização temática e geográfica – passeios fluviais de barcas, percursos do património construído, passeio agro-ambiental, percursos pedonais, ciclovias, trajectos ferroviários, reposição do eléctrico e do *trolley*, etc.
- Definição dos limites visuais e físicos, em ambas margens, mas deixando apontados *links* territoriais para os centros urbanos, aldeias e vilas e para pontos marcantes localizados nas encostas da Serra ou nos campos do Baixo Mondego.



Figura X Localização do parque patrimonial: um rio a atravessar toda uma região

Fonte: Elaboração em co-autoria com Cláudia Costa



Figura XI Parque Patrimonial do Mondego: um conjunto valioso de paisagens culturais ribeirinhas.
Fonte: Elaboração própria

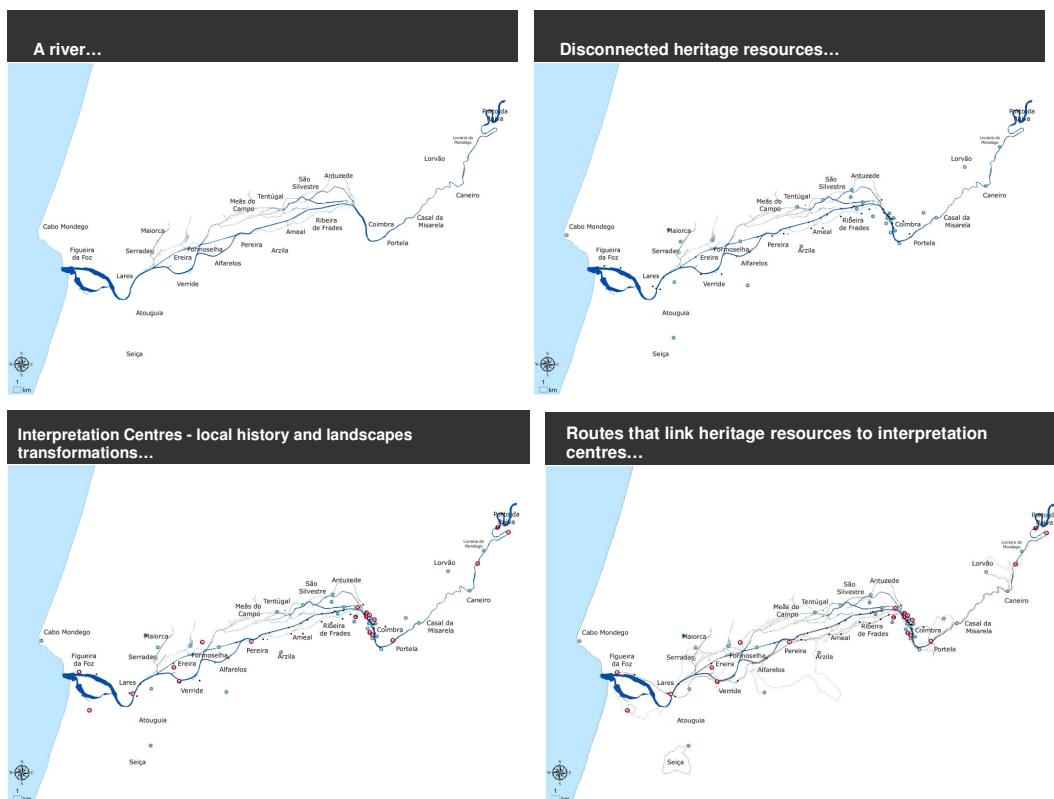


Figura XII Imagens do SiG do parque patrimonial do Mondego
Fonte: Elaboração em co-autoria com Cláudia Costa
Linhas de desenvolvimento do parque patrimonial

i) Rotas patrimoniais

Breve descrição de dois dos principais roteiros patrimoniais e mapa de síntese:

Ciclovía das descobertas – do Porto da Raiva à Figueira da Foz

Enquanto suporte físico de uma ideia cultural, a ciclovía assenta, tanto quanto possível, em infra-estruturas preexistentes: reutiliza estradas, caminhos, carreiros e trilhos antigos, bem como antigos apeadeiros e armazéns que irão constituir pontos de apoio, distribuídos segundo um ritmo próprio, ao longo dos percursos.

Apresenta como objectivos: (1) proporcionar actividades de lazer, desporto e cultura a realizar em família, em grupo ou individualmente, oferecendo percursos personalizáveis e para todos os ritmos, bem como (2) desenvolver um meio de transporte alternativo, capaz de assumir o papel de motor na dinamização da vasta rede de pontos de interesse existentes no PPM

Como estratégia de desenho territorial dotou-se a ciclovía de uma estrutura em anéis, permitindo ao velocipedista traçar o percurso de acordo com o seu ritmo. Esta característica, muito particular, transmite a ideia de enlaçar o património, de atar as culturas locais, procurando motivar visitantes, dirige-se, sobretudo, às populações locais, apelando à utilização da Ciclovía como outra forma de viver a sua região e o seu rio.

Como acção principal previu-se um sistema de informação-sinalização e um conjunto de comodidades básicas para os visitantes (WC, áreas de merenda, miradouros, etc.).



Figura XIII...Ciclovias das Descobertas: estrutura em anéis a atar o património às comunidades locais.

Fonte: Elaboração própria a partir de SIG de Cláudia Costa e desenho de Lénia Marques e Fátima Silva

Rota da barca serrana – a história do rio trabalhador

Entre a Figueira da Foz e o Porto da Raiva, e até há poucas décadas, o rio era totalmente navegável, constituindo-se, pelo menos até à chegada do caminho-de-ferro, no final do século XIX, como a principal via de transporte de pessoas e mercadorias da região. Como objectivos, (1) revitalizar as localidades ribeirinhas do Mondego, contando a história do “rio trabalhador” - a qual coincide, em boa medida, com a história da Barca Serrana e do comércio fluvial, (2) permitir a descoberta do património genuinamente ligado ao rio, nomeadamente as infra-estruturas hidráulicas e viárias – pontes, diques, levadas, açudes, cais, represas, noras, moinhos de água – bem como um conhecimento alargado sobre as embarcações, como a barca do lavrador – génese, uso e processos de fabrico. A estratégia a adoptar passa pela (1) utilização de réplicas da barca serrana e do batel saleiro para passeios pedagógicos e turísticos - podendo ser utilizados, em troços que o justifiquem; motores ecológicos de reduzido porte²⁶; (2) recriações anuais tendo como intervenientes personagens populares – barqueiros, lavadeiras, aguadeiras, etc.; (3)

²⁶Em parceria com o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, Departamento de Electro-Mecânica estão a ser desenvolvidos motores para as embarcações e que utilizam energias renováveis.

promoção da participação das populações, desde a recolha de informação até à implementação do projecto; (4) melhoramento dos espaços públicos e criação de acessos e pontos de vivência à beira rio: ancoradouros, cais de embarque, parques de merendas, praias fluviais.

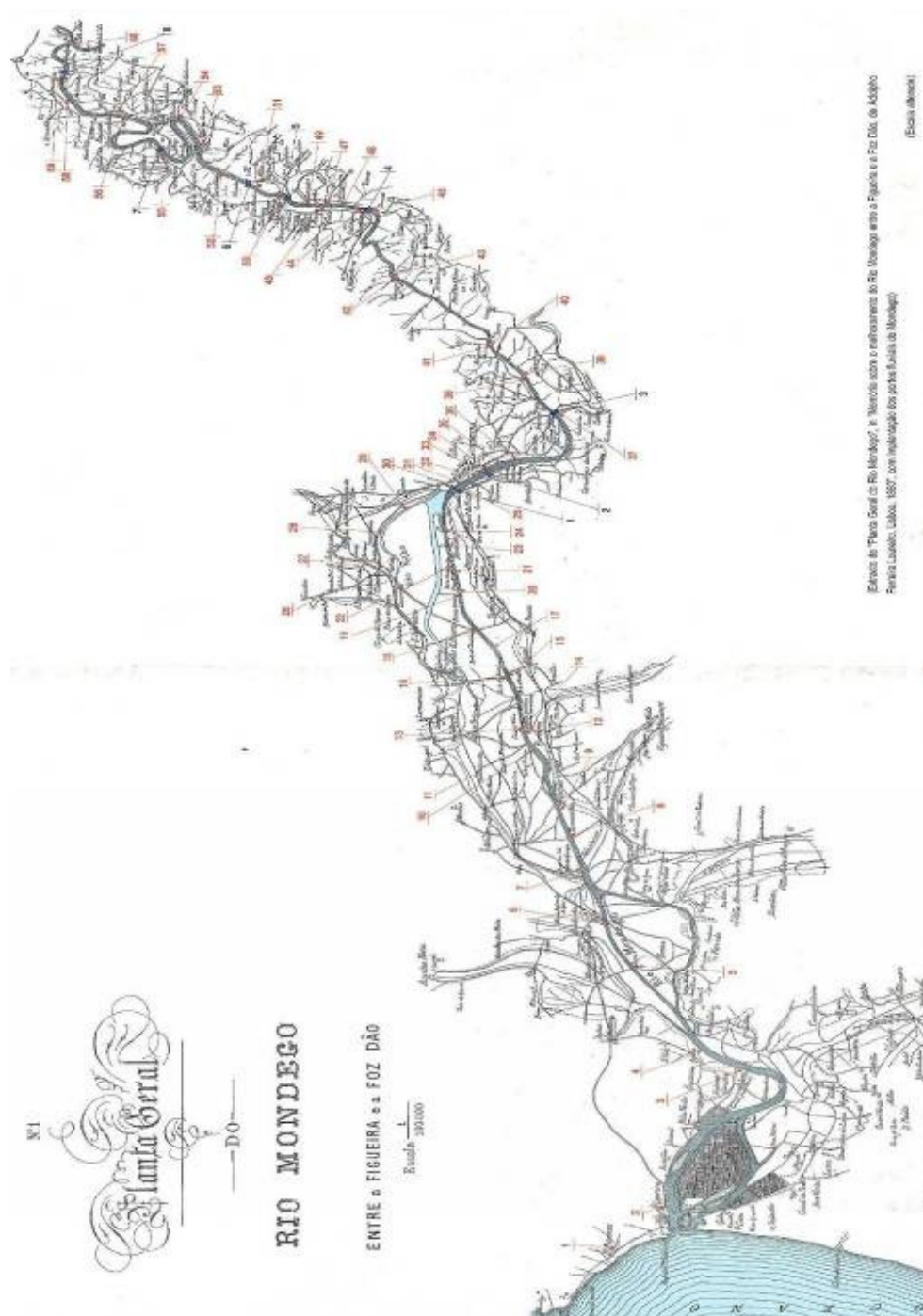


Figura XIV Mapa dos antigos cais e portos fluviais do Mondego

Fonte: Extracto de *Planta Geral do Mondego*, in *Memória sobre o melhoramento do Rio Mondego entre a Figueira e a Foz do Dão*, de Adolfo Dias Loureiro (1880) (Escala alterada)

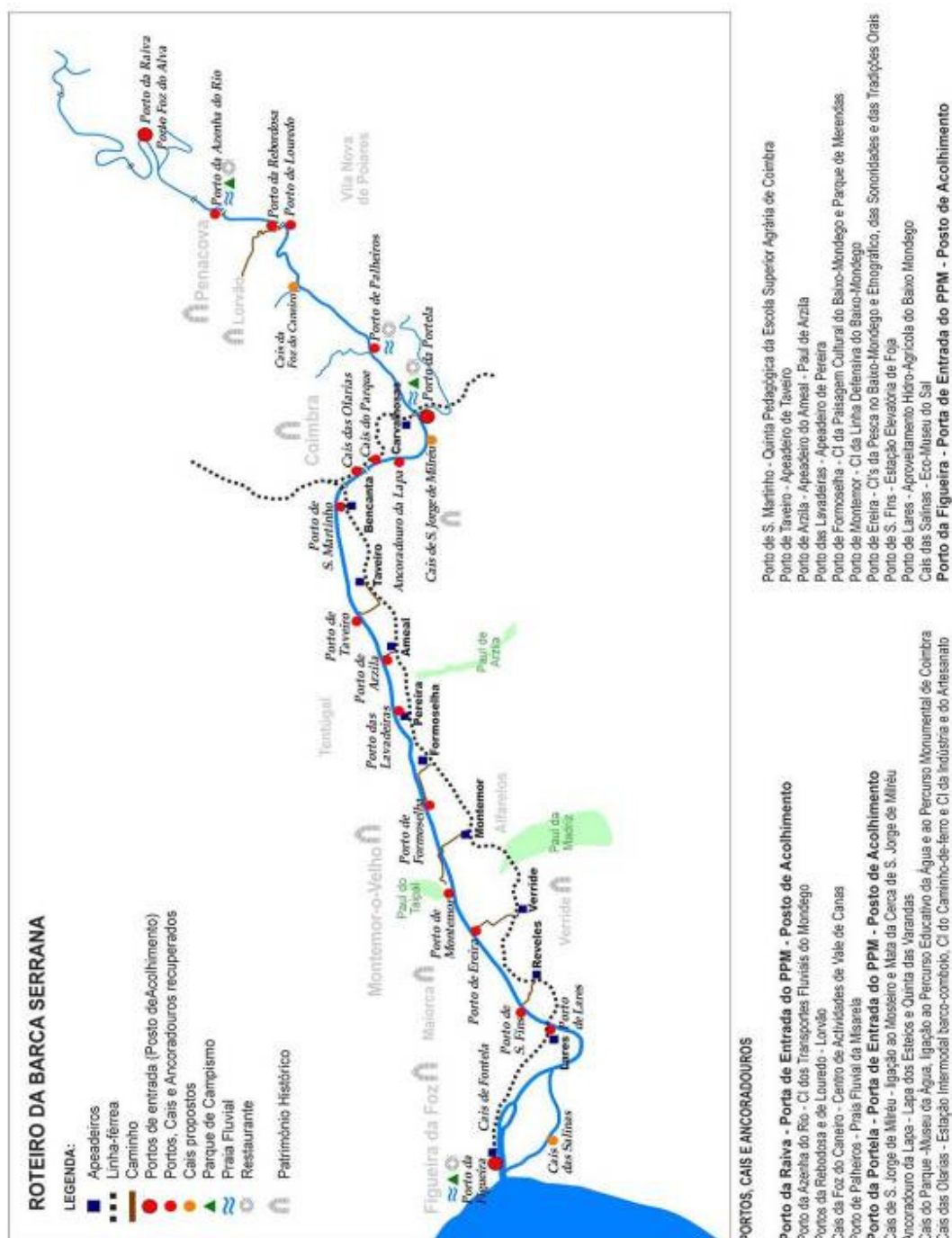


Figura XV - Mapa da Rota da Barca Serrana – interfaces com a rota do caminho-de-ferro

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem de SIG de Claudia Costa e desenho de Sandra Peres e al.

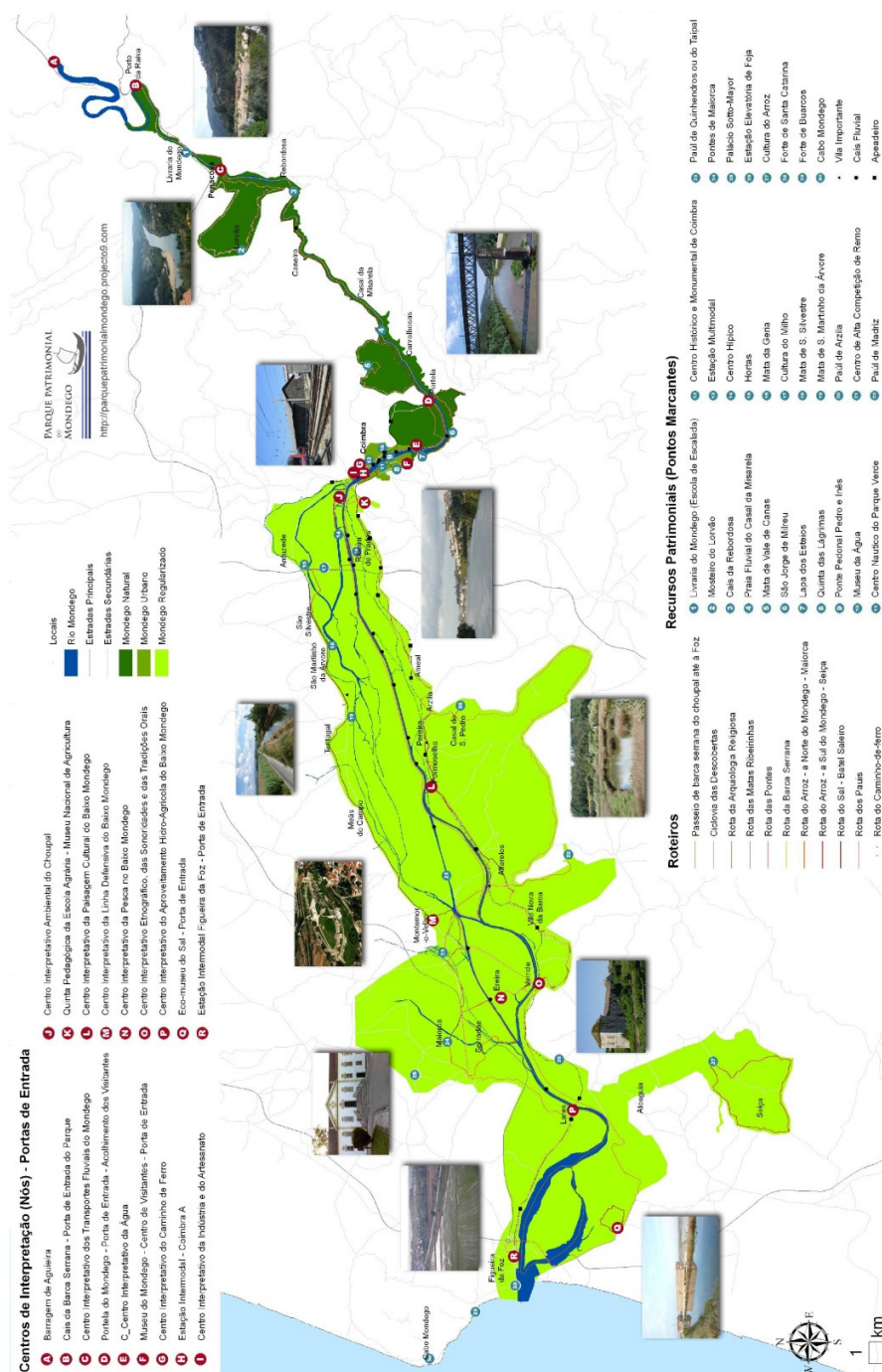


Figura XVI Mapa de Síntese do PPM - eixo Penacova-Coimbra-Figueira da Foz.

Fonte: Elaboração própria a partir de uma imagem de SIG de Claudia Costa e de diversos contributos



Figura XVII Mapa de Síntese do PPM, troço Penacova-Coimbra (pormenor)



Figura XVIII Mapa de Síntese do PPM no Baixo Mondego (pormenor).

Abordagem a um rio gerido como corredor patrimonial: o rio Llobregat, na Catalunha.

Ao longo da última década, o rio Llobregat, na Catalunha, pelo sua importância histórica e ecológica tem sido objecto de um tratamento diferenciado como corredor patrimonial, tendo congregado esforços consertados de comunidades locais, empresários, investigadores, autarquias, autoridades administrativas supra-municipais e do próprio governo autónomo. Fruto deste interesse, diversos trabalhos técnicos e académicos tem vindo a ser produzidos por entidades publicas administrativas e pelas universidade, destacando-se o papel da Universidade Politécnica da Catalunha e do Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território, a quem se encarregou um primeiro estudo que viria a ser partilhado com o MIT e que envolveu professores, alunos, professores e representantes locais, dando origem à trabalhos de investigação, visitas de estudo, sessões locais de discussão e que mais tarde seriam vertidos em dissertações, artigos e teses e livros.

Os pontos de contacto de ambas bacias hidrográficas englobam aspectos históricos, culturais, ambientais, estendendo-se a equivalências no campo do património imaterial e das paisagens.

No caso do Llobregat a regeneração das paisagens culturais, centrada no rio e na identidade produtiva do território a ele directamente associado, passou pela criação de dois parques de cariz patrimonial: o parque agrário – ocupando o delta do rio - e o parque das colónias industriais (têxteis) – situado a montante na área de planalto e alguma pendente, aproveitando o fluxo de água. E logo nesta primeira grande delimitação territorial e temática as similitudes com o caso do Mondego tornam-se evidentes. Também por cá o tramo alto do rio propiciou, ainda que um pouco mais tarde que na Catalunha, já no viragem e na primeira metade do século XX, o florescimento de um actividade industrial de lanifícios, que cá como lá, entraria em declínio irreversível no último quartel do século passado. E se no Llobregat a planície sedimentar do delta favoreceu uma agricultura altamente produtiva, também no Baixo Mondego podemos também encontrar uma actividade económica pujante ligada às explorações agro-pecuárias. Em ambos casos a produção foi fomentada por operações de reparcelamento acompanhadas de obras de aproveitamento hidro-agrícola. Mas as analogias não se fiam por aqui; as casas de Quinta do Mondego encontram a sua réplica nas *Massias*, assim como os temas da peregrinação, presentes sobretudo em Coimbra (Caminho de Santiago e devoção à Rainha Santa) tem paralelo no culto da Virgem de Montserrat. Em ambos casos algumas destas casas estão a ser convertidas para alojamento turístico, incorporando progressivamente novas multifuncionalidades às tradicionais unidades rurais. Outras ligações podem estabelecer-se ao nível das opções de projecto dos parques patrimoniais relativamente a estratégias de preservação das memórias, de reforço identitário, de criação de rotas apoiadas em nos recursos patrimoniais ambientais e culturais e numa alargada rede de centros de interpretação e museus, mas que servem fins múltiplos,

(educativos, lúdicos e turísticos) de introdução de tecnologias na gestão e no marketing e de oferta de alojamento de cariz rural, promovendo a história e a cultura arquitectónica local.

A caminho de estar consolidado em termos teóricos, em termos de imagem e em termos do envolvimento das comunidades locais, umas das próximas etapas do projecto do PPM será a da sua conformação ao quadro de ordenamento territorial (regional e municipal). Face a outras experiências de paisagens culturais fluviais portuguesas, como a do Douro, e face à demora em concretizar-se o previsto no artigo 5^a da *Convenção Europeia da Paisagem*²⁷, ou seja, a integração das paisagens nas políticas de ordenamento, adivinham-se dificuldades em encontrar instrumentos de gestão territorial adequados para o processo de *legalização* do parque patrimonial.

Beneficiando de um contexto mais adiantado nesta matéria de assimilação da paisagem no ordenamento do território, os parques do Llobregat dispõem de um plano de gestão e desenvolvimento, um plano especial de melhoramento e um plano director urbanístico, somados a um conjunto de normas de protecção ambiental e de regulação do uso do solo. Deste amplo trabalho desenvolvido na bacia do Llobregat no campo da gestão e planeamento territorial e urbanístico poderão o projecto e a gestão do PPM virem a retirar importantes dividendos.

A estratégia de utilizada pelos investigadores da parceria UPC-MIT de aprofundar as dimensões morfológicas e culturais da paisagem, a qual resulta na compartimentação do rio em secções correspondentes a unidades de paisagem ou unidades de projecto a desenvolver, apresenta-se como muito pertinente para o trabalho em curso no PPM.

²⁷ Onde se estipula que compete a cada um dos países subscritores “*Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem.*”

Quadro IV Abordagem comparativa rio Llobregat e rio Mondego

| | Rio Llobregat | Rio Mondego |
|---|---|---|
| Extensão | 175 | 232 km |
| Área da bacia hidrográfica | 4948Km2 | 6600 Km2 |
| Altitude na Nascente | 1259 | 1525 |
| Paisagens e orografia | Montanhas, vales encaixados, planaltos e planície sedimentar Reservas naturais e bosques | Montanha, vales encaixados, planalto e planície aluvionar . Reservas naturais e bosques Pauís |
| Culturas agrícolas | Pastos, vinha, frutas e hortaliças | Pastos, vinha, oliveira, trigo, laranjeiras, milho, frutas e hortaliças, arroz e sal |
| Actividades laborais relacionadas com o rio e sua água | .Pastorícia . Fábricas de têxteis .Fábricas de cimento .Agricultura de montanha .Actividades ferroviárias .Agricultura de planície | .Pastorícia e queijarias .Fábricas de lã . Agricultura . Produção de Azeite e . Moagem da farinha .Comércio fluvial .Pesca . Transporte de passageiros . Lavagem de roupa .Produção de sal |

Fonte: Elaboração própria

Quadro V Abordagem comparativa dos parques patrimoniais do rio Llobregat e do rio Mondego

| | Parque agrário do Baix Llobregat | Parque Fluvial do Llobregat - colónias industriais | Parque Patrimonial do Baixo Mondego | Parque Patrimonial do Alto Mondego – Rota da lã |
|--|---|--|--|--|
| Extensão | 36 | 25 Km | 80 Km | 70 Km |
| Superfície | 29, 38 Km ² | 278 km ² | 281,93 Km ² | 82 Km ² |
| População | 730000 | 34000 | 178.885 hab | 32000 |
| Ano de criação | 1998 | 2003 | 2008 (projecto) | 2011 |
| Paisagens culturais | . Paisagens agrícolas . Paisagens das <i>massias</i> (casa de quinta) | .Montanha .Paisagens culturais da indústria têxtil . Paisagem urbanas da colónias e das vilas que atravessa | . Serrana .Olivais e laranjais .Urbana-Coimbra .Matas naturais e reservas naturais .Cultura de cereais (milho e arroz) .salinas | .Alta montanha .Prados .Campos de cereais .Unidades industriais – lá .Moinhos d'água .Vinhas e olivais |
| Infraestruturas hidráulicas | .Canais (<i>Sequia de Manresa</i>) .Sistemas de irrigação (delta) | .Açudes e levadas .Turbinas (fábricas | .Barragens (Aguieira) .Represas e açudes (Coimbra) | .Barragens (Caldeirão) .Turbinas(fábricas) .Levadas |
| Actividades laborais tradicionais | .Agricultura | . Pastorícia . Fábricas de têxteis .Fábricas de cimento .Agricultura de montanha .Actividades ferroviárias | . Pesca .Transporte de passageiros . Lavagem de roupa .Agricultura .Produção de sal | . Pastorícia e queijarias, . Agricultura . Produção de Azeite e moagem da farinha .Comércio fluvial de produtos da terra, de lã, de sal e peixe |
| Planeamento territorial | .Plano de Gestão e Desenvolvimento .Plano Especial de ordenamento .Plano de acção | Plano Director Urbanístico Plano de acção | .Plano de Acção .Futuro plano Intermunicipal | .Plano de acção Futuro Plano Intermunicipal |

| Sistema de gestão | Consórcio público-privado (intermunicipal) | Consórcio público-privado (intermunicipal) | Futuro plano Intermunicipal | Futuro Plano Intermunicipal |
|-------------------|--|--|--|--|
| | Objectivos | | | |
| | .Eficiência das infra-estruturas e dos serviços .Produção e comercialização .Modernização das explorações agrárias .Espaço de qualidade ambiental .Consolidar e dar a conhecer o património natural e cultural | . Revalorização arquitectónica e urbanística e patrimonial do conjunto das 18 colónias textéis .Preservação e valorização do património paisagístico ligado ao rio . Contribuir para dinamizar economicamente o território do Alto Llobregat | ..Requalificar o rio e as margens e promover rotas culturais e turísticas recorrendo a mobilidade doce .Valorizar corredores ambientais .Promover o estudo da paisagem cultural com as comunidades locais .Alojamento rural .Uso de tecnologias da comunicação e da informação . Ecomuseu | .Requalificar as paisagens culturais da fábricas .Promover a economia local à base de produtos tradicionais e actividade de lazer .Promover o estudo da paisagem cultural com as comunidades locais .Reforçar o apoio ao visitante e dinamizar uma rede de centros de interpretação .Ecomuseu .Alojamento rural |
| | Temas /recursos | | | |
| | .Agricultura .Paisagem do rio .Educação ambiental | .Edifícios-conjuntos das colónias . Fábricas de cimento e o caminho-de-ferro .Fontes documentais .Tradições orais e demais património imaterial | .Comércio fluvial .Arquitectura religiosa .Quintas agrícolas .História urbana: lendas e mitos; .Peregrinações: o Caminho de Santiago e a Rainha Santa .desportos fluviais: remo e canoagem .actividades de lazer: vela e passeios de barco e a cavalo .Tradições orais .Caminho de ferro | .Ciclo da lã .Arquitectura tradicional .Quintas agro-pecuárias .Educação patrimonial .Educação ambiental .Tradições orais .Desportos radicais de montanha .Fábricas do minério e o caminho de ferro |

| | | | | | |
|--|--|---|---|--|---|
| | Centros de interpretação e serviços | .Centro de Informação e serviços .Serviços Técnicos .Infantário .Centro de gestão agro- ambiental .Centro de documentação | .Centro de Interpretação das colónias texteis | .Centro de Interpretação do .Baixo Mondego Ecomuseu do Mondego | Museu de Lanifícios Ecomuseu do Mondego |
| | Roteiros | . Rotas agro-ambientais .Rota das bicicletas .Rotas literárias .Rotas da natureza | .Rota das colónias industriais .Rota Cultural da colónia Ametlla de Merola | .Barca serrana .Ciclovia das descobertas .Rota do caminho de ferro .Rota Coimbra, lendas e mitos .Rota agro-ambiental | Transumância .Fábricas lanifícios .Quintas .Minas .Vinho do Dão |
| | Investigação | .Investigações de cursos de master .Comunicações científicas .Artigos em revistas e livros .Investigação em cooperação internacional | .Tese de doutoramento .Investigações de cursos de master .Comunicações científicas .Artigos em revistas e livros | Diversas comunicações científicas .Trabalhos finais e dissertações de mestrado .Actas de conferências e artigos científicos | Diversas comunicações científicas .Trabalhos finais e dissertações de mestrado |
| | Prémios em concursos | | | .Três prémios em concursos internacionais de ideias em Turismo | |
| | Uso de Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação | .Website .Possui uma aplicação SIG intermunicipal - SITxell (Territorial Information System of the open área network) . | .Website com agenda de actividades e eventos . TeleColòni@ (telecentro aberto às comunidades e a investigadores) | .Website interactivo .Sistema de Informação Geográfica .Guia inteligente de Apoio ao Visitante .Wikimedia - Tradições Orais | |

| | | |
|-----------------------|--------------------|----------------------|
| Financiamentos | .Programa LIFE | |
| | .Municípios, | .Municípios |
| | autoridades supra- | autoridades supra- |
| | municipais e | municipais e governo |
| | governo regional | regional |
| | .Privados | .Privados |

Fonte: Elaboração própria

Imagens dos parques patrimoniais do rio LLbregat



Figura XIX Mapas de Síntese do Parque Agrario do Baixó Llobregat - Catalunya

Fonte: website do parque: <http://www.diba.cat/parcsn/parcs/plana.asp?parc=9&m=299>

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Fotografias 59 a 66 Imagens do parque agrário no delta, junto a Cornellà de Llobregat e Barcelona

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.

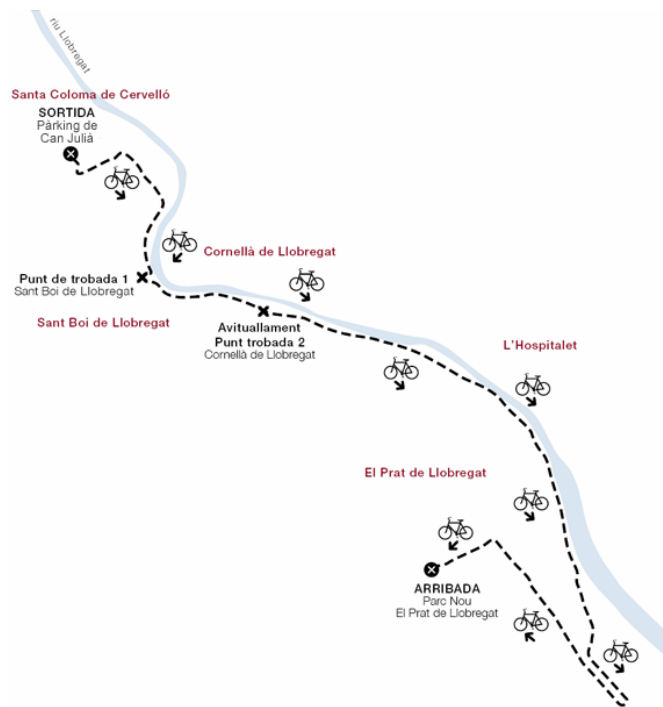
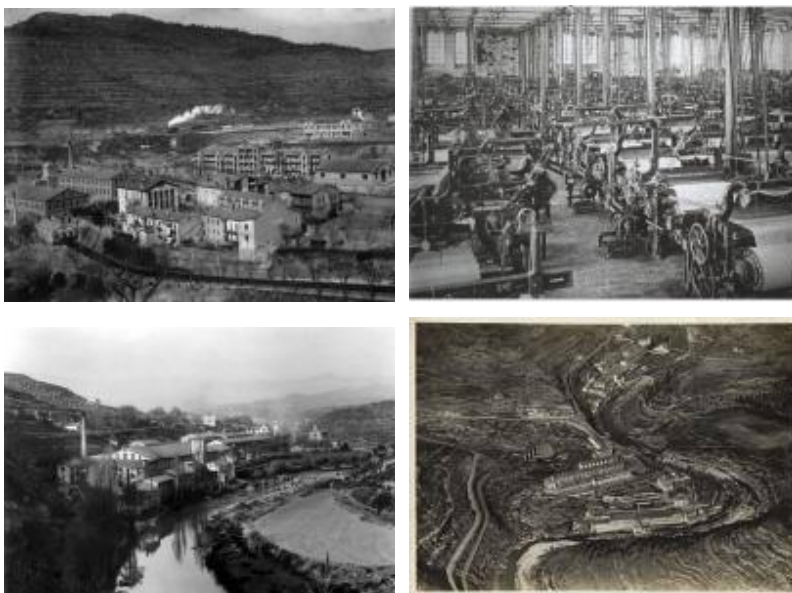


Figura XXI Itinerario ciclistico no parque agrícola

Fonte: <http://www.diba.cat/bicicletadallobregat/>

Imagens do Parque Fluvial do Llobregat – antigas colónias industriais do sector textil



Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.



Fotografias 67 a 84 Parc Fluvial del Llobregat- parc de colonies textiles

Fonte:

<http://www.parcfluvial.cat/plantilla1.php?nld=199158498&nldn2=199158498&nldn1=315074112&cTitolNivell=On+som>



Fotografias 85 e 86 Parc Fluvial del Llobregat- painéis informativos e centro de interpretação

Fonte:

<http://www.parcfluvial.cat/plantilla1.php?nld=199158498&nldn2=199158498&nldn1=315074112&cTitolNivell=On+som>



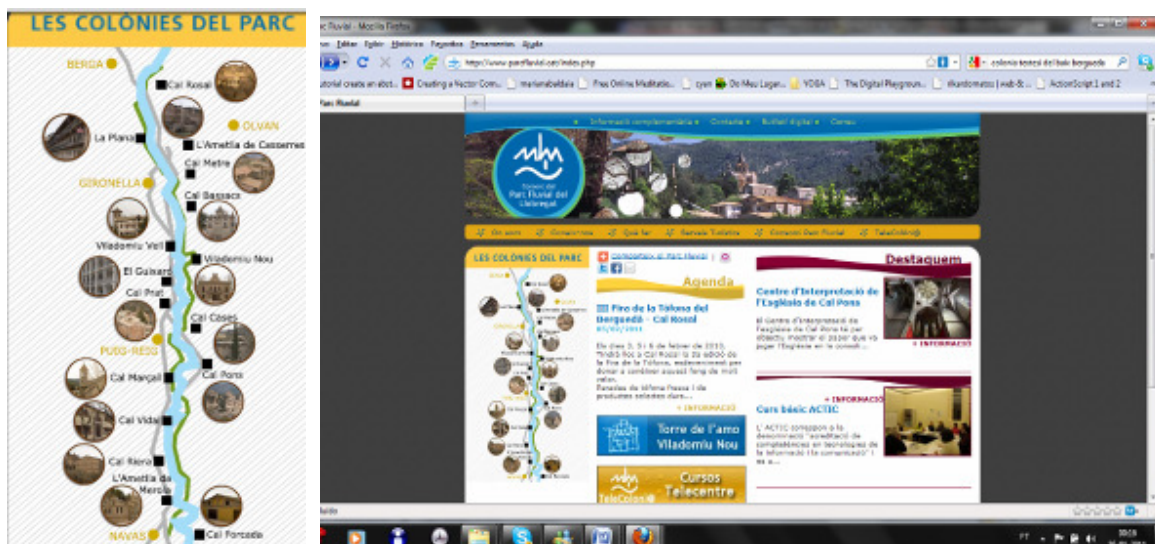


Figura XXII Parc Fluvial del Llobregat- parc de colonies textiles e interface do Website

Fonte: <http://www.parcfluvial.cat/index.php>

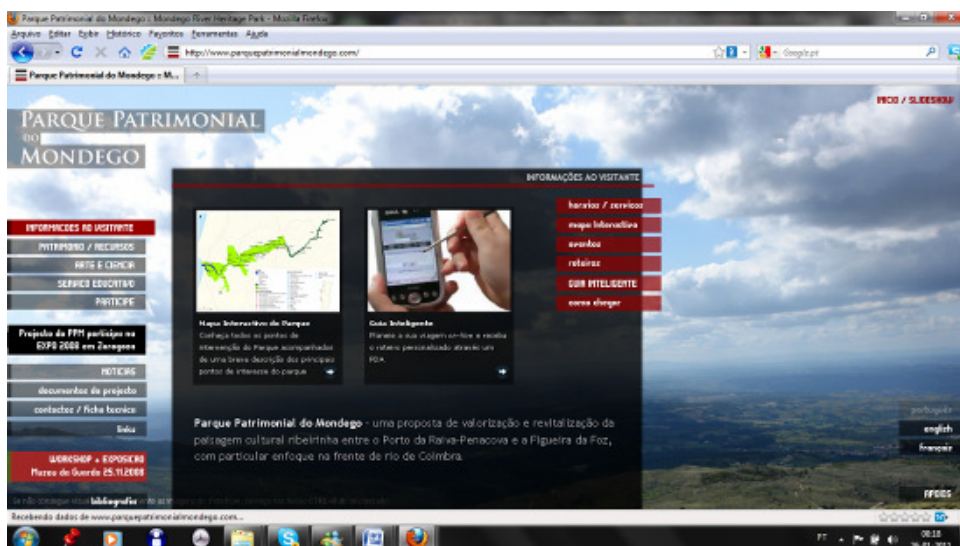


Figura XXIII Website do PPM – Guia Inteligente de Apoio ao Visitante

Fonte: www.parquepatrimonialmondego.com

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.

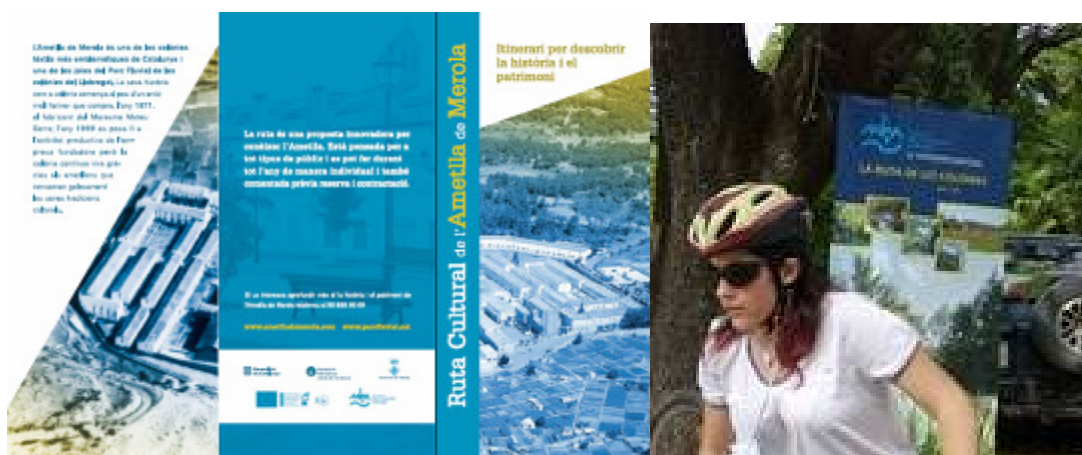


Figura XXIV Parc Fluvial del Llobregat- roteiros culturais

Fonte: <http://www.parcfluvial.cat/>



Figura XXV Parc Fluvial del Llobregat- plano especial e projecto de melhoramentos

Fonte: <http://www.parcfluvial.cat/documents/114074846.pdf>

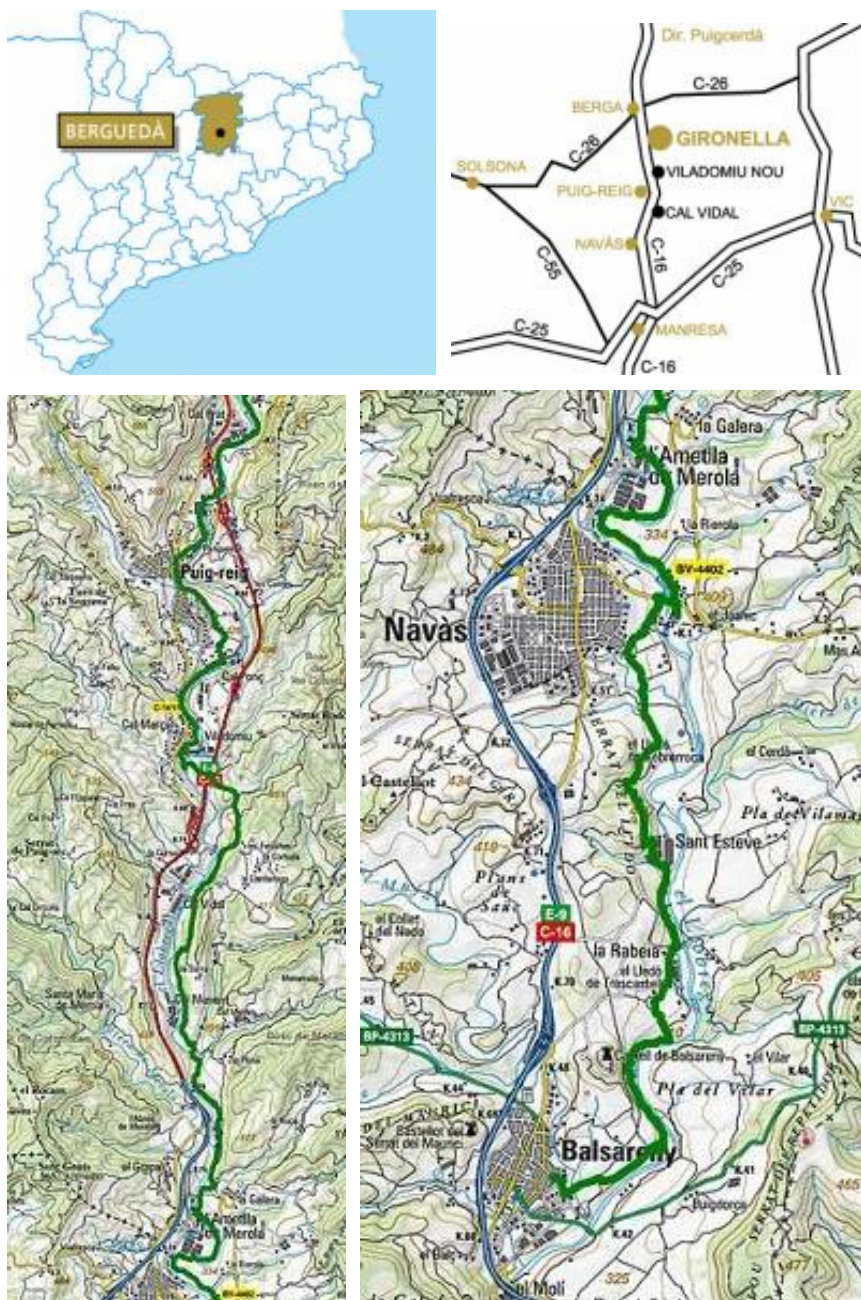


Figura XXVI Parc Fluvial del Llobregat- plantas de localização das colonias industriais

Fonte:

<http://www.parcfluvial.cat/plantilla1.php?nIdn1=315074112&cTitolNivell=Com+arribar&cTitolSubnivell=&nId=286130852&cTitolNivell=Com+arribar&nIdn2=286130852>

ii) **A proposta de alojamento rural – a introdução do albergue difuso**

A proposta de alojamento faz eco das preocupações observadas em eventos da área do turismo, onde se assiste a um crescente número de comunicações que focam o subtema do turismo em espaço rural (TER), sublinhando-o como alternativa de alojamento.

Neste âmbito, e em Portugal, experiências como as da rede de aldeias de xisto vêm demonstrando as vantagens do trabalho em rede, quer em termos de gestão da oferta, quer em termos de afirmação da imagem do destino turístico.

O PPM privilegia os produtos endógenos, a revalorização e revitalização da cultura, fauna e flora autóctones e, em geral, da paisagem do rio. Logo, o tipo de turismo a que se aspira, e se deseja, não é um turismo de massas, mas sim um turismo sustentável- cultural, religioso ou um eco-turismo.

Se tomarmos como exemplo de análise o território do Baixo Mondego, verificamos como a insuficiente oferta de alojamento em espaço rural no troço Penacova-Figueira da Foz, sobretudo a partir de Coimbra, contrasta com a forte concentração de pontos turísticos quer em espaço urbano, quer em espaço rural ou semi-rural. É o caso da Vila de Montemor-o-Velho, com os seus magníficos casco antigo e castelo medieval.

Esta realidade justifica este estudo e a proposta de adaptação do conceito italiano do *Albergo Diffuso* - modelo de turismo de alojamento turístico em espaço rural solidamente implantado e investigado em meio académico (Dall'Ara, 2008) - ao TER português.

A abordagem visa mostrar as potencialidades de criação, no marco do projecto do PPM, de um modelo alternativo de turismo rural, um *albergo diffuso*, na Vila de Pereira do Campo.

Antiga aldeia situada no concelho de Montemor-o-Velho, mas funcionalmente ligada a Coimbra, a escassos quilómetros de uma e de outra, esta vila, hoje ameaçada por interesses imobiliários, que já a fizeram saltar de escassas centenas para quase dois mil habitantes, está pousada numa acentuada encosta que se reclinava até encontrar calmamente o rio nos chamados campos do Mondego.

Tomando como referência um projecto de Eco-Urbanismo, procurou-se ensaiar e discutir a aplicação do modelo italiano, propondo-se um núcleo de turismo rural que se distribui pelo centro histórico e estende-se até ao rio.

A gestão está centralizada numa única casa, centro de acolhimento e de difusão, casa essa recuperada e ampliada, tal como as demais que integram o *albergo*, preservando-se os valores arquitectónicos locais e com base a um arquitectura amiga do ambiente.

Ao contar com dez casas de tamanho variável, somando um total próximo dos cinquenta quartos, o *albergo* adquire a necessária economia de escala que viabiliza a criação de serviços e oferta de atracções múltiplas: guias-animadores locais, passeios a cavalo, participações em actividades agrícolas e pecuárias ou da culturais locais; trilhas ecológicas e culturais e um leque de eventos repartidos no calendário (combatendo assim a tendência para a sazonalidade).

As primeiras conclusões evidenciam as potencialidades eco-urbanísticas e turísticas das nossas aldeias ribeirinhas, quando servidos por um sistema articulado de rotas da natureza, pedagógicas e da cultura, e por um alojamento em casas de aldeia propriedade de famílias locais que se associam ao novo modelo negócio, em sistema de consórcio.



Fotografias 87 a 90 Casas típicas em Vila de Pereira do Campo no Baixo Mondego



Fotografias 91 e 92 Corredor ecológico e campos agrícolas em Vila de Pereira do Campo

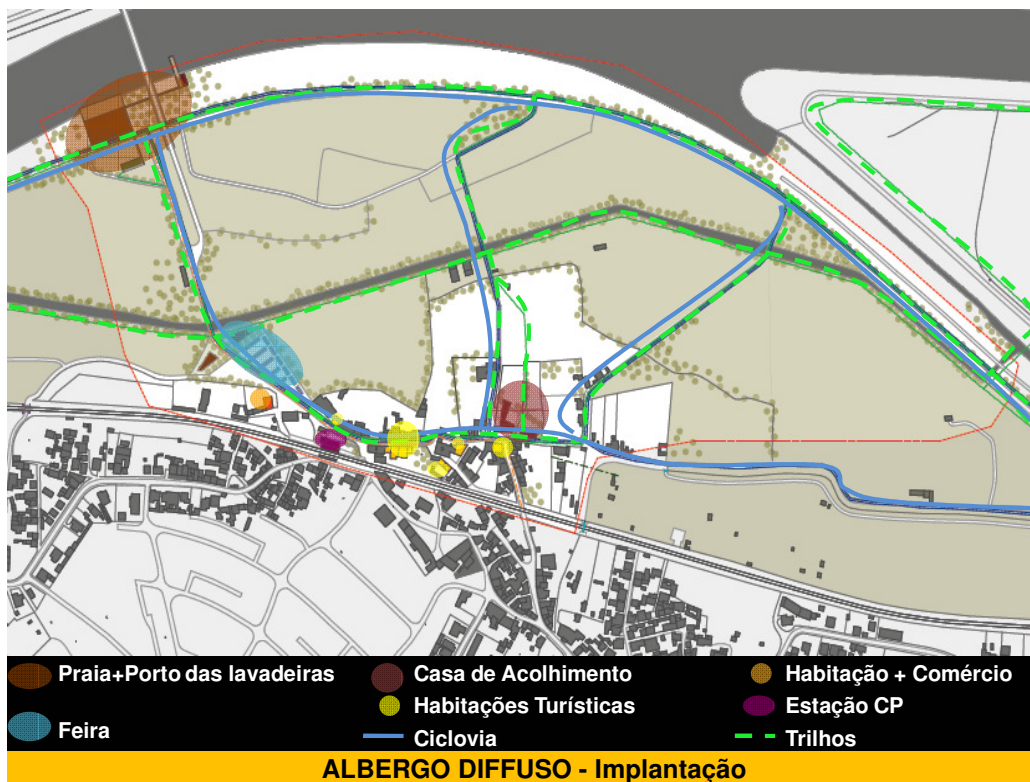


Figura XXVII Mapa do *Albergo Diffuso* da vila de Pereira do Campo.

Fonte: Imagem de trabalho final de projecto de Cristina Martins

iii) A proposta de Ecomuseu – unidade central, unidades móveis e disseminação territorial

A revitalização económica de áreas em perda passa, cada dia mais, por investimentos em actividades de ócio e turismo. Neste campo registamos, por um lado a proposta global, massificadora, estereotipada e consumista oferecida pelos parques temáticos. Por outro, iniciativas calcadas na cultura autóctone, na paisagem, e realizadas com base nos recursos endógenos, como os Ecomuseu, equipamentos culturais já aqui debatidos, de escala regional, e que nas últimas décadas se vêm afirmando no espaço europeu.

O Ecomuseu do Mondego resulta da necessita de corporizar, de modo difuso, ao longo da bacia hidrográfica, uma visão centrada no património cultural. Esta proposta convida a discutir as potencialidades do conceito de Ecomuseu enquanto instrumento de comunicação e de envolvimento das populações locais no âmbito de um processo colectivo de reabilitação da paisagem ribeirinha. Apresentando uma forma difusa, um conjunto disseminado e semi-estruturado de nós territoriais, o Ecomuseu integra e sintetiza o modelo de projecto e gestão territorial do parque patrimonial.

O projecto exhibe uma dupla escala – a arquitectónica e a territorial – e reivindica tanto a dispersão geográfica como a desmaterialização da estrutura física do Ecomuseu.

O objectivo é o de interpretar, comunicar e em última instância, participar, através de diversos pólos e convocando os locais, (d)as transformações da paisagem cultural.

A expansão da unidade central, situada em Coimbra, acontece de modo similar ao das raízes de uma planta, e ao longo da paisagem ribeirinha. Através das rotas do parque patrimonial – ciclísticas, fluviais, em automóvel ou em caminho de ferro – o Ecomuseu permeia das culturas locais; troca experiências e participa em co-produções que realimentam a unidade central. O Ecomuseu pode ser visto como um rizoma cultural. A difusão territorial da estrutura física do Ecomuseu: as comunidades locais são virtualmente convidadas a envolverem-se na instalação, que pode ser efémera ou permanente, dos diferentes polos.

Projecto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego – revisitações da paisagem cultural ribeirinha.

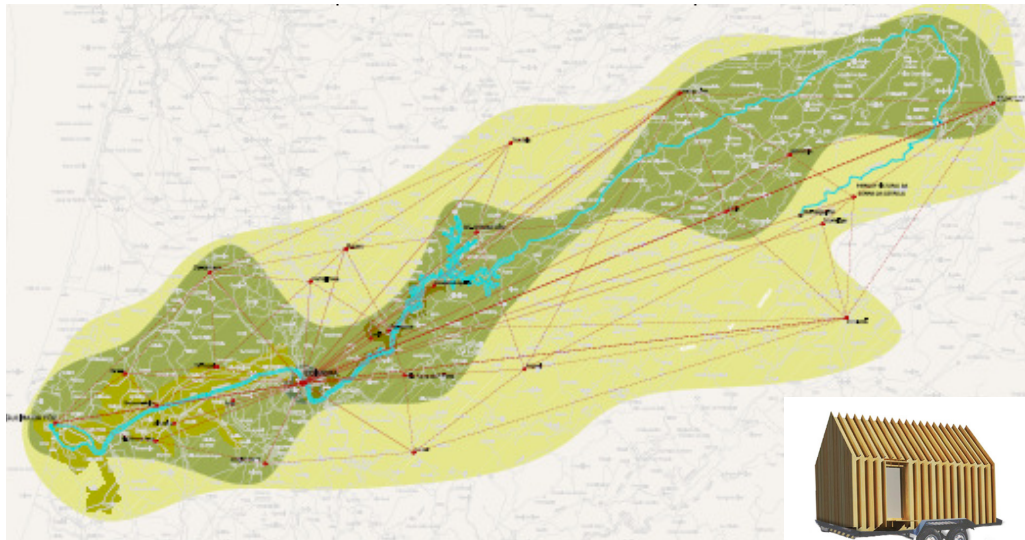


Figura XXVIII Ecomuseu: o plasma territorial e o rizoma cultural. Unidade móvel

Fonte: Adaptado de imagem de trabalho final de projecto de César Ribeiro

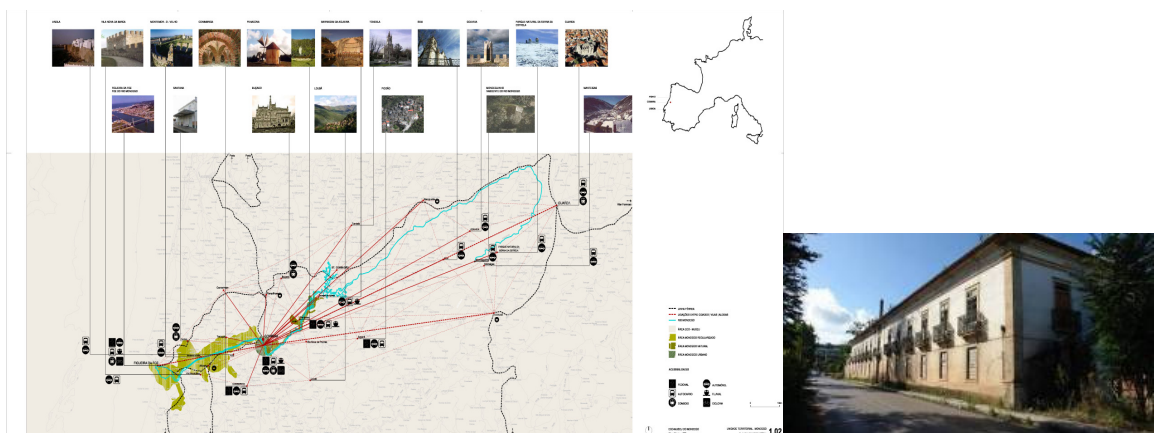


Figura XXIX Ecomuseu. Mapa geral – património, unidade central e a integração no PPM

Fonte: Adaptado de imagem de trabalho final de projecto de César Ribeiro

iv) **O SIG e o projecto do Guia Inteligente de Apoio ao Visitante (GIAV)**

(Nota: Co-autoria de Nuno Mendes e Vasco Leite)

O principal objectivo da ferramenta Guia Inteligente de Apoio ao Visitante é fornecer ao turista uma aplicação que lhe irá resolver os principais problemas quando está em visita a uma região desconhecida: o que fazer, como, quando, onde fazê-lo e quanto tempo demora (Brown *et al.*, 2003). Para além de lhe resolver estes problemas, a aplicação irá também dar ao turista uma nova e excitante experiência usando a mais recente tecnologia usada em aplicações móveis.

O Turismo é uma das indústrias com maior taxa de crescimento em todo o mundo. Com excepção da indústria do armamento, será porventura a que emprega mais pessoas e gera mais receitas (Tétard *et al.*, 2003). Por essa razão não será estranho que os governos tendam a olhar para o sector do turismo a partir do ponto de vista dos respectivos ministérios das finanças.

Se planeado e organizado, o turismo pode suportar parte importante da economia de uma região. Daqui a importância de desenvolver mecanismos úteis, por um lado, à captação de turistas, por outro, ao aumento do número de dias de permanência (para a região do Mondego a estadia-média cifra-se em um dia e meio).

Na última década, as tecnologias móveis e a computação ubíqua tem sofrido um aumento significativo de utilizadores (Malek *et al.*, 2006). Conjugando este dado ao facto de cada vez mais pessoas utilizarem dispositivos móveis em substituição dos suportes gráficos tradicionais contendo informações turísticas (Tjostheim *et al.*, 2008), aponta-se um cenário de crescimento para o investimento na área das tecnologias móveis e da internet aplicadas ao turismo. Bons indicadores desta tendência são também o incremento de áreas curriculares que associam turismo e informática nas universidades e escolas politécnicas, bem como a elevada quantidade de comunicações científicas em congressos da especialidade que versam a fusão turismo-tecnologias-internet.

Como projectos importantes realizados nesta área, podemos citar o *m-to Guide*, *Gullivers Genie* e o *Lol@*, e, mais recentemente, em Portugal, o *Astrolab*.

A maioria destes projectos está ainda em fase de execução de protótipos, escasseando as aplicações comerciais disponíveis.

Desenvolveu-se então uma ideia para uma aplicação que irá colocar a computação móvel no nível seguinte da experiência oferecida ao utilizador. Correspondendo às mais críticas expectativas dos turistas, O Guia Inteligente proporciona uma experiência dinâmica, baseada na interactividade comunicacional e na partilha de informação. Algo simples, em termos de uso, e mais ou menos original neste tipo de aplicações.

O *website*/portal do PPM tem como função disponibiliza informação sobre um conjunto de roteiros e pontos de interesse patrimonial. Num futuro próximo, pretende-se que através deste se possa fazer *download* desta informação para um dispositivo móvel (PDA) juntamente com o *software* que permitirá o seu manuseamento. Nesta aplicação *web* o visitante poderá ainda gerir as suas opiniões, fotografias e outros dados pessoais. Quando o utilizador estiver a utilizar a aplicação móvel, poderá navegar no mapa do parque patrimonial explorando o seu ou outros roteiros predefinidos; isto permite-lhe tomar amplo contacto com os recursos patrimoniais, os *interesting points*, pontos geo-referenciados através de um sistema de informação geográfica (Longley et al, 2005).

O objectivo é que o visitante possa ser guiado através da região, acedendo aos conteúdos da zona em que se encontra e sentido-se seguro de que nunca se irá perder.

Este novo conceito, de fusão entre turismo e tecnologia, permitirá potenciar o número de visitantes, contribuindo, de modo particular, para atrair visitantes mais jovens. Fazendo-se acompanhar de um PDA (ou equipamento semelhante), o turista poderá ser guiado pela região, seguindo a rota ou itinerário que escolheu e da qual fez *download* a partir do *website*. Ou poderá “perder-se” pela região sabendo que será sempre aconselhado sobre os pontos de interesse (POI's) existentes nas proximidades.

Essa informação pode então ser obtida pelo visitante ao deslocar-se a um dos postos de acolhimento de visitantes acordados com a PPM (localizados em cafés, postos de turismo ou de atendimento junto a monumentos, etc.) onde poderá ligar-se *on-line* a um servidor central de informação. Desta forma, o sistema ficará na posse da sua localização (fica também com a confirmação que esteve presente no local) e poderá disponibilizar-lhe conteúdos direccionados para a zona onde se encontra. A ideia chave é ter disponível um conjunto vasto de informação e constantemente actualizada e também conseguir que esta seja filtrada e sugerida aos turistas de uma forma “inteligente”, segundo as suas preferências, localização e períodos de estadia.

Indo mais longe, poderemos pensar na integração da informação proveniente do SIG-PPM com os cada vez mais correntes sistemas de navegação por GPS, o que permitiria ao visitante ser literalmente conduzido até aos POI previamente carregados nesse sistema (novamente, disponibilizados no *website* para *download*). A interacção com os *softwares* de navegação por GPS pode também ser enriquecida com outras funcionalidades, como a disponibilização de informação extra (fotografia do local, história, contactos, etc.), ou a possibilidade de ir comunicando o trajecto efectuado para o servidor central de forma a obter, no final, o roteiro efectivamente realizado pelo turista-visitante.

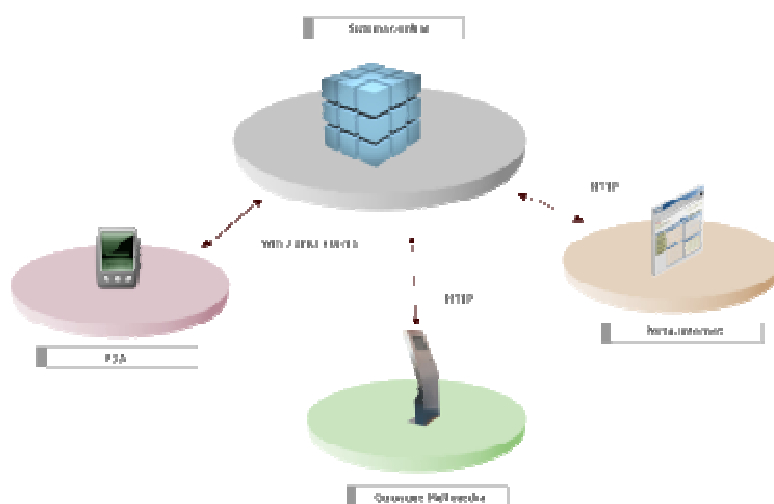


Figura XXX Componentes do sistema e tecnologias de suporte.

Fonte: Elaboração conjunta com Vasco Leite

Por último, o *website* poderá cativar ainda mais visitantes se disponibilizar uma área reservada onde possam guardar e consultar os roteiros já efectuados e os POI's visitados. A integração da informação geográfica traduzida em POI's que possam ser exportados para sistemas GPS permitirá assim trazer uma nova dimensão às visitas ao PPM, criando uma experiência dinâmica, adaptada a cada momento à localização e preferências circunstanciais e mesmo evolutivas dos turistas. De facto, um turista, ao visitar uma dada região, deseja descobrir recantos e paisagens, saborear a gastronomia local, praticar alguma actividade lúdica ou conhecer os usos e costumes, isto é, um pouco da história e cultura locais. Se o turista tiver um acesso fácil a esta diversidade de informação a partir da Internet, de quiosques especializados, ou até de um sistema instalado no automóvel que aluga ou no seu

próprio telemóvel, o leque de possibilidades é um convite a interagir mais de perto com a realidade da região que escolheu para o seu lazer (Sousa & Fernandes, 2007).

A integração com os sistemas GPS permitirá também, em sentido inverso, proporcionar informação sobre a localização efectiva dos turistas para que, através do sistema de informação geográfica do PPM e do guia inteligente, possam ser indicados pontos de interesse nas proximidades (hotéis, restaurantes, monumentos, sítios históricos, eventos a decorrer, previsões meteorológicas, informação de trânsito e informação acerca dos hospitais e farmácias, actividades de animação e cultura, etc). Esta função contribui, por um lado, para o desenvolvimento de bases de dados inteligentes que vão “conhecendo” comportamentos e perfis de preferência dos utilizadores, por outro, para compreender o modo como as orientações do sistema podem encorajar determinados comportamentos e escolhas (Sousa & Fernandes, 2007).

As funcionalidades do sistema proposto vão, de resto, ao encontro das orientações definidas no Plano Estratégico Nacional de Turismo como potenciais serviços a disponibilizar aos turistas (PENT, Ministério da Economia e da Inovação, 2006).



Figura XXXI Sistema Inteligente de Apoio ao Visitante do PPM.

Fonte. Elaboração própria a partir de uma imagem de Vasco Leite

A arquitectura da aplicação está assente no modelo cliente/servidor, estando dividida em duas aplicações distintas: uma página *web* e uma aplicação móvel. Na página *web*, os utilizadores deverão registar-se para posteriormente efectuarem o seu *login*. Depois de se logarem, e para usufruírem da aplicação, os visitantes deverão responder a algumas

questões relacionadas com a viagem que estão a planear, questões relativas às suas preferências. Por exemplo, “quantos dias irá estar na região”, “o que gosta de fazer”, “qual o tipo de arte que gosta mais”, etc. Processadas as opções-informações de viagem, a aplicação irá sugerir ao visitante um determinado roteiro de viagem do qual poderá efectuar o *download* para a sua aplicação móvel, do estilo PDA ou Smartphone.

O mapa dos roteiros pode ser visualizado de várias maneiras: no modo normal, em que estão visíveis as estradas da região, no modo 3D e no modo satélite. O sistema tira partido de todas as funcionalidades disponíveis num dispositivo móvel, como tirar fotografias, dar a sua opinião acerca de determinado lugar, ao permitir efectuar o *upload* desta informação para o servidor. Um *feedback* deixado sobre determinado ponto de interesse passa assim a ser partilhado com todos os demais utilizadores registados. A partir destas funcionalidades cria-se uma rede social, um dos mais relevantes desta aplicação: está provado que os turistas gostam de partilhar as fotos e as histórias dos locais que já visitaram e relembrar as experiências vividas (Brown *et al.*, 2003).

A informação sobre os pontos de interesse pode ser gerida por entidades públicas e privadas que poderão associar-se ao projecto, e que passam assim a ser recomendadas aos utilizadores da aplicação. Este tipo de acordos permite pensar em vantagens a oferecer aos turistas: descontos, ofertas especiais, etc. Informações como a morada, localização, horário, etc, ficam a cargo da própria entidade, que acede ao sistema através da ferramenta de *backoffice*, onde pode editar e actualizar toda a informação.

As tecnologias que esta aplicação irá utilizar são: 1) navegação através de GPS (*Global Positioning System*), para que o utilizador saiba sempre a sua localização; 2) WIFI/GPRS/UMTS para conexão *wireless* com o servidor; 3) *Web Services* e XML, para comunicar com o servidor (através da comunicação *wireless*).

Em conclusão, esta aplicação poderá ter um forte impacto ao nível da experiência do turista, sobretudo o turista independente, emprestando a esta uma nova e subjectiva dimensão (Ryan, 1998).

Estando ligado ao sistema o turista passa a estar inserido numa rede virtual de lugares, conhecendo e antecipando, o que está a acontecer ou o que está para vir nas próximas horas num raio, digamos, de 50 Km, abrindo-lhe possibilidades novas a cada momento, sempre em função das suas necessidades turísticas e dos seus acompanhantes (Krippendorf, 2000).

v) **Projecto *Caminhos da Memória* – paisagens e tradições orais**

(Nota: texto em co-autoria com Denise Esteves)

Introdução – descrição do projecto

Com o objectivo de compreender o significado das antigas actividades laborais para as comunidades locais, como apareceram, cresceram, declinaram e extinguiram-se, a equipa do PPM, em parceria com a ESEC/TV (canal da Escola Superior de Educação de Coimbra) e com a colaboração do videasta Tiago Pereira, tem vindo a produzir uma recolha de tradições orais no território do Mondego. Até ao momento, foram entrevistas cerca de cinquenta pessoas seleccionadas pelas suas ligações com os trabalhos tradicionais, ou com o folclore local. O suporte vídeo foi o escolhido para as gravações.

Em encontros informais, previamente combinados ou não, perguntou-se às pessoas como eram e como faziam as coisas no passado; encorajou-se a que contassem histórias que costumavam contar ou que cantassem as cantigas que habitualmente cantavam. E, também, que falassem do presente, como encaram hoje o seu dia a dia e as paisagens que os rodeiam. As entrevistas foram tratadas em função de dois desígnios: a criação de um arquivo digital na NET e um documentário, um objecto fílmico. O arquivo permite preservar e avaliar as tradições, abrindo possibilidades de interpretação e educação patrimonial. O documentário irrompe com a visão subjectiva de um experiente realizador da área da antropologia visual, mostrando como a tradição pode tornar-se matéria de base para expressões artísticas contemporâneas.

Para dar um melhor enquadrando a este trabalho, matizemos um pouco.

A actual paisagem do rio Mondego é, em boa medida, o resultado de séculos de apropriação por parte das populações das muitas aldeias, vilas e cidades espalhadas ao longo da sua bacia hidrográfica.

Fonte da água que viabilizou a vida rural e as actividades agrícola, pecuária e silvícola, foi também usada como infra-estrutura de transporte e ainda como força motriz de engenhos domésticos e industriais.

No campo imaterial, povoou o imaginário de poetas e contadores de histórias e serviu de mote para as cantigas e lengas-lengas que amenizavam a dura faina das camponesas, e foi o cenário onde emergiram importantes figuras femininas da iconografia portuguesa, como as aguadeiras e as lavadeiras e as tricanas (Martins, 1940)

Como quase todos os rios de escala interregional, o Mondego foi alvo, até há poucas décadas, de um uso intensivo, quase exaustivo, continuado, pautando, pela sua importância no quotidiano, o ritmo e estilo de vida das populações ribeirinhas.

A agricultura - com destaque para a dos cereais, sobretudo o milho, trigo e o arroz; a pecuária – gado ovino, caprino e bovino; a moagem de cereais para farinhas; a pastorícia; a produção de lacticíneos – sobretudo o queijo; o fabrico de têxteis - em especial, lanifícios; a produção de azeite, o comércio fluvial, a venda de água, a lavagem de roupa, a produção de sal e a pesca, formam o núcleo central das actividades produtivas que dominaram o uso do rio e das suas paisagens no último século (Martins, 1940; Seco, 1965)

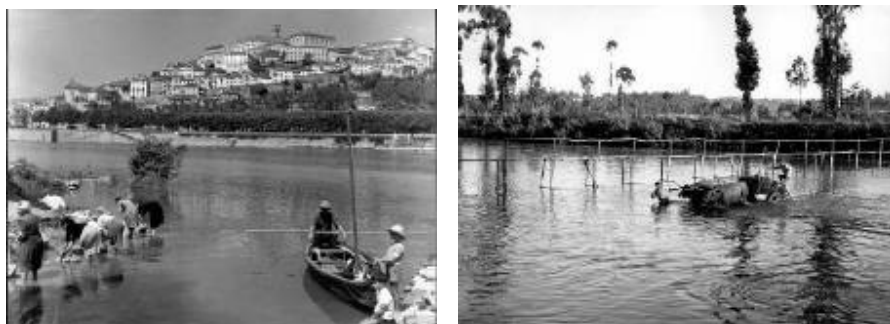
Hoje, na sua maioria, históricas, estas actividades deixaram marcas profundas nas gentes que as praticaram e no território onde tiveram lugar, moldando, a pouco e pouco, uma singular paisagem cultural.

Imagens do Mondego do passado

Fonte: Imagoteca municipal de Coimbra



Fotografias 93 e 94 Barcas serranas- junto ao Choupalinho e no cais das Ameias - Coimbra



Fotografias 95 e 96 Lavadeiras do Mondego e cheias – Coimbra



Fotografia 97 Ponte sobre o Mondego no Porto do Dão (submersa pela Barragem da Aguieira)



Fotografia 98 e 99 Ponte do caminho-de-ferro em Coimbra e batel salineiro no estuário (Figueira da Foz)

Aspectos materiais e imateriais caracterizam o território do Mondego, que agora se torna objecto de um projecto de investigação e de desenvolvimento no domínio do património intangível, da configuração da paisagem *in visu* e, em particular, das tradições orais. Ou, se

preferirmos, de investigação para o desenvolvimento; de recolha e análise para o projecto e a acção.

Nesta linha, o projecto *Caminhos da Memória*...deverá assentar numa sólida base histórica, a qual, por razões operativas e de objectivos do próprio projecto, será erigida a partir de fontes bibliográficas e orais. E assim, de algum modo, o projecto começa a demarcar-se de um convencional levantamento historiográfico porventura conducente a um projecto de museificação ou de animação local.

A partir de um guião de trabalho predefinido, seleccionam-se, a partir de referências bibliográficas, da imprensa escrita e orais, um conjunto de elementos históricos, sobre os costumes e sobre as tradições. Estes elementos são confirmados, empiricamente, no próprio terreno, por meio de observação directa das paisagens e de realização de entrevistas a aldeões-residentes.

Convém sublinhar sem mais demoras que o projecto se dirige, essencialmente, às comunidades locais, aceitando o desafio de ser um projecto colectivo, pelo menos em um certo sentido. Os residentes são entendidos como herdeiros de um passado desvanecido que merece ser recordado, e que agora se estuda como pretexto para emendar um presente estropiado, comprometido.

Em cada fase, os objectivos e a agenda do projecto devem ser objecto de um diálogo informado e fecundo com as populações. Estas são então, simultaneamente, objectos de estudo e actores, pólos de atracção e agentes do desenvolvimento.

Parece-nos ser esta a forma mais adequada para assegurar efeitos duradouros, transformar os resultados do projecto em outputs que servem as políticas e os planos de ordenamento de uma região que se apresenta em franco declínio sócio-económico.

Consciente do respectivo contexto geográfico e cultural, o projecto ajusta-se a uma estratégia de crescimento sustentável. Ou seja, um crescimento alicerçado nos recursos endógenos, nos ecossistemas ribeirinhos, e nas sociedades locais. De acordo com o seu âmbito de actuação, o projecto visa, em concreto, o reforço dos laços sociais entre residentes e entre estes e visitantes. Este reforço alcança-se através da acentuação da identidade e da redescoberta da(s) memória(s), como quem tece, episódio a episódio, personagem a personagem, pedra a pedra, uma trama diáfana acerca do passado.

Como se calcula, esta urdidura não é imediata, não equivale a um achado, antes corresponde a um processo interpretativo das transformações da paisagem e dos modos de vida. Aqui entram em cena *os caminhos da memória*. Para trilhá-los é necessário convocar um certo olhar, um olhar que procura reconhecer e compreender as marcas humanas operadas nas paisagens do rio. Este trajecto culmina no estabelecimento de uma espécie de código genético das paisagens e dos seus processos de mudança. Este estádio funciona como ponto de partida para a definição de uma alternativa para essas mesmas paisagens, incutindo-lhes substância, atribuindo-lhe novas funções; viabilizando-as.

En la identidad del territorio empieza a sintetizarse su alternativa.

Joaquín Sabaté, Barcelona, 2004

Nos aspectos materiais o projecto incide, por um lado, sobre os aspectos visuais, as transformações aparentes da paisagem. Por outro, e complementarmente, focam-se os aspectos auditivos, as sonoridades do rio e de actividades que faziam uso da água. Entre os aspectos imateriais, centraremos a atenção nas tradições orais, esse precioso e irrepetível legado histórico, deixado de mestres para aprendizes, de geração para geração.

A maior parte dos estudos sobre a paisagem do Mondego tendem a isolar temas como o património natural e o cultural, o funcionamento dos ecossistemas ribeirinhos, as tradições orais ou outras tradições, como sejam as gastronómicas e as do artesanato.

Raros são os estudos que perseguem uma visão interdisciplinar sobre a paisagem, escassas as tentativas de discutir, a uma só vez, arte, cultura e tradição. Insuficientes ou ineficazes as iniciativas de desenvolvimento local centradas nos valores desta paisagem.

A abordagem turística, por exemplo, por muito abrangente que se nos apresente, não escapa ao nexos atracções-receitas, espelhando uma visão economicista do território.

A subordinação do turismo aos negócios está bem patente nos estereótipos visuais e comunicacional de desdobráveis, panfletos e cartazes turísticos habitualmente presentes nas agências de viagem ou em sites da NET. Salvo raras excepções, nestes suportes gráficos ou digitais, procura-se espremer os valores do território como se de laranjas se tratassem, com vista a dar o sumo que o turista está presumivelmente ávido de consumir.

A imagem deixada de uma perspectiva multifacetada da paisagem é superficial, traduzida por expressões que se tornam rapidamente em clichés: *típico, regional, local, autêntico, genuíno*, etc. Também outras expressões insuspeitas como rural, campestre ou biológico, levantam as maiores dúvidas, logo dissipadas quando se confirma o desencorajamento do aprofundar das relações turistas-residentes.

Na prática, a *interacção e partilha* turista-residente, de que tanto se fala nos congressos da especialidade, e de que se faz eco em discursos oficiais, resumem-se, muitas das vezes, ao visionamento de pomposas recriações históricas. Ou, quando muito, ao reducionismo de incursões de cariz efémero em actividades agrárias ou artesanais.

E contudo, quem trabalha em desenvolvimento local está ciente da importância da ligação dos novos projectos ao turismo, sector-chave da economia em Portugal.

Nesse sentido, sem estar orientado para o turismo, mas ao inclinar-se para a valorização dos recursos endógenos, o projecto do PPM acaba por favorecer a criação de atracções e alguns serviços que sim servem na plenitude os fins dos agentes turísticos.

Ao longo dos *caminhos*, evita-se, portanto, a armadilha da sublimação do património ou a tentação de fazer a sua exploração a todo o custo.

Em face das metas de longo prazo traçadas opta-se por manter em suspenso a avaliação dos recursos patrimoniais, defendendo o seu conhecimento mais profundo e, porque não, o seu questionamento. A partir da examinação do material recolhido torna-se possível encetar, de posse de uma consciência crítica, o trabalho de sistematização e catalogação.

Em conformidade com os princípios que atrás se enunciaram, estes trabalhos obedecem a fins operativos: a sistematização de dados pressupõe a identificação de inter-relações, de homologias ou analogias, simetrias, etc.

O material recolhido deve então ser cruzado, confrontado, inquirido nas suas diversas e mais intrincadas ligações. Rejeita-se uma seriação simplista dos dados; intenta-se superar uma visão meramente taxonómica ou dicotómica.

Como é bom de ver, o projecto *Caminhos da Memória* não se apresenta com necessidades de canonização da paisagem; nem sequer de uma eventual classificação patrimonial e muito menos de uma etiquetagem turística.

Estribado na inventariação (fotográfica, acústica e audiovisual) o projecto converte-se em um processo de gradual descoberta de significados da paisagem e das vidas das populações

que as formataram; significados por detrás das marcas do trabalho, da intervenção humana; significados por detrás dos rostos queimados pelo sol, das pernas entorpecidas da labuta quotidiana, significados extraídos das extraordinárias histórias de vida dos habitantes. Em suma, *os caminhos* conduzem à memória colectiva, entendida aqui como porta de entrada para a identidade local e para os seus múltiplos processos de construção.

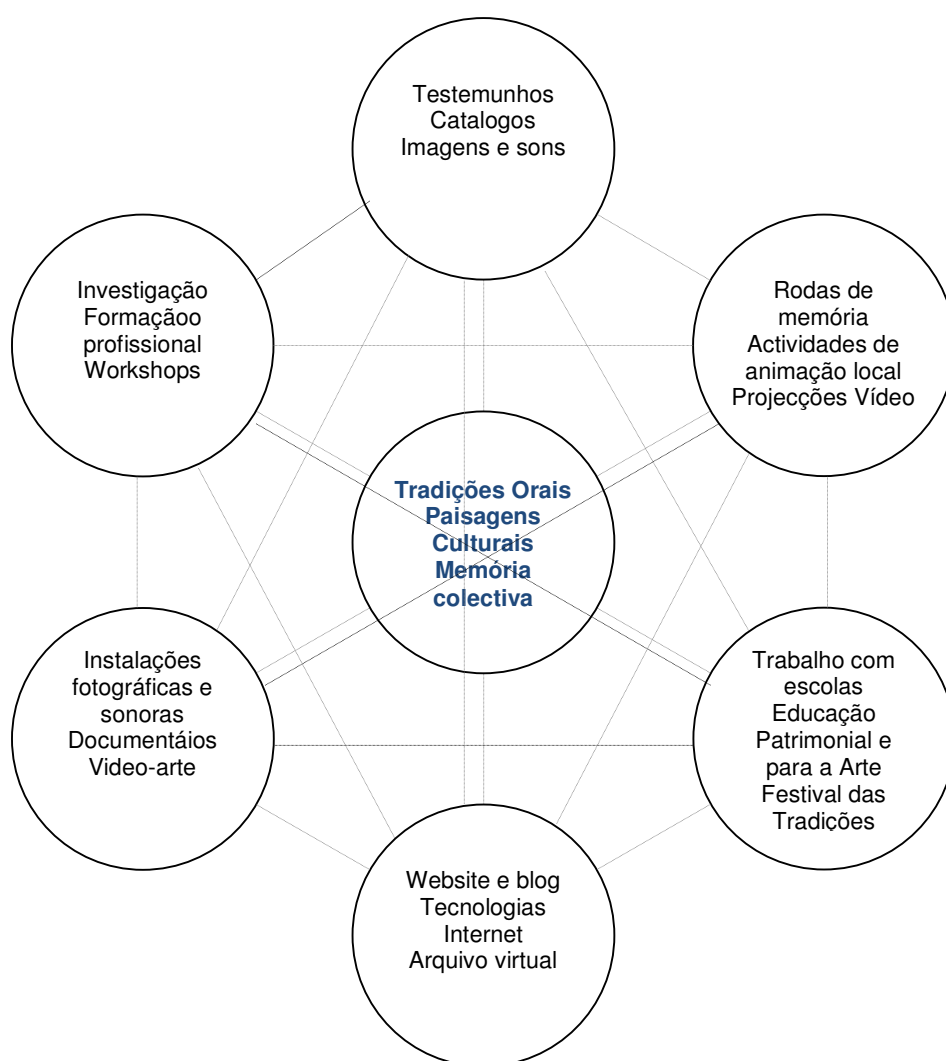


Figura XXXII Conexões internas do projecto - modelo de ramificações virtuais.

Fonte. Elaboração própria.

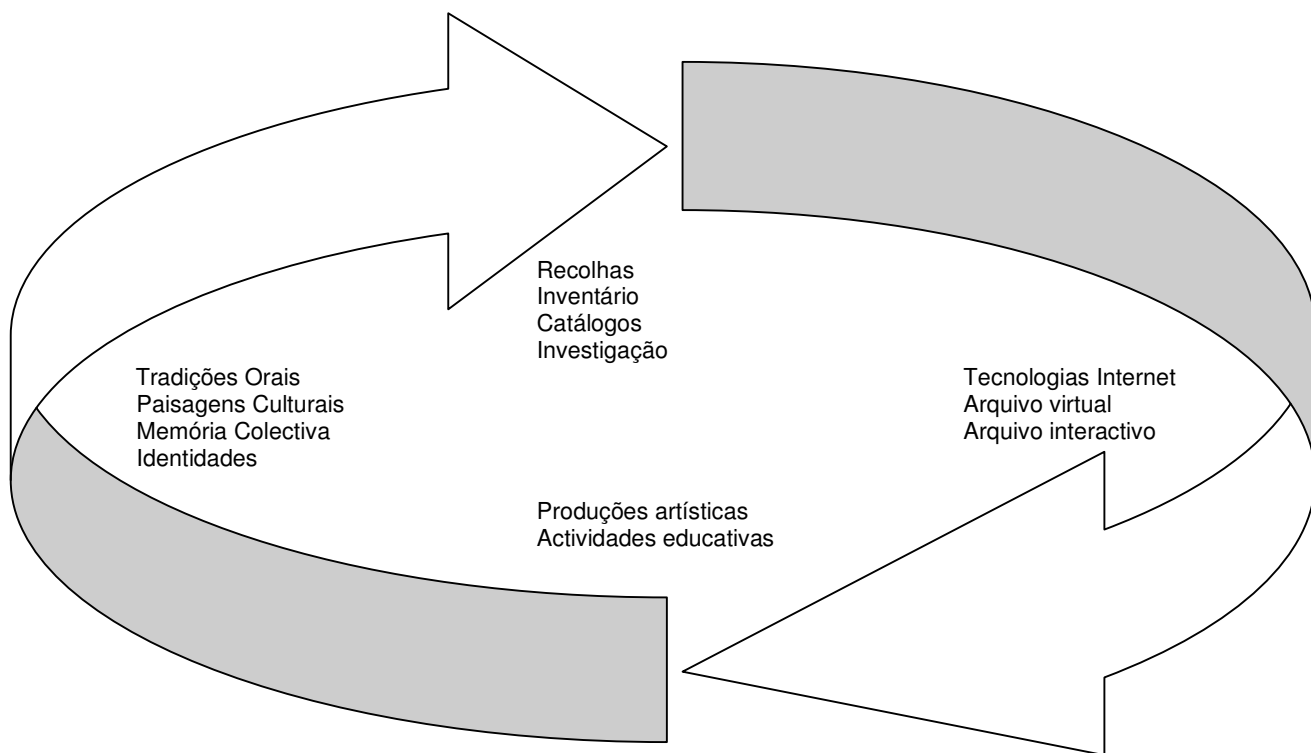


Figura XXXIII Processo Cíclico de re-alimentação da memória colectiva - reconstrução identitária

Fonte: Elaboração própria.

Percorrer *os caminhos*, pressupõe adoptar uma abordagem empírica, assente no conhecimento *in loco* e nas recolhas. Os *caminhos* são então revelados e reveladores; por que constituem um meio de revelação dos ditos processos de construção da identidade; por que são reveladores de novos significados extraídos das leituras feitas sobre o material recolhido. Nesta espécie de encruzilhada, o projecto é ponto de chegada e ponto de partida; a catalogação, os testemunhos, as imagens e os sons libertam-se do estado de cristalização para protagonizar novamente a história, desta vez, ajudando a reeditá-la, refazendo-a com novos elementos. Histórias, testemunhos, paisagens, recolhas e produções criativas completam um processo cíclico de reconstrução identitária rigorosamente cimentado na memória. O estabelecimento de um diálogo entre a tradição e a contemporaneidade, entre significados originários e significados actuais relativos às paisagens fluviais e suas gentes constitui assim um passo obrigatório para a descodificação de chaves de leitura de um

território em mudança; um território que requer a definição de ferramentas de compreensão das transformações das suas paisagens e das suas gentes.

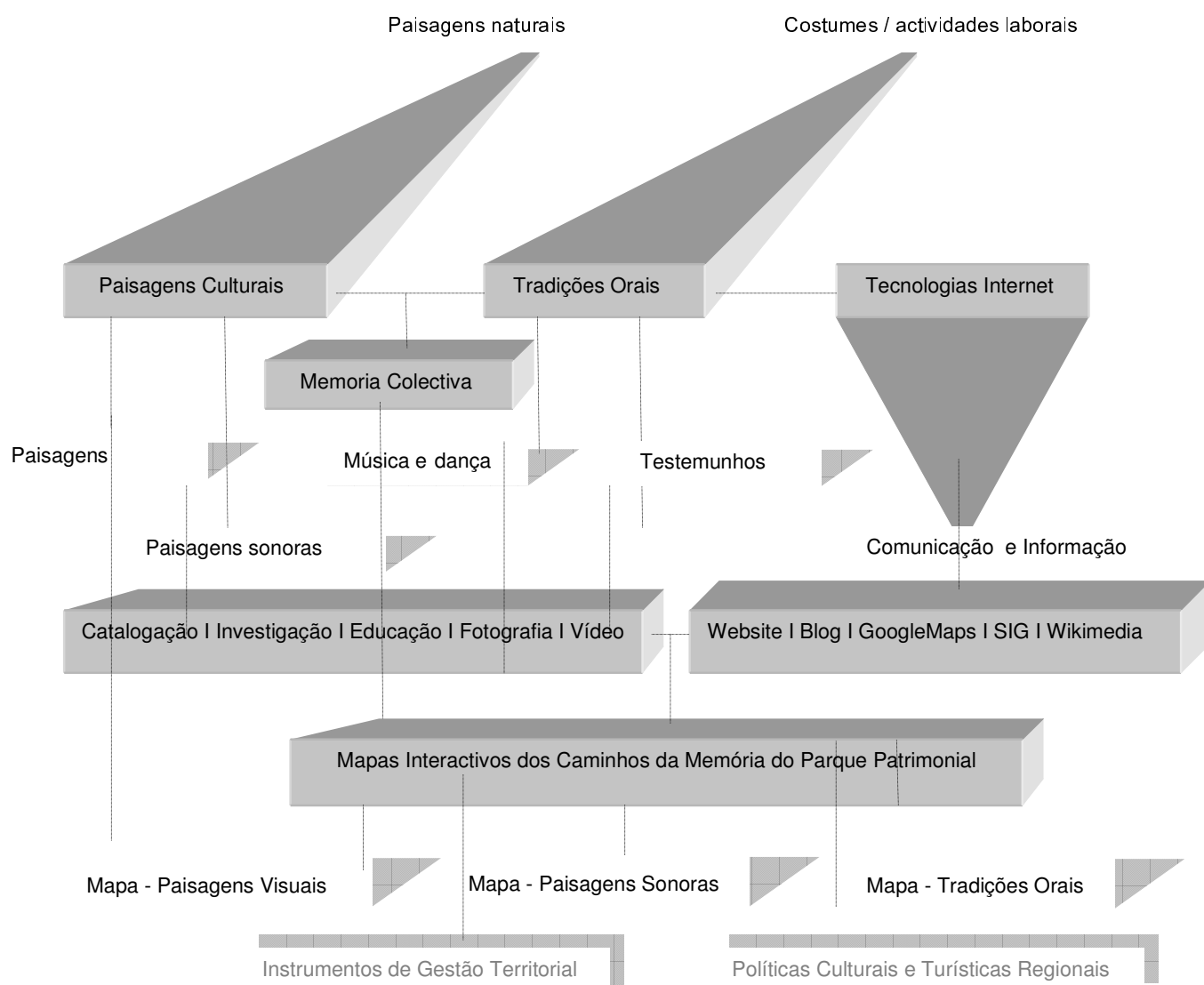


Figura XXXIV Estrutura de desenvolvimento dos *Caminhos da Memória* – outputs do projecto.

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, o trabalho contribui para a renovação de instrumentos de gestão das paisagens culturais do rio Mondego, emprestando-lhe diferentes paletas temáticas e novas ferramentas metodológicas.

A consolidação teórica destes instrumentos, a par da sua gradual introdução nas práticas de planeamento, apontam para uma reestruturação do território de acordo com os paradigmas da nova sociedade. A *Internet*, a *cultura verde* e a *transculturalidade*, perfilam-se como os novos padrões.

Graças à renovação dos instrumentos de gestão, os territórios podem ser agora mostrados através de novos mapas; mapas dinâmicos que se conectam com outros meios de informação e nos quais se revelam, de modo interactivo, recursos e projectos patrimoniais. Como é bom de ver, a colocação em valor das paisagens culturais, colocando-as no centro do projecto do território contraria o mito de progresso dominante no planeamento regional e urbano nas últimas décadas, para não dizer no último século; acusa a passagem de uma cultura de crescimento para uma cultura de transformação.

O projecto Caminhos da Memória contrai, portanto, uma nova visão para o território do Mondego; nela marcam presença comunidades vivas, inquietas, comunidades que:

- despertadas para o valor do seu património sentem-se revigoradas na sua auto-estima e procuram relançar-se social e economicamente ;
- advertidas das suas raízes culturais reinventam a sua identidade sem descaracterizá-la ;
- conscientes dos novos conceitos sobre património exercem um novo olhar sobre as paisagens que habitam e sobre as suas actividades laborais;
- encorajadas pelas novas modalidades de comunicação multimédia retomam e actualizam o imaginário que (ainda) povoa as suas memórias;
- estimuladas pelas novas tecnologias da informação adquirem competências e incorporam-nas no seu quotidiano;
- sensibilizadas para o valor intrínseco e universal da arte sentem-se exortadas a exprimir-se, e fazem-no recorrendo às expressões artísticas tradicionais.

Advertido com respeito à cristalização do património e ao mero interesse nostálgico em relação ao passado, o projecto *caminhos da memória* busca suportes e pesquisa instrumentos que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida das comunidades.

Com esta orientação, iniciou-se o processo de rastreio de elementos que conduzam à definição de uma idiossincrasia do território do rio Mondego e das suas gentes.

A análise que se segue incide sobre um conjunto de depoimentos de idosos previamente sinalizados. Como traço comum entre eles, o facto de terem participado, em maior ou menor escala, do processo de colonização do território do Mondego ou, dito de outra forma, de transformação cultural das suas paisagens. São pessoas simples, mas a exemplo das paisagens que habitam, apresentam um forte carácter e uma cultura decantada de séculos, passada de avós para pais e de avós e pais para filhos e netos, dos mais velhos para os mais novos. Estas pessoas são também seleccionadas por estarem em condições de prestar testemunhos na primeira pessoa. Consistem em depoimentos obtidos em contexto informal, nos seus próprios sítios de vivência, registados em formato audiovisual (vídeo).

Através de uma interpretação de teor antropológico desses registos foi possível adentrar na memória histórica, social, cultural e económica da população local. Especial atenção foi prestada em tudo o que diz se refere à relação das gentes com o rio e à forma como este elemento sempre esteve presente na estruturação e gestão dos seus modos de vida.

As narrativas e memórias dos grupos sociais acerca do rio revelam o seu contexto social de produção e uso (económico, ritual, simbólico, social) e, neste sentido, a sua centralidade na afirmação das identidades locais, quer individuais quer colectivas.

Por conseguinte, a relação estabelecida com o rio é, no sentido atribuído por Anthony Cohen (1985) “uma forma de pensar, sentir e acreditar” que dá singularidade à pertença colectiva evidente no contexto em questão.

Constata-se que o rio Mondego é um elemento simbólico para a população local porque se constitui enquanto espaço de trabalho, de sociabilidade, de trocas comerciais e, portanto, também um elemento central na própria economia local. Era um ponto de encontro entre os habitantes das populações ribeirinhas do Mondego servindo de palco de interacção com outras populações e de diversas trocas de bens e serviços.

A par de diversas actividades económicas e laborais, o rio Mondego, da serra até à foz, foi palco das mais diversificadas redes de relações sociais, familiares e afectivas.

“ (...) Faz de conta que o rio antigamente era uma freguesia povoada, sempre com muita gente lá dentro”²⁸.

Lavadeiras, Agricultores, Barqueiros, Moleiros, Artesãos, Pastores e Pescadores coexistem no espaço e no tempo e representam uma parte do universo social que constitui a paisagem cultural do Mondego.

É este rio, o denominador comum das diversas memórias que persistem ao longo do território sobre o qual o projecto do PPM se debruça. A relação com o rio Mondego pauta as experiências vividas pelas comunidades locais, não só, nos modos de vida e de subsistência, mas também nas relações afectivas e simbólicas que com o rio sempre se estabeleceram.

Conta-nos uma outra lavadeira, a forma como os territórios eram disputados e como se traçavam geografias específicas de ocupação desses espaços:

“Às vezes também nos desentendíamos umas com as outras, porque cada uma tinha a sua leira de estender, à frente das nossas pedras (...) Cada uma era dona à frente das suas pedras do seu sítio (...) mas, às vezes, a que viesse primeiro sempre se esticava mais um bocadito e a outra vinha e começava logo «porque tu hoje adiantaste-te, onde é que eu estendo?» ”

Eram também as relações laborais que geravam diferentes dinâmicas com a cidade de Coimbra e da Figueira da Foz constituindo um quotidiano marcado pela circulação de pessoas, bens e serviços:

“Íamos à segunda-feira a Coimbra, ia um carro de bois por nossa conta, andávamos todo o dia por lá a entregar a roupa às freguesas e à noite vínhamos...trazíamos a roupa suja”.

A gestão da vida quotidiana cruzava-se com uma necessária mobilidade espacial para trocas comerciais, sendo o rio o meio através do qual esta relação se estabelecia.

Conta-nos um barqueiro que era das trocas comerciais que se criava a interacção entre as populações dos diferentes locais. Era a lenha e o carvão mas, principalmente, o sal e a carqueja, os produtos de maior valor comercial.

²⁸Todas as citações que se seguem neste capítulo correspondem a testemunhos de membros das comunidades locais e foram retiradas do registo audiovisual “Mondego – Software Líquido”.

Não falamos, portanto, de comunidades isoladas dos centros urbanos, ou fechadas sobre si mesmas. O rio não se estabelecia enquanto fronteira entre o “lá” e o “cá”, entre o “mundo” e a comunidade. Ao invés, era ele que, na maioria dos casos, criava o elo de ligação entre as comunidades urbanas e rurais. Assim, a mobilidade espacial era constante e o intercâmbio e circulação de bens, serviços e produtos, fazia-se num movimento pendular entre a pequena burguesia maioritariamente urbana, consumidora e a classe trabalhadora, produtora e negociante.

Nem a dureza do regime de trabalho, nem as dificuldades que se viviam outrora são lembradas com mágoa ou com amargura: “Era uma vida triste mas alegre”. Pelo contrário, como diz um contador de histórias e habitante local, o rio Mondego era o “caminho do sagrado”, “era o caminho para o infinito”, mostrando como as dimensões do sagrado e do profano se imiscuem neste contexto. Relembra que o carácter religioso da população faz com que ainda hoje perdure um dos ditados mais conhecidos entre aquelas populações que possui uma forte componente simbólica: “A fé é que salva, não é o pau da barca!”.

Para além das actividades laborais, a gestão do tempo e do espaço também incluía momentos de sociabilidade. O rio era igualmente um espaço de lazer, onde se cimentavam relações sociais e familiares:

“ (...) íamos para lá no verão, fazer caldeirada de peixe (...) e tomar banho”.

Como conta outra habitante, este era o rio que cruzava a pé, de uma margem à outra, à revelia do marido quando a paciência se esgotava. Era o espaço em que rapazes e raparigas socializavam. Os momentos de convívio que facilmente se imiscuíam nos tempos de trabalho foram partilhados por uma das habitantes:

“Quando era da azeitona era uma alegria, ...todos a cantar ... uns de uma banda outros da outra”ou, como relata outra habitante, “juntávamo-nos, brincávamos e era uma vida linda.”

Da mesma forma, as cantigas e as danças que acompanhavam as longas jornadas de trabalho são recordadas com contentamento como que para espantar o cansaço do corpo e a dureza do trabalho:

“Passávamos o dia inteiro a cantar ... no arroz, na água ... quando andávamos a schar as batatas ou a ceifar o pão (...) estávamos sempre a cantar, era desde que amanhecia até à noite quando vínhamos ... pelos caminhos cantávamos e dançávamos”.

O passar do tempo e daquele modo de vida e de trabalho fizeram desaparecer da memória partes das cantigas: *“eu sei muitas ... mas elas não querem aparecer”.*

Do que se recordam as entrevistadas, cantava-se a beleza do rio, as amizades e os namoros, as festas, o trabalho e mesmo o orgulho de, como diz a letra de uma das cantigas, pertencer a uma “aldeia pequenina onde reina a mocidade”. Outras eram “cantigas do arroz” por ser durante o árduo trabalho nos campos de arroz que eram entoadas. Cantadas em grupo, em roda, num tempo em que o trabalho deixava pouco tempo para o lazer mas não para o convívio entre pares: “era a trabalhar e a cantar (...) não estávamos paradas, estávamos sempre a trabalhar”. Mas as cantigas e as danças também acompanhavam os curtos períodos de descanso:

“A gente ao Domingo até fazia uma roda e cantava ao despique umas com as outras... mas já lá vai há muitos anos”.

Estas são histórias de vida, retratos biográficos formados individualmente mas partilhados colectivamente, inscritos no espaço e nos modos de o organizar e viver.

Este movimento de incorporações simbólicas do passado no presente, revela a forma como os grupos se afirmam e representam, tendo repercussões importantes na construção de um sentimento de pertença ao “lugar” e de ampliação dos vínculos afectivos ao território e de promoção da auto-estima das populações locais.

De referir ainda que o espaço de aprendizagem fulcral na vida destas populações foi, na maioria dos casos, o rio. De facto, a escola não foi percebida como um espaço de aprendizagem central.

“Aqui não há escola, a escola é esta! Estou-lhes a dar a escola que me deram a mim”,

eram as palavras que uma habitante local ouvia do seu pai. Consequentemente, todas as aprendizagens que foram construídas à sua volta marcaram indelevelmente e de forma única os seus percursos, as suas vidas e as suas histórias individuais. Como nos é mais uma vez revelado:

“Do rio sei eu explicar porque a minha vida era ali. Agora o resto ...”

As próprias vivências sociais são recordadas por oposição ao tempo presente. Vejamos o seguinte testemunho:

“a gente antes conversávamos com toda a gente ...agora estas senhoritas passam e nem bom dia, nem nada ... estão aí algumas que eu nem conheço”.

Aliado às alterações físicas que o rio e o território circundante sofreram ao longo das últimas décadas, está o facto de as populações já não fazerem o mesmo uso e, simultaneamente, atribuírem outros significados ao rio.

As memórias que se guardaram e partilham com orgulho são as de um Mondego que se assume como matriz de agregação identitária. É o rio, portanto, o elemento mais evocado e que dá sentido à vida individual e colectiva das populações.

Ficaram registados alguns dos significados e funções sociais que o rio Mondego desempenhou na vida individual e colectiva e o modo como estrutura as narrativas e memórias da população local traçando, simultaneamente, práticas quotidianas e actividades laborais, económicas, de socialização e de lazer. Muitos outros faltam registar.

Referimo-nos, frequentemente, ao património cultural e, em especial, ao que é intangível, em associação a um vago sentimento de ameaça pairando sobre a capacidade de reproduzir e de transmitir às novas gerações um bem que um grupo social valoriza e que, em consequência, deve ser objecto de especial protecção (Durand, 2004). Contrariar esta tendência pressupõe recuperar a memória e a oralidade dos valores patrimoniais, bem como reaver as respectivas funções simbólica e social.

Partilhando desta perspectiva, o PPM assume uma dupla função e importância: para a população local, pela oportunidade de redinamização socioeconómica e pela construção de espaços físicos de apoio à memória onde sejam salvaguardados os valores tradicionais e as representações do passado; para os visitantes que, de forma crítica e informada, querem tomar conhecimento desta realidade.

Desta forma, a consideração de aspectos históricos, sociais e culturais é fundamental na avaliação do património local e, por isso, deve intervir numa reflexão crítica em relação à definição de estratégias e acções a adoptar.

Hipóteses de trabalho- guião de histórias para a elaboração do projecto

Como hipóteses genéricas, por um lado, a do rio como a grande matriz histórica, geográfica, antropológica, social e cultural do território; por outro, da influência das actividades laborais na conformação da paisagem cultural ribeirinha e na definição de uma identidade regional, uma identidade produtiva, na sua essência.

O conhecimento da paisagem cultural subentende uma muito particular atenção ao património intangível. A reinterpretação da paisagem cultural passa, como acima ficou demonstrado, pelas recolhas etnográficas, por ver e ouvir as populações locais.

De antemão, o projecto desdobra-se em unidades de paisagem correspondentes a troços do rio associados a distintos traços geomorfológicos. Correspondem estas (em conformidade com os testemunhos e outros dados recolhidos) a diferentes períodos históricos, sociais, e a diversos momentos de conquista do rio e artificialização das suas paisagens. Como hipótese:

Unidade-etapa I : A força das águas e o ciclo da lã (Alto Mondego) – *o rio industrial e a paisagem da lã*

Unidade-etapa II: Os moinhos de água e paisagem Vitivinícola do Dão (Médio Mondego) – *o rio agrícola e a paisagem da vinha*

Unidade-etapa III : A navegação comercial e as lavadeiras de Coimbra (Baixo Mondego) – *o rio comercial e a paisagem urbana*

Unidade-etapa IV: A construção do caminho de ferro, as casas, as grandes fábricas e as barragens– *o rio poluído e a paisagem do cimento*

Unidade-etapa V : As obras de desvio do leito, os campos hidro-agrícolas, a pesca e as salinas. (Baixo Mondego) – *o rio infra-estruturado, a paisagem do arroz e a paisagem do sal*

De acordo com esta compartimentação histórica, geográfica e sociológica, emergem as respectivas actividades laborais preponderantes:

Etapa I: Os pastores, as queijeiras e os operários das fábricas de lanifícios

Etapa II: Os molineiros e os vinhateiros

Etapa III : Os barqueiros, os construtores de barcos, as aguadeiras e as lavadeiras

Etapa IV: Os ferroviários, os construtores e os operários fabris

Etapa V : As mondadeiras, os pescadores e os salineiros

Objectivos e linhas estratégicas

Em resumo, o projecto Caminhos da Memória tem como objectivo resgatar os valores da paisagem, visuais e sonoros, bem como a sabedoria popular e os costumes, transmitidos através das tradições orais, repondo-os como matéria de investigação, de aprendizagem e ainda como matéria-prima para a criação artística contemporânea.

Esta proposição obedece, segundo a terminologia de Alain Roger (1997), à ideia de reforço da artealização *in visu* das paisagens do rio, acrescentando-lhe, como novidade e complemento, a artealização *in audio*.

Desenvolvendo um conjunto de linhas estratégicas o projecto intervém em diversas áreas: recolhas e catálogos e arquivos; animação local; debates e investigação; formação e lazer; arte e educação; comunicação, tecnologias internet e turismo.

Sugerindo a realização de um leque de acções-piloto, o material recolhido - as entrevistas, as gravações áudio e vídeo - será trabalhado a vários níveis e com vários fins, conforme mais à frente se explicita.

No âmbito da animação local, promovem-se sessões de convívio -“rodas de memória”- que permitem recuperar lembranças e reforçar os sentimentos de pertença (Dalla Zen&Feijó& Minuzzo, 2010). Estas sessões podem incluir o visionamento de filmes antigos, clássicos nacionais e estrangeiros do cinema de raiz etnográfica, por exemplo, e de material dos registos fotográficos e acústicos. No domínio científico incorporam-se a escrita de artigos, a participação e organização de seminários de investigação e conferências nas áreas da antropologia visual, das paisagens culturais, dos cinemas etnográfico e ambiental.

Na área da catalogação, da arquivística e da multimédia, avança-se para a criação de um catálogo de paisagens e de um arquivo virtual na NET, disponíveis a partir de um portal interactivo.

No campo artístico, o projecto inclui a produção de uma exposição-instalação fotográfica e sonora e ainda a produção de um filme-documentário.

A nível pedagógico, propõem-se workshops com estudantes das escolas básicas e secundárias, a decorrerem nos períodos extracurriculares e em articulação com professores e respectivos projectos curriculares de turma.

Na vertente turismo, inclui-se a produção de diverso material de promoção, bem como a criação de website, blog, páginas nas redes sociais, e ainda realização de recriações históricas revistas por artistas contemporâneos.

Métodos

Como método de recolha, de divulgação e de intervenção, o projecto usa, respectivamente, o registo fotográfico, áudio e vídeo, a Internet e suportes multimédia e o cinema documental. O projecto deve dispor de recursos humanos próprios, o que inclui profissionais de diversas áreas, e recorre, em toda a linha, ao uso de ferramentas informáticas (e.g. GIS e outros diversos software dedicado à imagem, ao som e ao audiovisual) e da Internet (e.g., Google-Maps, websites, blogs e redes sociais)

Como projecto criativo centrado nas raízes culturais e na interpretação da paisagem, terá que buscar os seus próprios instrumentos de conhecimento, de estudo e de proposição. Os suportes fotográfico, áudio e vídeo, bem como as ferramentas da NET conjugam-se para a definição de um método de rastreio sistemático e crítico acerca das paisagens e das tradições.

O material recolhido será organizado segundo um futuro arquivo virtual disponível na Internet. Longe de se esgotar na função museológica, os registos fotográfico, áudio e vídeo, servem de base à discussão e ao debate em torno das questões identitárias.

As imagens, as gravações, valem por si, como retratos únicos de paisagens em transformação, ou de pessoas de idade avançada cujos testemunhos fixam a tradição e as mudanças entretanto ocorridas. A recolha de imagens, e de sons, bem como a destes testemunhos, há-de constituir a tarefa central a desenvolver na primeira etapa deste projecto. E contudo, tanto na forma como conteúdo, entendem-se como fonte inspiradora e material de base para criações artísticas contemporâneas.

Todas as actividades de catalogação, registo, e arquivamento tem subjacente uma intencionalidade, a que decorre da consciência de um posterior tratamento criativo do material. Daqui se infere a importância de manter uma atitude criativa em todas as fases do projecto, e não apenas na fase de execução de actividades ou de produção de eventos. Assim, o registo, por mais simples que seja, tem sempre em perspectiva a materialização de algo novo, algo que resulte da sua transformação pela via conceptual e artística.

A própria forma de registo deve ser apurada em cada momento, em função da maneabilidade que se possa pretender a seguir e em função da usabilidade correspondente. Chegados a este ponto não se pode adiar mais a discussão sobre o conceito de arquivo a ser adoptado, visto tratar-se de um dos principais outputs que se esperam deste trabalho de recolhas e registos.

Face os desejos enunciados, resulta imprescindível sondar a referência adequada para um conceito de arquivo proactivo, flexível e dinâmico. Encontramo-la nos escritos do sociólogo indiano Arjun Appadurai, em particular num artigo publicado em 2003, em que reivindica para os arquivos a função de canal transmissor de memórias. Appaduray (2003, pp.24), salienta o potencial e o cariz interventivo dos arquivos:

“The archive as a deliberate Project is based on the recognition that all documentation is a form of intervention, and, thus, that documentation does not simply precede intervention, but is its first step. Since all archives are collections of documents (whether graphic, artifactual or recorded in other forms), this means that the archive is always a metaintervention. This further means that archives are not only about memory (and the trace or record) but about the work of the imagination, about some sort of social project. These projects seemed, for a while, to have become largely bureaucratic instruments in the hands of the state, but today we are once again reminded that the archive is an everyday tool. Through the experience of the migrant, we can see how archives are conscious sites of debate and desire. And the arrival of electronic forms of mediation, we can see more clearly that collective memory is interactively designed and socially produced”.

Sem prejuízo do rigor classificativo e de um claro ordenamento da informação, conferimos, através das reflexões de Appaduray, que a catalogação pode ser entendida como um ponto de partida, não de chegada.

De igual modo, o uso da Internet no projecto tem um carácter utilitário, permitindo o acesso à distância, a uma escala universal, aos arquivos e bases de dados. Mas vai para além disso. Seguindo de perto uma linha de investigação que procura estabelecer analogias entre as tradições orais e as tecnologias da internet o projecto explora pontes entre estes dois poderosos veículos de comunicação (Foley, 2007)

De facto, se nos concentrarmos no *como* cada um destes meios promove a passagem da informação constatamos a onnipresença da noção de experiência de *fluxo* (Csikszentmihalyi, 1990); o modo contínuo de circulação da informação que caracteriza a transmissão oral tem o seu contraponto na navegação livre de constrangimentos físicos no ciberespaço, o *surf* na *Net*.

Colocados em planos paralelos, as tradições orais e as tecnologias da Internet prestam serviços complementares à inventariação do património. Em ambos casos, trata-se de sistemas comunicacionais alternativos de difusão da cultura, de passagem dos saberes, distinguindo-se, pela sua natureza comunicacional assente não na troca de informação mas no estabelecimento de caminhos de navegação (Foley, 2007), dos museus, dos livros, dos documentos, e das expressões artísticas em geral.

O papel da Internet no projecto adivinha-se interactivo, humanizado, apelativo, desafiador. As ferramentas a utilizar, sites, mapas wikimedia, blogs, redes sociais, devem revelar a consciência dos fluxos informativos que irão gerar, num processo de transmissão que se auto-alimenta, pois cada recolha, cada salvaguarda, cada *save*, cada *download* de material produzido ou recolhido suscita novas leituras, estimula a concepção de novos materiais, evocações das paisagens, ressonâncias das tradições orais.

Procurando encontrar um denominador comum entre os vários métodos integrantes do projecto diríamos que devem eles seguir também o seu próprio caminho, adaptando-se, em cada fase, ao material que vai sendo recolhido e às múltiplas criações que este vai propiciando.

Dito de outra forma, aos requerimentos teóricos convencionais, a essência do método a ser aplicado no projecto acrescenta a sua conformação ao trabalho-processo criativo.

Público-alvo

Os principais destinatários são as próprias populações, em todas as faixas etárias. A participação tem lugar destacado na fase de recolhas, expandindo-se para as fases de projecto e de implementação, com relevo para as actividades educativas e pedagógicas. Outros públicos- alvo são os estudiosos do património intangível, os universitários das áreas da cultura e do turismo, os profissionais da área do património cultural imaterial, os jovens

em idade escolar dos primeiro, segundo e terceiro ciclo, os criadores das áreas da fotografia, da sonoplastia e do vídeo; e, finalmente, os turistas, sobretudo os nacionais.

Acções a desenvolver

Numa primeira fase as principais tarefas dizem respeito às recolhas: de imagens e de sons ao longo do rio e nas vilas e aldeias limítrofes e etnográficas privilegiando-se testemunhos na primeira pessoa.

Posteriormente desenvolvem-se um conjunto diversificado de iniciativas mais ou menos autónomas, podendo decorrer sequencialmente ou, em vários casos, em simultâneo:

- Acções de mobilização, convívio e sensibilização das populações locais, incluindo mostras de recolhas em antestreia e exposições, em sessões com debates, de filmes e documentários e cariz etnográfico;
- Acções de formação e debate científico orientada para o mundo universitário; workshops e seminários orientados para profissionais;
- Actividades educativas e workshops pedagógicos nas escolas, bem como actuações ao vivo e em espaços públicos, incluindo a realização de inventários de sons e imagens e de recolhas de testemunhos, com a participação de jovens de todas as idades;
- Criação de um website e de um blog;
- Desenho de mapas mentais da paisagem, enfatizando os valores visuais e acústicos e as tradições orais; a partir destes mapas, concebem-se roteiros pedagógicos, lúdicos e turísticos;
- Construção de um arquivo virtual na NET acessível através de um portal Web e suportado por ferramentas de análise espacial e geo-referenciação (SIG e Google Maps); imagina-se uma *Wikimedia*, introduzida em sede de projecto, quando são colocadas as primeiras definições e as primeiras recolhas, passando a receber contributos ao nível dos textos e do material produzido/recolhido com suportes áudio e vídeo.

Esta Wikimedia, peça fundamental do puzzle do projecto e um dos seus principais outputs, traduz-se em diversos mapas correspondentes a layers de informação.

Trata-se de uma ferramenta interactiva, editável, em permanente actualização pelos próprios usuários, e que combina o uso de diversos software open source.

Ainda na esfera da Internet, a utilização das redes sociais (Facebook e Twitter) e de redes interactivas de fotos, blogs e perfis de usuário (Myspace e Vimeo) para a divulgação e intercâmbio, constituem exemplos de ferramentas auxiliares que reforçam o projecto.

Como corolário, promove-se um *Encontro Internacional de Tradições orais e Paisagens Culturais* – oportunidade para a apresentação do material recolhido e produzido e para o diálogo intercultural. Este evento, pluridisciplinar e multidimensional, culminaria com a edição de um livro e de um DVD e a proposta de criação de uma rede internacional de paisagens culturais. Esta entidade, ainda ausente do quadro europeu, poderia reunir parques patrimoniais, culturais e naturais, servindo de plataforma para o intercâmbio e estabelecimento de parcerias de investigação & projectos de desenvolvimento.



Fotografias 100 e 101 Cenas reais e encenadas da vida nas paisagens do Mondego



Fotografia 102 Trabalho nas escolas e rodas de memória

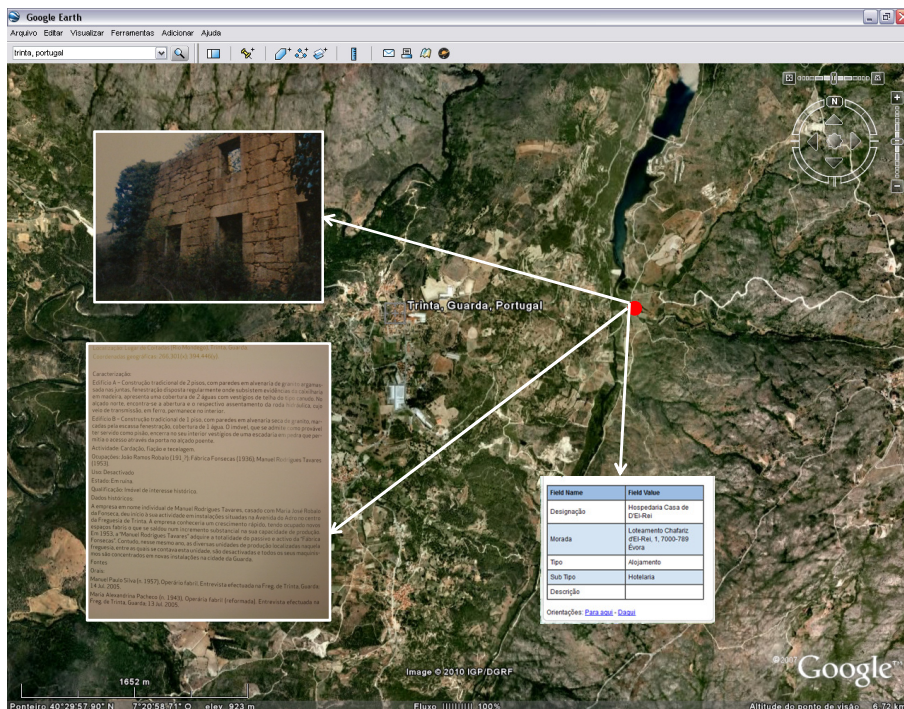


Figura XXXV Fábricas de lanifícios no Alto Mondego, aldeia dos Trinta. SIG do património material e imaterial.

Fonte: Elaboração própria a partir de SIG de Claudia Costa

vi) **Gestão de riscos e energia de biomassa nas comunidades ribeirinhas**

(nota: co-autoria com António Pedrosa, José Gaspar e Pedro Miraldo)

Breve descrição do projecto

A exemplo de muito outros rios o Mondego e seus afluentes foram sendo progressivamente abandonados pelas populações e pela administração, apresentando se, em muitos dos seus troços, contaminados com resíduos e poluentes diversos. Só muito recentemente se começaram a desenvolver algumas acções pontuais de sensibilização e valorização ambiental, assim como a criação de praias fluviais mas, quase sempre associadas à proximidade de grandes centros urbanos. Estas acções, apesar da sua importância, não deixam de ser casos isolados, não tendo por trás uma estratégia definida, quer no que se refere às questões ambientais, quer em termos de sustentabilidade económica.

Este projecto advoga a necessidade de uma estratégia para a bacia do Mondego que valorize as paisagens ribeirinhas e desenvolva de forma sustentável as actividades

florestais e agrícolas que nelas se praticam. Criando valor através de iniciativas assentes na diversificação da paisagem natural e antrópica e na disponibilização de serviços/infra estruturas, inseridas num plano estratégico de toda a bacia, em concertação com os diversos agentes de desenvolvimento locais e regionais. As acções a desenvolver deverão procurar recuperar o carácter da paisagem, valorizando e divulgando as espécies de fauna e flora originais da área que possuem um alto valor de conservação, mas também por valorizar funções que explorem as potencialidades das infra-estruturas que o homem foi construindo: moinhos, levadas, represas, açudes, ...

Verifica-se também um generalizado assoreamento, o que conjugado com outros factores, como sejam os presumíveis efeitos das alterações climáticas e o aumento da concentração de determinados nutrientes potenciam os riscos de cheias. Por outro lado é preciso ter presente o esquecimento a que ficou votado o rio, quer porque as populações deixaram de o utilizar como local de banho e recreio ou para lavar a roupa, ou porque deixaram de ter necessidade gerir e encaminhar a água, seja porque abandonaram os campos agrícolas, como no Alto Mondego, seja porque se construíram, grandes infra-estruturas hidráulicas de rega, como no Baixo Mondego.

As áreas florestais, confinantes com as margens do Rio Mondego apresentam características muito específicas, nomeadamente, quanto à orografia e composição específica. São normalmente zonas de difícil acesso pouco atractivas para o desenvolvimento da actividade de exploração lenhosa de modo intensivo e como tal propicias à geração de grandes quantidades de biomassa cuja acumulação contribui fortemente para o aumento do risco de incêndio, flagelo que se repete de modo mais ou menos cíclico nos espaços florestais mediterrânicos. Uma gestão e utilização activa, tirando partido das características intrínsecas aos sistemas florestais e agrícolas, pode alterar a situação, fomentar as sinergias e as potencialidades dos dois sistemas contribuindo para a sua valorização ambiental e económica.

A biomassa resultante das acções de limpeza decorrentes da gestão de combustíveis, assim como, os sobrantes, resultantes das operações de gestão dos povoamentos e cortes finais, podem ser energeticamente aproveitados, ao nível local, com base em tecnologias e sistemas eficientes e modernos disponíveis no mercado.

A produção de energia, térmica e/ou eléctrica, a partir dos resíduos agro-florestais veio

introduzir uma nova valorização económica os resíduos agro-florestais já que permite minimizar os riscos de incêndios (pela diminuição de combustível existente) associando-lhe a produção de energias a partir de fontes renováveis e limpas.

Havendo excedentes de biomassa poderá também fazer-se a sua comercialização, quer directamente, quer sob a forma de “briquetes”.

Para além destes aspectos fundamentais, ter-se-á em consideração a recuperação das espécies florestais autóctones tendo como objectivo a diversificação e valorização paisagística e o aumento da biodiversidade

O projecto em questão procura abordar, de modo articulado, e com uma visão multidisciplinar, temas pendentes na paisagem natural e cultural do Rio Mondego e seus afluentes como: cheias, incêndios, poluição das águas do rio, destruição dos sistemas florestais ribeirinhos e das galerias ripícolas, e dos ecossistemas ribeirinhos, da biodiversidade, redução das emissões de CO₂ e aumento do sequestro de carbono, despovoamento, erosão natural, depressão social e económica.

Objectivos:

- Contribuir para minimizar os riscos inerentes às regiões ribeirinhas, nomeadamente, os relacionados com as cheias, nas regiões a jusante e os incêndios florestais a montante. Pretende-se assim reduzir os impactos que provocam não apenas ao nível social, pessoas e bens, mas também ao nível do desenvolvimento económico local em actividades sobejamente implementadas como a agricultura e a floresta, prevenindo desse modo consequências ambientais como a erosão de solos e redução da biodiversidade. A minimização dos riscos aumenta a disponibilidade dos investidores para o investimento, quer ao nível local quer ao nível regional.
- Desenvolver modelos de silvicultura e de gestão dos sistemas florestais ribeirinhos sustentáveis, nomeadamente em áreas de protecção, definindo planos de organização espaciais e de intervenção que minimizem os riscos.
- Contribuir com instrumentos operacionais que suportem uma gestão sustentável do território com base nos recursos endógenos da bacia hidrográfica do Mondego.
- Criar uma metodologia de gestão ambiental das áreas ribeirinhas da bacia hidrográfica do rio Mondego que conjugue a preservação e recuperação de recursos naturais com o desenvolvimento local e que seja replicável para outros territórios.

- Desenvolver, e Implementar um Sistema de Informação Geográfica baseado na Web (Web-GIS) baseado em ferramentas Open-Source, que permita a disponibilização e divulgação da informação recolhida, bem como a execução de operações de consulta e exportação de informação.
- Promover os recursos naturais endógenos, criando valor, fomentando iniciativas empresariais de carácter local, nomeadamente, pela implementação de sistemas de utilização da biomassa agro-florestal, de sistemas de utilização dos recursos e das potencialidades do rio (do seu caudal natural) e da paisagem envolvente, como suporte de actividades económicas geradoras de riqueza

Estratégias:

- Contribuir para a recuperação e valorização dos ecossistemas ripícolas e regularização das margens de modo a salvaguardar cotas de cheia, facilitando o acesso ao rio, quer para actividades decorrentes da economia local, quer para actividades de recreio e lazer.
- Criar modelos de gestão dos espaços florestais ribeirinhos que se fundamentem numa gestão florestal activa e que tirem partido das sinergias funcionais que se estabelecem ao nível dos espaços florestais e agrícolas, ou mesmo agro-florestais característicos desta região. Incentivar e dinamizar o estabelecimento de parcerias entre os proprietários florestais, associações de carácter agro-florestal e os agentes de desenvolvimento local.
- Promover a utilização dos recursos naturais tais como a biomassa vegetal resultante da limpeza das florestas e das actividades agrícolas, para fins energéticos (e também para a compostagem) ; salvaguardando a conservação de nutrientes e desenvolvendo boas práticas que minimizem o impacto sobre os ecossistemas. Promoção da introdução de sistemas de aquecimento em determinados núcleos habitacionais ou aldeias dos vales e das encostas do Mondego e seus afluentes.
- Estimular os agentes de desenvolvimento locais e regionais para a realização acções sensibilização de educação ambiental e patrimonial, dinamização de roteiros pedagógicos, lúdicos e turísticos, centradas nas potencialidades das paisagens ribeirinhas, nas suas singularidades e fragilidades, e na sua importância para a minimização dos riscos.

Público –alvo

O projecto tem como alvo as populações locais, que beneficiam directamente com as intervenções, as populações adjacentes, que beneficiam com a revitalização económica gerada na área intervencionada, as autarquias e associações de desenvolvimento local, pela visibilidade alcançada, e os turistas, sobretudo os que procuram o ecoturismo e o touring cultural e paisagístico.

Equipa de projecto

A equipa de projecto deve englobar experts em áreas diversas, tais como gestão do território, gestão florestal, gestão de riscos, produção de energia a partir de biomassa, desenho e promoção de rotas culturais, de lazer e turísticas

Outputs

- Um dos principais outputs passará pela construção de um sistema de informação geográfica que integre os diferentes temas abordados e que possa vir a ser utilizado, e cuja informação possa ser integrada nos sistemas de informação existentes nos municípios e em outras instituições ligadas ao território em análise,. Este SIG constitui-se como uma ferramenta essencial para a gestão dinâmica do território do Mondego, permitindo a localização de pontos críticos, análise espacial, e monitorização de sítios definidos para experiência piloto.

- Um segundo output será um modelo de silvicultura e de gestão destes espaços florestais, sistematizando as operações e estabelecendo regras e práticas, e a criação e funcionamento de um sistema de aquecimento doméstico com base em centrais térmicas de biomassa de escala local.

A exemplo do que se faz nalguns países do Norte da Europa, Centrais Térmicas produzem água aquecida ou sobreaquecida que é depois distribuída pelas habitações da localidade, onde o calor é transferido para o sistema de aquecimento central e/ou para o sistema de aquecimento de água sanitária. Tanto as Centrais Térmicas como as redes de distribuição são, normalmente, construídas e geridas por empresas privadas que obtém os proventos através da venda de “calor” aos habitantes locais.

- Um guia de boas práticas de limpeza e recolha de resíduos orgânicos. Desta forma se promove a importância ambiental e económica dos rios e das florestas, incrementando a educação ambiental e patrimonial e educação para os riscos
- Definição de um mapa de síntese do parque patrimonial o Mondego que conjugue a preservação e valorização ambiental com a criação de um conjunto de centros de interpretação e de rotas culturais e da natureza. Este mapa serve de base para futuras acções no terreno de natureza diversa e constitui-se como um documento orientador para investimentos nos sectores dos serviços ambientais e turísticos.
- Organização, em parceria com entidades privadas e com a Associação Projecto Rios, de uma descida de canoa do rio Mondego, da Nascente até à Foz. Esta actividade decorrerá por etapas, aos fins de semana, em feriados e períodos de férias escolares e envolverá as comunidades locais ribeirinhas, que serão convidadas, através das associações locais e das juntas de freguesia, a participar na descida, em zonas seguras, e ainda, a participar em workshops e acções de educação ambiental, patrimonial e para o risco, bem como sobre o conhecimento do rio, da sua fauna e sua flora.

Tarefas

- Fornecimento de cartografia digital para construção de um SIG para o município, relativamente aos temas do projecto
- Aero-fotometria a escala 1: 1000 de 3 aldeias do Mondego (seleccionadas entre as que se situem a menos de 1Km do braço principal ou seus afluentes)
- Caracterização socioeconómica do município e das aldeias seleccionadas e análise do enquadramento do projecto geral e das acções propostas nas estratégias e planos de ordenamento municipais vigentes.
- Caracterização das políticas municipais de ordenamento e gestão dos territórios ribeirinhos e/ou agro-florestais, assim como as relativas à gestão dos riscos de incêndios, de erosão e de cheias, bem como outros programas ou acções que incidam sobre a paisagem dos rios.
- Levantamento e caracterização arquitectónica e bio-climática de um conjunto mínimo de dez casas com potencialidades de desenvolver turismo em espaço rural

Justificação

- A necessidade de construir um sistema de informação geográfica para o projecto

- A necessidade de conhecer a estrutura de ordenamento de um conjunto de aldeias ribeirinhas com potencialidades de aproveitamento da biomassa e de exploração turística
- O conhecimento de aspectos sociais e culturais mais relevantes do município e, com mais detalhe, de cada aldeia, bem como das estratégias de ordenamento locais permite colocar questões pendentes no território e orientar o projecto e definir as suas acções no sentido da sua resolução, procurando sempre, em todas elas, envolver os agentes e as comunidades locais.
- A partir de políticas e práticas de ordenamento e de gestão desenham-se novos instrumentos e uma metodologia próprias de gestão de espaços agro-florestais que sejam adequados para o objectivo de valorização dos resíduos, das espécies autóctones, e dos recursos naturais e culturais da paisagem ribeirinha.
- O conhecimento dos materiais, sistemas construtivos e de outras características dos sistemas tipológicos locais torna-se de extrema importância para uma boa integração dos sistemas de aquecimento com base na energia de biomassa.
- Instalação de uma caldeira de transformação de resíduos em energia calorífica à base de biomassa em um ou mais edifícios municipais ou cedidos por privados e de um sistemas de distribuição de calor e de aquecimento de águas sanitárias para um conjunto de casas de aldeia onde se levará a cabo uma experiência-piloto.

Capítulo IV *Conclusões*

A partir das descobertas do trabalho final, constroem-se novas conceptualizações acerca dos temas abordados, dos caminhos percorridos ao longo da investigação e dos métodos experimentados. Balanço e perspectivas

Conclusões

A sistematização de recursos patrimoniais e os primeiros desenhos de roteiros confirmam a persistência do rio, quer como elemento agregador de gentes e actividades, quer como eixo vertebral da paisagem construída e imaginada. Esta paisagem, sujeita ao longo do tempo a transformações importantes, mantém como permanência uma estrutura ancorada no suporte físico do rio, no seu traçado sinuoso, nas suas representações, e nos indissociáveis laços com as populações ribeirinhas.

Numa primeira etapa, confirmou-se também a existência de uma matriz identitária assente nas antigas actividades laborais e nas respectivas marcas territoriais, físicas, sociais, económicas e culturais, ainda hoje patentes, ainda que por vezes de forma indelével. Esta identidade produtiva constitui-se, a partir de aqui, como o fio condutor da narrativa que o projecto pretende resgatar e reinterpretar, de modo estruturado, coerente e atractivo.

Pela sua omnipresença nos diversos projectos de desenvolvimento do parque esta identidade pode ser considerada como a pedra angular do projecto; elemento-chave para a leitura das transformações da paisagem e núcleo central a partir do qual se ergue uma segunda vaga da sua artealização, *in situ* e *in visu*.

A inventariação selectiva de recursos, a distribuição criteriosa de centros de interpretação, de portas de entrada, de interfaces modais, clarificadas tematicamente pela definição, com fundamento na narrativa histórica, da área do parque e dos seus limites, permitiu ensaiar, com resultados, a metodologia seguida na gestão de territórios repletos de valores patrimoniais.

A construção de um novo mapa do Mondego, um mapa dinâmico, estruturado, capaz de harmonizar natureza, cultura, turismo e desenvolvimento sustentável, veio confirmar as potencialidades da figura de parque patrimonial, enquanto instrumento flexível, somando

assim pontos em favor da sua replicabilidade em outros territórios dotados de carácter, outras paisagens culturais.

O processo de concepção de um interface que recorrendo à conjugação de sistemas de informação e comunicação, serve simultaneamente a gestão do parque e o apoio ao visitante, evidenciou o papel da introdução das novas tecnologias, por um lado, na valorização da imagem do destino turístico, por outro, no enriquecimento da experiência do turista, em particular no que se refere ao conhecimento, apropriação e vivência do local de visita.

Ambas dimensões eco-urbanísticas, patrimoniais, memoriais e identitárias, ambientais e turísticas da paisagem ribeirinha foram objecto de estudo, e confirmadas no seu potencial, tendo em conta: um equipamentos cultural comunicativo e territorialmente polarizado difuso e inter-relacionado - um Ecomuseu; um sistema articulado e dinâmico de roteiros patrimoniais; uma recolha de tradições orais combinada com o uso extensivo das tecnologias Internet; um projecto de arquivo etnográfico e de catálogo de paisagens interactivos; uma proposta de gestão de riscos e aproveitamento da energia de biomassa de escala local; um modelo de alojamento rural em condomínio horizontal proporcionado pelos residentes e ainda, um sistema de informação inteligente de apoio ao visitante.

A revisitação das paisagens culturais e a implementação de parques patrimoniais, que as devolvem e fidelizam ao território, ensinam-nos diversas lições. Uma delas refere-se a como abordar a prática de um planeamento e um urbanismo ditos verdes em contextos de paisagens de nova geração que desafiam as classificações taxonómicas convencionais, por serem urbanas sem parecerem cidade, por serem agrícolas, sem parecerem rurais.

Paisagens que questionam, através dos seus próprios traços fisionómicos híbridos, mestiçados, as definições adquiridas nas disciplinas do território, redefinindo, na sua identidade multifacetada, as fronteiras entre o rural e o urbano.

Outra destas lições é a importância de alcançar um equilíbrio entre questões naturais e culturais, o binómio que permanece no centro do debate das paisagens e que anuncia, uma vez mais, o seu futuro. Lição, complementar, é a de que os planos e projectos verdes vão mais longe em termos de sustentabilidade se incorporarem uma dimensão dual – natural e antrópica. Por fim, a interpretação das transformações das paisagens urbanas e

rurais parecem condensar a substância dos temas e métodos ditos verdes e certamente podem ser usadas como *modus operandi* para planos e projectos.

Outra indicação de cara ao futuro é fornecida pelo desenho de rotas. Conceitos como o de continuidade, sequência, sintaxe espacial, ciclo de vida, assim como a consideração de aspectos históricos, revelam-se ser de grande importância. Tudo indica que se vierem a formar parte do vocabulário que equipa a linguagem usada por planeadores, arquitectos e designers, irão no futuro influenciar positivamente os decisores.

O processo em curso da revitalização das paisagens culturais indicia que quanto mais o urbanismo verde reflectir preocupações ambientais-naturais e patrimoniais-culturais, mais facilmente será assumido pela sociedade e, portanto, mais irá prevalecer.

O interface tecnológico de informação e comunicação desenvolvido como ferramenta de apoio ao visitante, antecipa e aprofunda a experiência turística, alargando o seu espectro, enriquecendo-a.

Por sua vez, o sistema de roteiros; o reforço da imagem do destino e a adaptabilidade da oferta - graças à diversidade da programação e à difusão dos serviços e do alojamento rural- contribuem, no seu conjunto, para um uso mais flexível, uma vivência mais dinâmica e mais próxima aos residentes, incrementando-se a partilha e o intercâmbio.

Veículo institucional, unificador de vontades e políticas e instrumento de projecto e gestão de paisagens culturais, o parque patrimonial revela todo o seu potencial agregador de recursos e promotor de um turismo assente nos pilares da sustentabilidade.

Também como confirmação, as conclusões enfatizam o papel das paisagens culturais, das respectivas tradições orais, das tecnologias internet, e dos sistemas inteligentes de apoio ao visitante, na construção de um novo mapa do território do Mondego; um mapa estruturado por um sistema de rotas patrimoniais projectadas com base ao nexos recursos locais-reinterpretação da narrativa histórica.

Quanto à questão parques temáticos versus parques patrimoniais, mais do que uma comparação quantitativa de lucros, número de empregos, educação ambiental e patrimonial,

o que parece estar em causa é: qual a palavra de confiança, qual o tipo de reforço e que nível de autonomia queremos dar às comunidades locais? E, concomitantemente, qual o sinal sobre onde estamos a investir os nossos recursos e sobre as memórias que estamos a valorizar que queremos transmitir às novas gerações; que testemunho, que herança cultural lhes queremos deixar?

O caminho percorrido, onde se incluiu a reflexão sobre a noção de paisagem, e a prática de estudo prévio do projecto de um parque patrimonial revelou, no quadro do (re) conhecimento das paisagens multifuncionais do quotidiano, a importância do olhar, de um certo olhar. Um olhar renovado, capaz de ver para além dos velhos os códigos de identificação em que nos vínhamos acalentando e que agora, face às mudanças sociais e aos novos paradigmas culturais, compete-nos abandonar.

Se o conseguirmos, seremos capazes de exercer uma mirada inquisitiva mas generosa, crítica mas conciliadora, sobre a paisagem (des)humanizada. Estaremos aptos a usar do mesmo olhar gentil e acolhedor, quer se depare com a cidade e o campo historicamente consolidados ou com as novas paisagens trans – culturais, mutadas, genéricas, génicas.

Desta nova perspectiva, as novas paisagens devem desenhar-se, ou não desenhar-se, apenas reconhecerem-se, sentirem-se, deixarem-se estar na sua quietude, agitação ou intermitência (urbanística, construtiva, funcional, visual, sonora,...) e nós, tranquilos, permitindo-nos aprender a conviver com elas. E limitarmo-nos, em muitas ocasiões, por lançar-lhe o tal profundo e refrescado olhar. Um olhar contínuo, consciente e atento, com a atenção focada no pulsar, na respiração destas paisagens, quase sempre muito vivas, vibrantes e sempre, à sua maneira, comunicativas. Depois, é preciso mantermo-nos alertas, pacientes, expandindo esta atenção até ao ponto de perceber, usando todo o espectro dos sentidos, as mensagens (tácteis, olfactivas, visuais, sonoras, culturais,...) que estas novas paisagens nos vão enviando de modo intermitente, ao ritmo das modificações que vão sofrendo.

Assim, se um dia se tiver mesmo que intervir-se, certamente fazendo uso do instrumental teórico e prático adquirido, então que isso se faça em consciência do que estas paisagens são na realidade. E elas não são, normalmente, como as divisamos em meros pensamentos; pensamentos toldados, na maior parte das vezes, por preconceitos, expectativas ou ilusões.

Deste modo, o desenho e a intervenção sobre as paisagens não são um meio para atingir, através dos recursos locais, transformação, harmonia e integração com os processos naturais; serão eles próprios, o desenho e a intervenção, recursos, integração, harmonia e transformação.

Dos decisores vamos ouvindo dizer que os territórios rurais estão a despovoar-se, que as antigas paisagens dos pintores e dos geógrafos estão em abandono, ou estropiadas, que não existem mais, e que é preciso fazer algo por eles, pensando, em primeiro lugar, nas pessoas. Será por isso que apressam-se a actuar, enjeitando as paisagens do quotidiano, erguendo ou incentivando a erguer, ora alegados santuários ecológicos sob a forma de parques biológicos, ora ilusórios eldorados do emprego sob a forma de projectos imobiliários e turísticos, mostrando assim que sabem pensar *pelas pessoas*?

Basta! É preciso actuar, ou não actuar, em alguns casos melhor não actuar, sobre as paisagens que temos, sentindo-as e valorizando-as, e pensando *com as pessoas*.



Fotografias 103 e 104 Salinas do Mondego - a persistência da paisagem cultural

Fonte: Imagoteca municipal de Coimbra

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, A. (2003) *Archive and Aspiration*, in *Information is Alive*, J Brouwer & A Mulder (eds), V2_Publishing/NAI Publishers, Rotterdam
- AUGÉ, M. (1994) *Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*, Bertrand editora, Lisboa
- CANCELA D'ABREU, A.& PINTO-CORREIA, T. (2001) Identificação e caracterização de unidades de paisagem de Portugal Continental, inserido no Projecto “Coordenação de SIG e dos IOT para o desenvolvimento dos espaços rurais de baixa densidade”, Programa Interreg, DGOTDU, acessível em <http://www.amde.pt/document/447750/450930.pdf>, acedido em 12 de Maio de 2010
- CASAS, P. V. (1999). *De colònies tèxtils a parc fluvial*. Associació / Col·legi d'Enginyers Industrials de Catalunya, Barcelona,. Colección Cultura
- CASAS, P. V. (2004). *La recuperación del paisaje cultural como un proceso abierto: el caso del Parque Fluvial Colonias del Llobregat. Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, XXXVI (140).
- Caselhas, A. Anton Clavé, Salvador (2007). *The Global Park Industry. Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol.XII, nº 765, 10 de Dezembro. [<http://www.ub.es/geocrit/b3w-765.htm>]. [ISSN 1138-9796]. Obra consultada a 29 de Julho de 2009.
- CAUQUELIN, A.,(2000) *L'Invention du paysage*, Presses Universitaire de France, Paris
- BELLINDO, S. (2005) *El rio duero, un analisis grafico arquitectonico: influencia del entorno natural en la conformacion del paisaje humanizado* , Junta de Castilla y Leon, Salamanca
- BRAUN, M. (2000) – *The economic impact of theme parks on regions*. NEURUS. UCI-WU. Rivière,
- G.H. (1976) CRACAP informations n°2/3.
- BUREL, F. & BAUDRY, J. (1999) – *Ecologie du paysage, concepts, méthodes et applications*, Ed.Tec et Doc, Paris.
- BUSTAMANTE, L. P. & PONCE, C. P. (2004). *Paisajes Culturales: el parque patrimonial como instrumento de revalorización y revitalización del Territorio. Theoria*, Vol. 13: 9-24.
- BUSQUETS, J.& CORTINA, A. et al (2009). *Gestión del Paisaje*, Ariel, Barcelona.
- DALL'ARA, G. (2008), *Sito ufficiale degli Alberghi Diffusi*, acessível em <http://www.albergodiffuso.com/>, , acedido em 20 de Maio de 2010.
- DALLA ZEN, A.&Feijó, C.& Minuzzo, D. (2010), *A preservação do patrimônio imaterial da comunidade do bairro lomba do Pinheiro, Porto alegre, RS: as pessoas e suas histórias de vida, Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa, Vol.I, Porto, edição digital, acessível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8110.pdf> acedido em 29.09.2010*

- DOMINGUES, A. (2001) *A paisagem revisitada*, *Finisterra: Revista portuguesa de geografia*, vol.36, nº72, pags. 55-66, acessível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_05.pdf ,
acedido em 15 de Abril de 2010
- DOMINGUES, A. (2009a) *A Estrada da Rua*, Dafne Editora, Porto
- Domingues, A. (2009b) *Paisagem e identidade: à beira de um ataque de nervos*, in *Duas linhas* Costa, P.& Louro, N, Editores, Lisboa, 2009
- DUMAZEDIER, J. (1977) *Vers une civilization du loisir?*, editora Seuil, Paris
- DYBEDAL, P. & ENGBRETSSEN, O. (1996). *Theme Parks in Norway 1995. Market situation and Economic Impact. TOI report*, 321: I-v. Oslo.
- FOLEY, J. (2008) *Navigating Pathways: Oral Tradition and Internet*, acessível em <http://edcommunity.apple.com/ali/collection.php?collection=2749>., e em <http://www.pathwaysproject.org/pathways/show/HomePage>,
acedido em 25 de Julho de 2010
- FINN, A. e erdem, T. (1995). *The economic impact of a mega-multi-mall. Estimation issues in the case of West Edmonton Mall*, *Tourism Management*, Vol.16 No.5, pp.367-373.
- FRENCHMAN, D. (2005). *Declaración de Dennis Frenchman ante el Subcomité de Parques Nacionales, en el Senado de Estados Unidos*, Ensayos, nº 1: 34-48, Laboratorio Internacional de Paisajes Culturales.
- GIRÃO, A. (1941) *Geografia de Portugal*, Portucalense Editora, Porto.
- HOUGH, M. (1995). *Naturaleza y Ciudad*, Editora Gustavo Gili, Barcelona.
- JONES, C. & Robinett, J. (1998). *The Future of Theme Parks in International Tourism. Economics Research Associates*.
- KNAFOU, R. (1996): *Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo*. In: Adyr A. B.
- LIGNON-DARMAILLAC, S. (2008). *L'emergence enotouristique En France et au Portugal, de nouveaux itineraire touristique vitinicoles*, Enoturismo e turismo em Espaço Rural, Edições ISMAI, Maia.
- LISTA, A. & SABATÉ Bel, J. (eds.) (2001). *Projectant l'Eix del Llobregat : paisatge cultural i desenvolupament regional- Designing the Llobregat Corridor,: cultural landscape and regional development*, Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya; Massachusetts Institute of Technology.
- LONGLEY, P., goodchild, M., maguire, D. & rhind, D. (2005). *Geographic Information Systems and Science (2ª ed.)*. West Sussex: Wiley.
- LUQUE, I. (2004). *¿Proyectos patrimoniales o turísticos? Heritage o turistic projects?. Turismo y Sociedad*. Vol. VI, nº 3. Bogotá. Obra consultada a 29 de Julho de 2009.
- LYNCH, K. (1960) *The Image of the City*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- MARTINS, A. (1940), *O esforço do Homem na Bacia do Mondego*. Universidade de Coimbra, (Licenciatura)

MESTRE, J. & ANTOLÍ, N (2009), *La dimension patrimonial del paisaje*, in in Busquets, J.& Cortina, A. et al (2009). *Gestión del Paisaje*, Ariel, Barcelona.

Ministério da Economia e da Inovação (2006) *Plano Estratégico Nacional de Turismo*, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/75BB51B4-25DD-408D-A06F-214C54BC38E8/0/PENT.pdf>

(acedido a 20 de Abril de 2010).

PERRET, J e TEYSSANSIER, J. (2001). *Quelques propositions pour piloter le tourisme durable dans les territoires et les entreprises*. *Seminário de Investigação em Turismo*, Escola de Turismo do Estoril.

RIBEIRO, J. (2007), *Filme etnográfico e antropologia visual*, Revista Doc On-line, nº3, acessível em <http://www.doc.ubi.pt/03/doc03.pdf>, acedida em 20 de Junho de 2010.

ROGER, Alain (1997) *Court traité du paysage*, Ed. Gallimard, Paris. Versão espanhola, Breve tratado del Paisaje. (2007) Biblioteca Nueva, Madrid

ROOIJAKKERS, G. (1999), *Identity Factory Southeast -Towards a flexible cultural leisure infrastructure*; in *Esitelmä Jyväskylässä* 8.4.1999. acessível em <http://www.finnica.fi/seminaari/99/luennot/rooiakk.htm>, acedido em 10 de março de 2010

RYAN, C., Ed. (1998), *The tourist experience: a new introduction*, Editora Cassel, London.

SABATÉ, J. (2004). *De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje*. *Ambiente Digital*, 98: 1-10.

SABATÉ, J. (coord.) (2004). *Patrimonio y Proyecto Territorial, Colonias, Sèquia de Manresa y Delta del Llobregat*, Disputació de Barcelona, Barcelona.

SANTOS, T. (2009) *Os parques temáticos históricos como preservadores do património imaterial*. In 5ª Cidade. Cidades, Cultura Urbana e Reabilitação. Junho.

SAUER, C. (1925). The morphology of landscape. *Geography* 2: 19-54; University of California Publications.

SECO, M. (1965), *A região de Penacova e a Navegação Comercial no Mondego – Subsídios para a História da Navegação*. Universidade de Coimbra, Tese de Licenciatura

SWANWICK, C. (2002) *Landscape Character Assessment – Guidance for England and Scotland*, estudo encomendado pela Countryside Agency e pela Scottish natural Heritage, acessível em <http://www.landscapecharacter.org.uk/files/pdfs/LCA-Guidance.pdf>, acedido em 10 de Setembro de 2010

SHUSTER, M. (2004). *Ocho lecciones, cuatro etapas y un secreto*. *Patrimonio y Proyecto Territorial*, 63-74. Colonias, Sèquia de Manresa y Delta del Llobregat, Disputació de Barcelona.

SCHWINGER, w.&grün, c. & PRÖLL, b.& RETSCHITZEGGER, w.& WERTHNE, H. (2006). Em *Pinpointing Tourism Information onto Mobile Maps – A Light-Weight Approach*,

SOUSA, p. & FERNANDES, S. (2007), *Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica ao Turismo*; in *Finisterra*, XLII, 84; p. 105-118.

TÉTARD, f. & PATOKORPI, E. (2003), *Cultural Heritage Tourism and Mobile ICT*, Conference Proceedings □ NEOTHEMI Helsinki September.

TJOSTHEIM, i. & FESENMAIER, D. (2008), *“Mobile Devices as substitute or supplement to traditional information sources. City tourists, mobile guides and GPS navigation”*, in *ENTER 2008 Conference* (International Federation for IT and Travel & Tourism (IFITT)’s 15th annual conference).

UNESCO (1973). Nouvelle Museologie Declarations, *Museum*, Paris: UNESCO, V. 24, 3.

World Tourism Organization (1993). *Sustainable Tourism: Guide for local planners*. Tourism and the Environmental Publication, Madrid.

World Tourism Organization (2009) Home Page. [Em Linha]. Disponível em <http://www.world-tourism.org/>. Obra consultada a 29 de Julho de 2009.

ZUCHI, P & BARLETO, J. (2002). *Opções de lazer, entretenimento e desenvolvimento: parques temáticos*. *Revista Turismo*, Outubro. <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/parquestematicos.html>. Obra consultada a 29 de Julho de 2009.

Nº de palavras do documento: 32491